



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

ANDREZA LIZANDRA LIMA DA SILVA

**A MEMÓRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA TÊXTIL DE SANTO
ALEIXO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MAGÉ**

NOVA IGUAÇU
2026





ANDREZA LIZANDRA LIMA DA SILVA

A MEMÓRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA TÊXTIL DE SANTO ALEIXO
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MAGÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de concentração: Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Orientador(a): Professor Dr. Bruno Nogueira Ferreira Borja

Coorientador(a): Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586m Silva, Andreza Lizandra Lima da, 1994-
A MEMÓRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA TÊXTIL DE
SANTO ALEIXO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE
MAGÉ / Andreza Lizandra Lima da Silva. - Nova Iguaçu,
2026.
112 f.

Orientador: Bruno Nogueira Ferreira Borja.
Coorientador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE, 2026.

1. Patrimônio Cultural - Magé (RJ). 2. Indústria
Têxtil - História - Magé (RJ). 3. Movimentos Operários
- Santo Aleixo (Magé, RJ). I. Borja, Bruno Nogueira
Ferreira, 1982-, orient. II. Ribeiro, Felipe Augusto
dos Santos, -, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta TFC/Dissertação/Tese, desde que seja citada a fonte

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

ANDREZA LIZANDRA LIMA DA SILVA

A MEMÓRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA TÊXTIL DE SANTO ALEIXO
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MAGÉ

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Programa
de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e
Sociedade. Área de concentração: Patrimônio
Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Dissertação aprovada em 26 de maio de 2026.

BANCA EXAMINADORA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



ATA Nº 2371 / 2026 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.026562/2026-53

Nova Iguaçu-RJ, 10 de junho de 2026.

(Assinado digitalmente em 10/06/2026 16:35)

BRUNO NOGUEIRA FERREIRA BORJA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: 1708404

(Assinado digitalmente em 10/06/2026 18:36)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1862824

(Assinado digitalmente em 10/06/2026 22:25)

JUÇARA DA SILVA BARBOSA DE MELLO
USUÁRIO EXTERNO
CPF: 023.360.537-13

(Assinado digitalmente em 12/06/2026 15:56)

FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
USUÁRIO EXTERNO
CPF: 087.925.387-89

(Assinado digitalmente em 13/06/2026 14:21)

PHILIPPE MANOEL DA SILVA MOREIRA
USUÁRIO EXTERNO
CPF: 090.614.067-65

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **2371**, ano: **2026**, tipo: **ATA**, data de emissão: **10/06/2026** e o código
de verificação: **468d3e27bb**

Dedico esta dissertação ao meu filho, Noah Lima, razão maior da minha força, da minha esperança e da minha perseverança. Que cada página escrita represente também o amor que sinto por você e o desejo de construir um futuro melhor, guiado pelo conhecimento, pela sensibilidade e pela coragem. Seu sorriso iluminou os dias mais difíceis desta caminhada e me lembrou, a cada desafio, o verdadeiro sentido de continuar. Com todo meu amor, para você.

AGRADECIMENTOS

Toda travessia tem um guardião. O meu é Oxóssi, orixá das matas, da caça precisa e do caminho que não se perde. Nos momentos em que a dissertação pesou mais do que eu conseguia carregar, quando o cansaço tentou me convencer de que não valia a pena continuar, foi a sua força que me manteve de pé, apontando para a direção certa. Axé.

Ao meu filho, que ainda sem saber o que é uma dissertação, soube perfeitamente o que é ser presença. Cada sorriso seu foi um lembrete que vale a pena lutar, crescer e terminar o que se começa. Esta conquista é tanto sua quanto minha.

À minha mãe, minha base mais firme. Agradeço por cada palavra de encorajamento, por cada vez que acreditou em mim antes que eu mesmo acreditasse, e por ter construído em mim a certeza de que o esforço sempre tem valor. Sem ela, nada disso existiria. Agradeço também, ao meu pai, que ao longo de toda minha trajetória reforçou e me ensinou a ser independente e sempre ser a dona do meu próprio caminho.

À minha família de sangue e à minha família de santo Ilê Axé Omin, duas raízes que se entrelaçam e me sustentam. Vocês são o chão sobre o qual construo tudo. Obrigado por cada acolhida e cada reza dita em silêncio por mim.

Aos meus amigos, que tornaram este caminho mais leve com suas presenças, suas perguntas, sua paciência nos momentos de ausência e sua alegria nos momentos de conquista. Uma gratidão especial ao Carlito Lopes, pesquisador e amigo cuja generosidade intelectual foi determinante nesta jornada. Foi ele quem abriu para mim as portas da História Econômica, orientando meus primeiros passos nesse campo com paciência. Sua contribuição está presente em cada página deste trabalho. Ao Erich Porto, geógrafo e amigo, cujo olhar espacial e cuja generosidade nos conselhos acadêmicos foram fundamentais para o avanço desta pesquisa. Sua capacidade de enxergar o território onde outros veem apenas dados trouxe uma dimensão que enriqueceu profundamente este trabalho.

Ao meu orientador e ao meu coorientador, agradeço pela confiança depositada nesta pesquisa, pela leitura atenta, pelas críticas que fizeram este trabalho crescer e pela firmeza que me manteve no trilho mesmo quando eu duvidei do próprio percurso.

Por fim, a todos aqueles que torceram por mim, os que acompanharam de perto e os que

enviaram boa energia à distância, o meu mais sincero obrigado. Cada pensamento de força chegou até mim. Esta página é de vocês também.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

“Eu não me vejo na palavra

Fêmea: Alvo de caça

Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada

Ver cores nas cinzas

E a vida reinventar”

(Triste, Louca Ou - Má Francisco, el Hombre)

RESUMO

SILVA, Andreza Lizandra Lima da. **A Memória das Lutas Operárias da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como Patrimônio Cultural do Município de Magé - RJ**. 2026. 112 folhas. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade) – Programa de Pós – Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2026.

Esta dissertação investiga as lutas operárias da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo, localizada no município de Magé, estado do Rio de Janeiro, como expressão legítima do patrimônio cultural brasileiro. A Fábrica constituiu um dos primeiros estabelecimentos têxteis do estado do Rio de Janeiro e tornou-se, ao longo do século XX, centro de intensa organização política e sindical, ficando conhecida pelo apelido de "Moscouzinho" em razão da forte presença do Partido Comunista entre seus trabalhadores. A pesquisa articula história econômica, história social do trabalho e teoria do patrimônio cultural, mobilizando os conceitos de memória coletiva, lugar de memória e cultura fabril para analisar a trajetória do complexo industrial e das comunidades operárias que se formaram ao seu redor. Argumenta-se que as práticas sindicais, os saberes técnicos transmitidos entre gerações, as formas de sociabilidade operária e as expressões culturais, blocos carnavalescos, clubes de futebol, associações recreativas, constituem patrimônio cultural nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Convenção da UNESCO de 2003, carecendo de políticas públicas de salvaguarda. O trabalho discute ainda a situação atual do conjunto fabril, parcialmente ocupado por uso comercial sem qualquer iniciativa de preservação memorial, e propõe diretrizes para a refuncionalização do espaço com participação comunitária, educação patrimonial e reconhecimento formal pelo poder público municipal.

Palavras-chave: patrimônio industrial; patrimônio cultural; memória operária; lugar de memória; educação patrimonial.

ABSTRACT

SILVA, Andreza Lizandra Lima da. **The Memory of the Workers' Struggles of the Santo Aleixo Textile Factory as Cultural Heritage of the Municipality of Magé - RJ.** 2026. 112 pages. Dissertation (Master's in Heritage, Culture and Society) – Graduate Program in Heritage, Culture and Society, Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2026.

This dissertation investigates the workers' struggles of the Santo Aleixo Textile Factory, located in the municipality of Magé, state of Rio de Janeiro, as a legitimate expression of Brazilian intangible cultural heritage. The factory was one of the first textile establishments in the state of Rio de Janeiro and became, throughout the twentieth century, a center of intense political and labor union organization, earning the nickname "Moscouzinho" due to the strong presence of the Communist Party among its workers. The research draws on economic history, labor social history, and cultural heritage theory, mobilizing the concepts of collective memory, site of memory, and factory culture to analyze the trajectory of the industrial complex and the working-class communities formed around it. It argues that labor union practices, technical knowledge transmitted across generations, forms of workers' sociability, and cultural expressions, carnival groups, football clubs, recreational associations, constitute intangible heritage under the terms of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and the UNESCO Convention of 2003, and require public safeguarding policies. The work also examines the current state of the factory complex, partially occupied by commercial use with no memorial preservation initiative, and proposes guidelines for the refunctionalization of the space through community participation, heritage education, and formal recognition by local public authorities. Keywords: industrial heritage; workers' memory; site of memory; heritage education; cultural heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: Patrimônio Industrial, Memória Operária e Cultura Fabril.....	20
1.1. A construção do conceito de patrimônio no Brasil e a valorização do patrimônio industrial.....	21
1.2. A Fábrica Santo Aleixo enquanto patrimônio industrial.....	27
1.3. A história e a cultura como memória social e política do trabalho e da industrialização	37
CAPÍTULO II - O Processo de industrialização no Brasil, a História Fabril de Magé e a Ascensão da Fábrica de Santo Aleixo	44
2.1. O processo de industrialização do Brasil e o estado do Rio de Janeiro	45
2.2. Capital industrial, infraestrutura e força de trabalho: uma análise integrada	50
2.3. A Fábrica Têxtil de Santo Aleixo: pioneirismo, expansão e declínio	55
2.4. República, Encilhamento e a reorganização industrial fluminense	58
2.5. Magé como polo têxtil: das vilas operárias à Segunda Guerra Mundial.....	61
2.6. Declínio e desindustrialização: o ocaso da indústria têxtil em Magé	65
2.7. Repressão política, conflito agrário e memória operária em Magé durante a ditadura civil-militar	68
CAPÍTULO III - A Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como Patrimônio Cultural de Magé: Memória das Lutas Sindicais e Educação Patrimonial	74
3.1. Políticas Públicas de Preservação e a Ampliação do Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil	75
3.2. Entre o Trabalho e a Memória: As Lutas Sindicais na Construção do Patrimônio Cultural.....	81
3.3. Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial: Reflexões para a Educação Patrimonial a partir das Memórias das Lutas Sindicais da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo	86
3.4. Refuncionalização do Patrimônio Industrial: Usos Contemporâneos, Memória e Potencialidades Culturais da Antiga Fábrica de Santo Aleixo	91
CONCLUSÕES	101
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

A presente dissertação se insere no campo de investigação que articula memória social, patrimônio cultural, história social, econômica e do trabalho. Tem por objeto central o estudo das lutas operárias da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como bem cultural passível de patrimonialização no município de Magé, estado do Rio de Janeiro. A escolha desse objeto emerge da constatação de que as experiências coletivas dos trabalhadores industriais, embora decisivas para a formação da sociedade brasileira, ainda ocupam posição marginal nas políticas públicas de preservação da memória e do patrimônio cultural. Nesse sentido, a pesquisa parte de uma dupla aposta, acadêmica e política, comprometida tanto com o rigor analítico quanto com o reconhecimento das culturas subalternas como legítimas portadoras de história.

Para dar conta desse objeto, a pesquisa transita por cinco eixos que, embora tratados em capítulos e seções distintos, não constituem temas paralelos ou justapostos, mas dimensões articuladas de um mesmo argumento central: a industrialização brasileira e a história econômica de Magé fornecem a materialidade sobre a qual se ergueu a fábrica. A trajetória específica da Fábrica de Santo Aleixo é o objeto empírico que ancora a análise, a memória operária, com suas lutas sindicais e suas formas de sociabilidade, é o conteúdo vivo dessa história e o patrimônio cultural é a categoria analítica e política através da qual se propõe seu reconhecimento e salvaguarda. Esses eixos não competem entre si por espaço argumentativo, a industrialização e a história de Magé explicam as condições de possibilidade da fábrica. A fábrica explica as condições de possibilidade da luta operária e a luta operária, por sua vez, é o que fundamenta a reivindicação patrimonial que constitui o horizonte político desta dissertação.

Santo Aleixo é o principal núcleo urbano do distrito homônimo, localizado no município de Magé, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O distrito foi criado pelos decretos estaduais n.º, de 08 de maio de 1892, e 1-A, de 03 de junho de 1892,¹ situando-se ao fundo do Vale de São Aleixo, região em grande parte incluída nos limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO).² A presença dessa Unidade de Conservação da Natureza imprime à localidade um caráter singular: ao mesmo tempo que impede o avanço urbano para além dos limites ambientalmente protegidos, favorece a preservação de uma paisagem que,

¹ O distrito de Santo Aleixo foi criado pelos decretos estaduais n.º 1, de 08 de maio de 1892, e n.º 1-A, de 03 de junho de 1892. Cf. IBGE. Histórico do município de Magé. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/historico>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

² O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) foi criado pelo Decreto-lei nº 1.822, de 30 de novembro de 1939, e abrange os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Guapimirim e Magé, no estado do Rio de Janeiro. A presença da unidade de conservação impõe limites ao avanço urbano, preservando as características naturais e paisagísticas da região.

articulada às práticas de ecoturismo, constitui potencial recurso para o desenvolvimento sustentável e para a valorização da memória local.

Do ponto de vista histórico, a região que hoje compõe o distrito de Santo Aleixo foi palco de ocupação colonial desde o século XVII, atraindo colonizadores em razão de três atrativos fundamentais: solo rico, água em abundância e clima agradável. O marco arquitetônico que ancora a identidade local e confere nome ao lugar é a Capela de Santo Aleixo, erguida em 1743 e concluída em 1747, monumento que condensa séculos de devoção religiosa, memória popular e expressão artística. A Capela é um bem tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), que reconheceu e protegeu um conjunto de igrejas e capelas coloniais do município de Magé. Trata-se de um reconhecimento patrimonial pioneiro, ainda que restrito à dimensão religiosa e arquitetônica colonial, reconhecimento que, como se argumentará ao longo desta dissertação, ainda não se estendeu ao complexo fabril e à memória operária que constituem seu objeto. Esse conjunto paisagístico e histórico forma o substrato sobre o qual se desenvolveu, séculos depois, uma das mais expressivas experiências industriais do estado do Rio de Janeiro.

Para compreender a emergência da industrialização em Santo Aleixo, é preciso situar o município de Magé no contexto econômico mais amplo da região fluminense. Desde o período colonial, Magé desempenhou papel relevante na rede de abastecimento da capital, oferecendo gêneros básicos ao mercado do Rio de Janeiro. A importância estratégica do município foi reafirmada em 1722, quando se consolidou o Caminho Novo, nova rota de escoamento do ouro que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais, constituindo-se como percurso mais curto do que a antiga rota de Paraty (Sampaio 2003). A passagem desse corredor econômico pelo território de Magé inseriu o município nas trocas mercantis do Império colonial português, gerando fluxos de pessoas, mercadorias e capitais que estimulariam, décadas depois, a ascensão de iniciativas industriais.

No século seguinte, outro acontecimento de magnitude histórica aproximaria o conhecimento científico da prática industrial na região: a construção da primeira estrada de ferro brasileira, inaugurada em 1854, pela Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis (Salles, p. 1-38, 2017). A ferrovia, que utilizava locomotiva a vapor, representou um salto nas condições de transporte e comunicação, encurtando distâncias e abrindo novas possibilidades para a circulação de trabalhadores, matérias-primas e produtos manufaturados. Nesse ambiente de modernização técnica e efervescência econômica, a instalação de empreendimentos fabris na região deixava de ser apenas viável para tornar-se imperativa.

É nesse contexto que surge a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo. Fundada em 1847, segundo Joana Figueiredo (2010), a manufatura constitui uma das primeiras fábricas de tecidos do estado do Rio de Janeiro. Cabe precisar, contudo, em que sentido específico se sustenta seu pioneirismo, pois essa qualificação tem gerado imprecisões: é comum, em materiais de divulgação turística, memorialística local e referências informais sobre a história de Magé, que a Fábrica de Santo Aleixo seja apresentada, sem lastro documental preciso, como "berço da industrialização brasileira", afirmação que esta pesquisa não sustenta. Do ponto de vista historiográfico rigoroso, Soares (2015) demonstra que a Fábrica de Santo Aleixo foi, na verdade, o terceiro estabelecimento têxtil fundado na região fluminense, precedida pelo estabelecimento do prussiano Frederico Guilherme (1841) e pela Fábrica São Pedro de Alcântara, de Joaquim Diogo Hartley (1848). O pioneirismo de Santo Aleixo não está, portanto, na precedência cronológica absoluta, mas na durabilidade: enquanto seus dois predecessores tiveram existência breve, encerrando as atividades ainda no século XIX, a Fábrica de Santo Aleixo manteve-se em funcionamento contínuo por mais de um século, tornando-se, nos termos do estudo clássico de Stanley Stein (1957) sobre a manufatura algodoeira brasileira, um dos raros empreendimentos têxteis oitocentistas do país a sobreviver às sucessivas crises que levaram à extinção da maioria de seus contemporâneos

A trajetória da Fábrica de Santo Aleixo atravessa duas grandes fases, segundo a periodização proposta por Figueiredo.³ A fase inicial, que se estende da fundação até as primeiras décadas do século XX, é marcada pela implantação, consolidação e expansão do complexo fabril, favorecida pela condição do Rio de Janeiro como capital federal e pelo potencial hidráulico do município de Magé para acionar as máquinas. A segunda fase corresponde ao período de expansão e subsequente crise, que culmina no declínio do protagonismo industrial da fábrica em torno de 1950, resultado das transformações do mercado no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da reestruturação produtiva que atingiu o setor têxtil brasileiro. Essa trajetória, ao mesmo tempo singular e representativa das contradições do capitalismo industrial brasileiro, constitui o fio condutor sobre o qual se teceu a memória coletiva dos trabalhadores de Santo Aleixo.

Importa sublinhar que tal desenvolvimento industrial nasceu e se consolidou, em grande medida, a partir do trabalho operário. Das lutas políticas operárias que ali tiveram lugar resultaram conquistas de largo alcance: a construção de vilas para os trabalhadores, a edificação

³ Ibidem, p. 35-48. A autora divide a trajetória da fábrica em duas fases: a primeira, de implantação e consolidação (1847-1900), e a segunda, de expansão e crise (1900-1950), culminando no declínio produtivo decorrente da reestruturação econômica do pós-Segunda Guerra Mundial.

de escolas para seus filhos e filhas, a padronização de moradias que estruturaram o crescimento populacional da região. Mais do que isso, foi no interior das relações sociais tecidas no chão da fábrica e nos espaços comunitários que ela articulava blocos de carnaval, times de futebol, bandas musicais, associações sindicais que ajudaram a formar uma identidade operária singular, que ainda reverbera na vida cultural e política do município de Magé.

A reflexão sobre esse legado histórico convoca, necessariamente, um conjunto de referenciais teóricos do campo da memória social e do patrimônio cultural. Pierre Nora, sobre os "lugares de memória" (Nora, 1993), nos oferece uma introdução para pensar a relação entre memória, história e identidade. Para o historiador francês, a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, que se distingue da história enquanto representação do passado. Nora argumenta que os "lieux de mémoire", sejam eles físicos, simbólicos ou funcionais, surgem precisamente quando a memória vivida é ameaçada pelo avanço do tempo e pela transformação das condições sociais que a sustentavam. A Fábrica de Santo Aleixo e as lutas operárias a ela associadas constituem, nesse sentido, um autêntico lugar de memória: um espaço carregado de significados identitários, que corre o risco de ser acometido pelo esquecimento na ausência de políticas de salvaguarda.

Peter Burke (2000), por sua vez, ao revisar as relações entre história e memória, questiona a visão tradicional segundo a qual a função do historiador seria a de guardião neutro da memória dos acontecimentos públicos, escrita para a posteridade aprender com o exemplo dos grandes. Burke propõe, em contraponto, uma abordagem que reconheça a pluralidade das memórias sociais, a multiplicidade dos sujeitos que as constroem e a dimensão política das escolhas sobre o que lembrar e o que esquecer. Essa perspectiva é particularmente pertinente para o presente estudo: as memórias das lutas operárias da Fábrica de Santo Aleixo são memórias de sujeitos historicamente subalternos, trabalhadores têxteis, em sua maioria, cujas experiências raramente encontraram espaço nos registros oficiais e nos acervos institucionalizados.

Maurice Halbwachs (2006), pioneiro nos estudos sobre memória coletiva, demonstrou que toda memória individual é, em sua essência, socialmente constituída: ela se forma e se transforma nos quadros sociais, grupos, instituições, espaços compartilhados, nos quais os indivíduos estão inseridos. O sindicato, a vila operária, o campo de futebol, o salão de baile: esses foram os quadros sociais nos quais a memória coletiva dos trabalhadores de Santo Aleixo se sedimentou ao longo de décadas. Michael Pollak (1989), desenvolvendo e problematizando a herança halbwachsiana, acrescenta uma dimensão fundamental: a memória coletiva é também um campo de disputas e tensões, no qual memórias de grupos marginalizados coexistem, em

conflito, com a memória oficial dominante. Resgatar e patrimonializar a memória das lutas sindicais de Santo Aleixo é, portanto, um gesto político.

A legitimação acadêmica e política desse gesto exige uma reflexão sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural no Brasil. O patrimônio costumava ser valorizado, por muito tempo, sob seu aspecto material: monumentos, igrejas, centros históricos, objetos, enfim, bens tangíveis dotados de excepcional valor histórico, artístico, paisagístico ou arqueológico. Sua dimensão, representada pelas manifestações culturais, pelos saberes tradicionais, pelos modos de criar, de fazer e de viver, foi, por décadas, ignorada como objeto da tutela estatal. Françoise Choay (2010), em sua genealogia do conceito de patrimônio na cultura ocidental, demonstra como essa concepção restritiva tem raízes nas práticas colecionistas da Antiguidade e nos processos de institucionalização preservacionista que se desenvolveram na França pós-Revolução. O alargamento temático da noção de patrimônio é, portanto, um fenômeno historicamente recente, resultado de disputas políticas e intelectuais que se desdobraram ao longo do século XX.

No Brasil, o marco inicial das políticas públicas de patrimônio cultural foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade e posteriormente reorganizado por Aloísio Magalhães.⁴ O Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937,⁵ que deu base legal ao SPHAN, estabeleceu quatro Livros do Tombo e definiu como passível de preservação prioritariamente as edificações em pedra e cal de excepcional valor histórico-artístico.

A Constituição Federal de 1988 representou um ponto de inflexão decisivo nesse percurso.⁶ O artigo 216 estabeleceu que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa formulação juridicamente inovadora

⁴ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, a partir do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade (1936) e reorganizado posteriormente por Aloísio Magalhães. O órgão foi posteriormente renomeado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁵ BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. O decreto estabelecia quatro "livros do tombo" – Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; das Belas Artes; e das Artes Aplicadas –, privilegiando bens materiais de excepcional valor histórico-artístico.

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Brasília: Senado Federal, 1988.

abriu o campo da patrimonialização para bens que, até então, eram invisíveis às políticas públicas: os modos de fazer, as festas populares, os rituais coletivos, as expressões artísticas das comunidades, os lugares de memória dos grupos subalternos. Mais de uma década depois, o Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000,⁷ regulamentou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituindo quatro livros de registro, Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares e consagrando definitivamente o patrimônio imaterial como objeto legítimo das políticas públicas de cultura.

No plano internacional, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO em 2003 e promulgada no Brasil em 2006,⁸ definiu o patrimônio cultural como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio, transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gera um sentimento de identidade e continuidade.

Ulpiano Bezerra de Meneses (2012), ao propor uma revisão das premissas que fundamentam o campo do patrimônio cultural, argumenta que o valor de um bem patrimonial não reside em qualidades intrínsecas a ele, mas nas relações que os sujeitos sociais estabelecem com ele ao longo do tempo. O patrimônio, nessa perspectiva, é um recurso social: ele serve à construção de identidades, ao estabelecimento de vínculos afetivos com o território, à legitimação de reivindicações políticas e à transmissão intergeracional de experiências coletivas. Pensar na patrimonialização da memória operária de Santo Aleixo é, portanto, reconhecer que essas lutas com suas vitórias, seus silenciamentos, suas heranças de dignidade e resistência constituem um recurso social fundamental para a construção da identidade local e para o fortalecimento das lutas trabalhistas contemporâneas.

A urgência dessa tarefa torna-se ainda mais premente diante do contexto político atual. Os retrocessos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no sistema previdenciário, consolidados por reformas legislativas recentes, ameaçam direitos historicamente conquistados por gerações de trabalhadores.⁹ Nesse cenário, a preservação da memória das lutas operárias

⁷ BRASIL. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 ago. 2000. O decreto institui quatro livros de registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares.

⁸ UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 5.753, de 12 de abril de 2006. A convenção define o patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidos pelas comunidades como parte integrante de seu patrimônio cultural, transmitidos de geração em geração e constantemente recriados.

⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 7.º e seguintes. Os direitos trabalhistas

não é apenas um exercício de nostalgia ou de erudição acadêmica: é um ato político de resistência. Ao resgatar as conquistas dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo, esta pesquisa contribui para que a sociedade local e nacional tenha dimensão plena da importância dessas lutas e da fragilidade dos direitos que delas resultaram.

Há, ainda, uma dimensão pessoal nesse engajamento que não deve ser silenciada, pois ela integra a epistemologia desta pesquisa. Para a autora, Magé é a cidade de vivência: o objeto de estudo não é externo ao sujeito que pesquisa, mas está implicado na sua própria história. Essa posição, longe de comprometer a objetividade da análise, complementa-a com uma camada de sensibilidade e comprometimento que nenhuma distância acadêmica poderia substituir. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que é também um ato de pertencimento e de restituição: de devolver ao município de Magé, em forma de conhecimento sistematizado, uma parcela da sua própria história.

O primeiro momento da investigação se dedica, portanto, à construção do arcabouço teórico e metodológico que sustenta toda a análise subsequente. São discutidos os conceitos fundamentais que orientam a pesquisa, patrimônio cultural em suas variadas dimensões, memória coletiva, lugar de memória e patrimônio industrial, conjecturando as formulações clássicas da literatura especializada com as particularidades do contexto estudado. A reflexão metodológica ocupa igualmente lugar central nesse momento: são apresentados e justificados os procedimentos adotados para a produção do conhecimento, com ênfase no recurso à história oral como instrumento privilegiado de acesso às memórias subalternas e na análise documental como meio de confrontar e enriquecer os relatos colhidos junto às comunidades.

Cabe precisar que os relatos orais mobilizados nesta dissertação não resultam de um trabalho de campo próprio, mas de uma revisão de fontes orais já constituídas, em especial os depoimentos registrados no documentário *O Tear* (2013) e as entrevistas realizadas por Teixeira (2011) e Ribeiro (2016) junto a ex-operários, moradores e seus descendentes. A opção metodológica não decorre de descaso pela voz dos trabalhadores, mas do reconhecimento de que tais fontes, produzidas por pesquisadores e realizadores que tiveram acesso direto e prolongado às comunidades de Santo Aleixo, constituem um acervo já disponível, cuja leitura crítica, comparada e problematizada é, neste momento da pesquisa, mais adequada do que a produção apressada de um novo corpus de entrevistas. A realização de um projeto sistemático e próprio de história oral permanece, como se explicita nas considerações finais, um

constitucionalmente assegurados, como a jornada de oito horas, o décimo terceiro salário, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a estabilidade no emprego, foram historicamente conquistados a partir de décadas de lutas operárias, entre as quais aquelas travadas nos complexos fabris têxteis do estado do Rio de Janeiro.

desdobramento necessário desta investigação.

A articulação entre teoria e método não é, aqui, mero protocolo acadêmico, é condição para que o estudo da memória operária de Santo Aleixo seja tratado com o rigor e a sensibilidade que seu objeto exige. Do ponto de vista metodológico, esta dissertação configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e bibliográfico. Vale registrar uma particularidade que qualifica, mais do que fragiliza a pesquisa, parte expressiva dos pesquisadores cujos trabalhos aqui se articulam, com destaque para Felipe Ribeiro, coorientador desta dissertação, são eles próprios descendentes de operários da Fábrica de Santo Aleixo. Essa proximidade é responsável por parte da riqueza documental disponível, na medida em que permitiu acesso a acervos familiares e memórias que dificilmente se abririam a um pesquisador externo à comunidade. Trata-se, portanto, de um corpus de fontes orais produzido, em grande medida, a partir de dentro da própria comunidade operária.

Por fim, cabe distinguir dois registros que se alternam ao longo do texto e que devem ficar claros para o leitor. Em muitos momentos, a dissertação realiza revisão historiográfica: apresenta, resume e articula o que outros pesquisadores, sobretudo Mello, Ribeiro, Teixeira e Borja. Em outros momentos, a dissertação avança para a análise interpretativa própria: mobiliza categorias teóricas, a hegemonia cultural de Gramsci, os lugares de memória de Nora, os conflitos de memória de Pollak, para produzir uma leitura original dos dados e depoimentos reunidos que constitui a contribuição específica desta pesquisa.

O segundo momento da dissertação empreende a contextualização histórica e econômica, recuando às origens do processo de industrialização no Brasil, com atenção especial ao setor têxtil e à região fluminense, para então convergir sobre a trajetória específica do complexo fabril de Santo Aleixo. Da fundação da fábrica, em meados do século XIX, ao seu declínio em pleno século XX, o que se reconstrói não é apenas uma cronologia de eventos, mas a teia de condições geográficas, políticas, econômicas e técnicas que tornaram possível o pioneirismo industrial do lugar. As formas de organização do trabalho, as relações de produção, as condições materiais de vida dos operários e a dinâmica de crescimento das comunidades operárias que se formaram ao redor da fábrica compõem o pano de fundo indispensável para a compreensão das lutas e das expressões culturais que serão analisadas na sequência.

O terceiro e último momento constitui o núcleo argumentativo central da dissertação. É nele que se analisam, de forma integrada, as lutas operárias que marcaram o cotidiano da fábrica e as expressões culturais que delas emergiram ou com elas coexistiram. A hipótese que percorre essa análise é a de que não há separação entre o combate político e a festa popular, entre a greve e o samba, entre a reivindicação sindical e o jogo de bola, todas essas práticas são faces de uma

mesma cultura operária, forjada nas condições específicas de Santo Aleixo, e todas elas são igualmente passíveis de reconhecimento e salvaguarda como patrimônio cultural.

Em termos mais diretos, o argumento central desta pesquisa é o de que as lutas operárias e as demais práticas culturais dos trabalhadores da Fábrica de Santo Aleixo, constituem, em conjunto, uma cultura operária unificada que reúne os requisitos para ser reconhecida como patrimônio cultural do município de Magé. Esse é o eixo principal da dissertação, aquilo que ela efetivamente demonstra e argumenta, desenvolvido no Capítulo III. Já a industrialização brasileira, a história econômica de Magé e a trajetória administrativa da fábrica, tratadas no Capítulo II, constituem contexto como matéria histórica indispensável para compreender as condições em que essa cultura operária emergiu, mas que não é, em si, objeto de argumentação original desta pesquisa. A função do contexto é subsidiar o argumento central, não competir com ele em extensão ou centralidade analítica. A esse argumento se somam proposições concretas no campo da educação patrimonial, voltadas para a sensibilização das comunidades locais e para a formulação de políticas públicas que garantam a preservação e a transmissão dessa memória às gerações futuras.

Esse trabalho transcende o âmbito estritamente acadêmico. Ele se expressa no desejo de que Magé seja reconhecida, dentro e fora de suas fronteiras, como uma cidade marcada pela combatividade de seus trabalhadores e pela complexidade e relevância de sua cultura operária, de que essa memória tão viva quanto ameaçada pelo esquecimento e pelos retrocessos contemporâneos nos direitos do trabalho seja preservada, celebrada e transmitida como patrimônio cultural. Resgatar a história das lutas da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo é, em última instância, afirmar que os trabalhadores também fazem história e que essa história deve ser contada, protegida e reconhecida como parte fundamental do patrimônio cultural brasileiro.

CAPÍTULO I - Patrimônio Industrial, Memória Operária e Cultura Fabril

RESUMO

Este capítulo estabelece o arcabouço teórico-conceitual que sustenta a dissertação, articulando as noções de patrimônio cultural, patrimônio industrial e memória social e política do trabalho. Parte-se da genealogia do conceito de patrimônio no Brasil, desde sua vinculação inicial, no âmbito do SPHAN (1937), a bens monumentais e à identidade nacional hegemônica, até sua ampliação progressiva, a partir da década de 1970, para incorporar práticas, saberes e modos de vida, processo que abriu espaço para o reconhecimento do patrimônio industrial como campo interdisciplinar de preservação. Com base nas formulações de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Pierre Nora sobre memória coletiva e lugares de memória, o capítulo demonstra que a valorização ou o esquecimento de determinados bens resulta de disputas simbólicas e políticas, o que explica a histórica marginalização das fábricas, vilas operárias e ruínas fabris frente a monumentos religiosos e coloniais. Em seguida, apresenta-se a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo, erguida entre 1847 e 1848 por companhia estadunidense, como estudo de caso: descrevem-se suas duas edificações sucessivas, sua trajetória de expansão sob a gestão do grupo Bezerra de Mello a partir de 1941, a formação de uma cultura fabril paternalista e as tradições de mobilização operária, com destaque para greves históricas como a Greve do Pano de 1918. Discute-se o declínio da fábrica a partir da década de 1970, seu fechamento em 1982 e a atual ocupação parcial dos galpões por um supermercado, evidenciando a descaracterização arquitetônica e a ausência de políticas municipais de preservação. Por fim, o capítulo situa a cultura fabril, expressa em clubes de futebol, blocos de carnaval e associações recreativas como o Guarany Futebol Clube, fundado em 1913, como elemento constitutivo de uma identidade operária que, apesar de moldada pelo controle patronal, se afirma com autonomia simbólica própria, fundamentada na condição de classe. Conclui-se que a valorização do patrimônio industrial exige superar a lógica monumental e reconhecer os trabalhadores como sujeitos históricos, alicerçando teoricamente a análise empírica desenvolvida nos capítulos subsequentes desta dissertação.

Palavras-chave: patrimônio industrial; memória social; cultura fabril; Fábrica Santo Aleixo; lugar de memória.

1.1 A construção do conceito de patrimônio no Brasil e a valorização do patrimônio industrial

O conceito de patrimônio artístico e nacional encontra suas origens no processo de formação dos Estados modernos, particularmente entre os séculos XVII e XVIII, quando as monarquias europeias centralizadoras desenvolveram mecanismos de legitimação de seu poder político e simbólico. Nesse cenário, o patrimônio passou a ser apropriado como instrumento de afirmação identitária e de coesão social, assumindo um papel estratégico na constituição da ideia de nação.

A consolidação da noção contemporânea de patrimônio ocorreu de forma mais expressiva a partir da Revolução Francesa (1789), momento que representou um marco decisivo na valorização dos bens culturais como herança coletiva da sociedade. Os bens até então vinculados à Igreja e à monarquia foram secularizados, inventariados e preservados, passando a compor a memória histórica do “povo francês”. Nesse contexto, foram criadas instituições fundamentais, como o Museu do Louvre, convertido em museu público em 1793, além da formulação da noção de “monumento histórico”, compreendido como bem digno de proteção em nome do interesse coletivo (Choay, 2010; Hobsbawm, 1990).

A noção de patrimônio, tal como compreendida no Brasil, passou por transformações significativas ao longo do século XX. Inicialmente vinculada a uma concepção monumentalista, fortemente inspirada pelas experiências europeias de preservação, sua consolidação se deu a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937¹⁰, sob a liderança de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesse contexto, privilegiava-se a preservação de bens excepcionais, notadamente edificações religiosas, conjuntos urbanos coloniais e obras de arte vinculadas a uma ideia de identidade nacional.

Entretanto, a noção de patrimônio cultural ampliou-se progressivamente, incorporando novos referenciais e dimensões. A partir da década de 1970, em diálogo com debates internacionais conduzidos pela UNESCO e por organismos como o ICOMOS, o conceito passou a englobar não apenas bens materiais, mas também práticas, saberes e modos de vida. Esse alargamento conceitual abriu espaço para a valorização de objetos e espaços até então marginalizados, como o patrimônio industrial.

Ainda nesse sentido, no Brasil, a noção de patrimônio passou por um processo gradual de transformação, acompanhando as mudanças históricas, políticas e culturais do país. Pode-se

¹⁰ BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

entender o patrimônio cultural como o conjunto de bens materiais e imateriais que são reconhecidos como relevantes para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.

Assim, a noção contemporânea de patrimônio no Brasil resulta de um processo de constante negociação entre políticas estatais, movimentos sociais, debates acadêmicos e influências internacionais. No caso específico do patrimônio industrial, trata-se de um campo ainda em disputa, no qual se confrontam diferentes narrativas: de um lado, a memória da modernização dos meios de produção e da identidade fabril, de outro, a resistência de trabalhadores e comunidades que reivindicam o reconhecimento de suas experiências como parte constitutiva da história nacional.

Trata-se, portanto, de uma categoria histórica, social e política, cujos significados se modificam ao longo do tempo, refletindo os valores e interesses atribuídos pelas sociedades em diferentes contextos. Em suas formulações iniciais, o patrimônio foi associado sobretudo às dimensões histórica e artística, com ênfase na preservação de bens materiais de caráter monumental, tais como edificações, obras de arte e conjuntos arquitetônicos vinculados à memória das elites. Essa concepção clássica, inspirada em modelos europeus, reduzia o patrimônio ao que era esteticamente consagrado e representativo de uma identidade nacional hegemônica (Fonseca, 2009).

A industrialização brasileira, embora relativamente tardia, deixou marcas significativas na paisagem urbana e no cotidiano das populações trabalhadoras. Fábricas, vilas operárias, ferrovias e complexos produtivos tornaram-se parte da memória social e do imaginário coletivo. No entanto, por muito tempo, esses bens foram desconsiderados pelos órgãos de preservação, seja por sua associação a práticas de exploração do trabalho, seja por não se enquadrarem na lógica estética do “monumento”.

Atualmente, a noção de patrimônio cultural, em sua acepção ampliada, abarca tanto os bens materiais quanto os imateriais que traduzem valores históricos, artísticos, científicos e sociais, constituindo referências identitárias para diferentes grupos e sociedades. No caso específico do patrimônio industrial, tal conceituação ganha contornos próprios ao incluir os espaços, objetos e práticas vinculados ao universo produtivo e às transformações sociais dele decorrentes.

O conceito de patrimônio industrial¹¹ refere-se ao conjunto de vestígios materiais e imateriais oriundos das atividades produtivas industriais que detêm valor histórico, tecnológico,

¹¹ Cf. ICOMOS BRASIL. Patrimônio industrial. 1998. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/patrimonio-industrial>; MESQUITA, Zandor; Pierotte, Otávio. O patrimônio industrial como elemento da paisagem cultural.

social, arquitetônico ou científico, incluindo instalações como fábricas, oficinas, minas, armazéns e a infraestrutura de transporte, habitações e demais espaços relacionados à indústria. Esses elementos não apenas testemunham modos de produção e inovações técnicas de determinada época, mas também representam a cultura do trabalho, a dinâmica social e os processos de transformação urbana e territorial ligados à industrialização.

O patrimônio industrial, portanto, abrange um universo plural que permite compreender as mudanças econômicas, sociais e culturais, bem como recuperar as memórias e identidades das comunidades laborais e dos espaços modernizados pelas atividades industriais. Dessa forma, o conceito se consolidou como campo interdisciplinar, articulando história, arqueologia, sociologia, arquitetura e políticas de preservação cultural para promover a valorização crítica desses bens e suas sociabilidades.

A valorização do patrimônio industrial no Brasil ganhou força a partir das últimas décadas do século XX, em diálogo com movimentos internacionais de salvaguarda, como os conduzidos pela The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (2003). O reconhecimento de que as estruturas fabris e os espaços do trabalho constituem testemunhos fundamentais das transformações sociais, econômicas e culturais da modernidade permitiu sua inscrição como patrimônio de relevância histórica. Nesse processo, o patrimônio industrial deixou de ser visto apenas como resíduo material da produção e passou a ser concebido como vetor de memória social e identidade coletiva.

O patrimônio industrial, portanto, deve ser compreendido como elemento integrante da paisagem cultural, já que carrega consigo marcas materiais e simbólicas que revelam não apenas o processo produtivo, mas também as relações sociais e identitárias que dele emergem. Como aponta Mesquita (2016) a paisagem e o patrimônio industrial constituem uma interação dinâmica: ao mesmo tempo em que a paisagem conforma a memória do trabalho, os espaços fabris e suas ruínas se tornam documentos históricos capazes de evocar experiências coletivas, modos de vida e formas de resistência.

Sob essa perspectiva, a preservação do patrimônio industrial ultrapassa a dimensão meramente arquitetônica ou técnica, assumindo um papel fundamental na valorização das narrativas sociais que nele se inscrevem. Ao reconhecer fábricas, oficinas e bairros operários como depositários de memórias coletivas, evidencia-se que esses espaços funcionam como

Geosul, Florianópolis, v. 33, n. 69, p. 66-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2018v33n69p66/37879/205994>; DA SILVA, Ronaldo André Rodrigues. Paisagem Cultural Industrial: memórias de um patrimônio da contemporaneidade. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 86–106, 2011. DOI: 10.20396/lobore.v5i1.109. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/109>.

testemunhos vivos das transformações econômicas e culturais, além de constituírem referências identitárias para as comunidades locais. Dessa forma, a proteção e a interpretação desses bens não se limitam à conservação física, mas envolvem também a salvaguarda de significados, práticas e memórias que reforçam a dimensão cultural da paisagem.

A memória desempenha papel central na construção de identidades sociais. No âmbito das ciências sociais, a memória é compreendida como um fenômeno coletivo e dinâmico, cuja função extrapola a mera conservação de fatos passados e se insere no processo de construção das identidades sociais, na consolidação de valores e na estruturação das práticas culturais.

Maurice Halbwachs (1990), um dos principais teóricos do tema, conceitua memória coletiva como o resultado das lembranças compartilhadas e reconstruídas por grupos sociais ao longo do tempo, ressaltando que tais lembranças não existem isoladamente, mas dependem de um quadro de referências comum capaz de legitimar, selecionar e reinterpretar acontecimentos.

A memória social, portanto, responde pela manutenção e reprodução de padrões interativos, normas, saberes e representações, participando da formação do imaginário social e dos processos de identidade, além de influenciar a configuração espaço-temporal dos grupos e sua capacidade de adaptação ou resistência frente às transformações históricas e culturais. Dessa forma, a memória nas ciências sociais é entendida como uma dimensão inerente às disputas por legitimidade, reconhecimento e poder simbólico, revelando-se constitutiva das dinâmicas de inclusão, pertencimento e esquecimento que atravessam as sociedades

Compreende-se, assim, que a memória transcende a dimensão individual da recordação para configurar-se como um fenômeno eminentemente social, atravessado por processos de seleção, disputa e ressignificação. Longe de constituir um repositório neutro de lembranças, a memória é constantemente reelaborada a partir de demandas presentes e de contextos históricos específicos, o que implica tanto mecanismos de preservação quanto de esquecimento. Nesse sentido, ela desempenha papel estruturante na produção e manutenção das identidades coletivas, funcionando como instrumento de legitimação cultural e política, ao mesmo tempo em que possibilita a revisão crítica do passado e a construção de novos referenciais simbólicos.

Outra contribuição fundamental é de Michael Pollak (1989), que destacou os processos de memória e esquecimento como dimensões indissociáveis. Para o autor, toda memória coletiva resulta de disputas de poder simbólico, envolvendo tanto a seleção do que será lembrado quanto a exclusão do que será silenciado.

No caso do patrimônio industrial, essa lógica torna-se evidente: por muito tempo, as fábricas, vilas operárias e ruínas fabris foram vistas apenas como espaços de degradação ou obsolescência, não merecendo a mesma atenção concedida a igrejas barrocas, palácios coloniais

ou monumentos oficiais. Assim, quando o Estado ou os órgãos de preservação elegem certos bens como dignos de proteção, estão simultaneamente produzindo esquecimentos, apagando histórias e invisibilizando experiências.

Pollak (1989) chama a atenção para o fato de que a memória se organiza por meio de fronteiras de inclusão e exclusão: lembrar é também escolher o que esquecer. Aplicado ao campo da industrialização brasileira, isso significa que a patrimonialização das fábricas ainda em ruínas ou em desuso tanto é um exercício de conservação material, como também um gesto político de reconhecimento de trajetórias operárias historicamente silenciadas.

Quando uma comunidade reivindica a preservação de uma antiga usina, chaminé ou vila operária, ela está buscando para além de proteger um edifício, mas também afirmar sua presença na história, resgatar vozes marginalizadas e disputar espaço no imaginário coletivo.

No caso brasileiro, a marginalização histórica da memória operária e industrial nos inventários oficiais exemplifica esse mecanismo: privilegia-se a monumentalidade religiosa e arquitetônica, enquanto as marcas do trabalho, da exploração e da resistência operária permanecem, muitas vezes, invisibilizadas. Assim, pensar o patrimônio industrial é também pensar nas lacunas e nos silêncios da memória nacional.

Essa mesma lógica de disputa em torno do valor patrimonial pode ser observada em outros bens do território mageense. Ao analisar a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, também localizada no município de Magé, Oliveira Junior (2026) parte da premissa de que "o valor patrimonial não é uma qualidade intrínseca ao bem, mas resulta de um contínuo e dinâmico processo social de atribuição". Segundo o autor, esse processo mobiliza agentes heterogêneos, o Estado, a instituição religiosa, a comunidade local, os especialistas e o mercado turístico, cada qual operando segundo lógicas próprias de valoração, o que produz um campo permanente de tensões e negociações sobre o que deve ser preservado, por que e para quem. Tal formulação reforça o argumento aqui sustentado: assim como a Igreja da Guia, a Fábrica Santo Aleixo e a memória de seus trabalhadores não podem ser compreendidas apenas por sua materialidade remanescente, mas pelo modo como diferentes sujeitos sociais, sindicalistas, moradores, ex-operários e seus descendentes, atribuem sentido a esse patrimônio a partir de suas práticas, vivências e narrativas cotidianas.

Dessa forma, ao se reconhecer a memória como construção coletiva e em permanente disputa, torna-se possível compreender sua estreita relação com os espaços e objetos que materializam experiências sociais. Os lugares conservam marcas do passado, funcionando como suportes de significados, permitindo que lembranças e identidades sejam continuamente reativadas. É nesse ponto que a reflexão sobre o patrimônio ganha relevância, pois nele se

inscrevem práticas, narrativas e valores que conferem materialidade à memória coletiva e possibilitam sua transmissão entre gerações.

No caso do patrimônio industrial, essa dimensão torna-se evidente: fábricas, oficinas, bairros operários e objetos de trabalho guardam as experiências, lutas e resistências dos sujeitos que neles viveram e trabalharam.

No Brasil, a experiência operária foi marcada por processos de organização coletiva, greves, associações culturais e políticas, bem como por práticas cotidianas que moldaram um universo simbólico próprio. A valorização dessa experiência como patrimônio cultural implica reconhecer que a história do trabalho está para além das estatísticas econômicas ou das narrativas empresariais, consistindo também em memórias, afetos e tradições transmitidas entre gerações.

Nesse sentido, a instalação e expansão de organizações industriais constituíram-se como elementos estruturantes, promovendo uma vinculação direta entre a acumulação de capital e a transformação das comunidades que orbitavam em seu entorno. Tais empreendimentos, ao ultrapassarem a mera função produtiva, atuaram como agentes de integração social, incidindo de modo significativo sobre os modos de vida, os padrões culturais e as formas de organização coletiva.

No Brasil, particularmente entre os meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a centralidade das atividades industriais revelou-se determinante para a conformação do espaço urbano, funcionando como um dos principais vetores de aglutinação social e de produção simbólica nos contextos em que se estabeleceram.

Nesse sentido, o patrimônio cultural industrial constitui-se como referência coletiva que transcende a materialidade dos espaços industriais. Ele abrange as histórias de vida, as sociabilidades construídas em torno do trabalho, os saberes técnicos transmitidos de forma intergeracional e as lutas pela dignidade no espaço fabril. Essa perspectiva amplia a noção de patrimônio ao incorporá-la ao campo da memória social, em que a experiência dos trabalhadores é reconhecida como parte constitutiva da identidade nacional.

Assim, pensar o patrimônio industrial como depositário de memória é também pensar na centralidade da classe trabalhadora na construção da sociedade brasileira contemporânea. Preservar esses espaços significa dar visibilidade a trajetórias muitas vezes silenciadas, estabelecendo vínculos entre passado, presente e futuro.

O estudo desenvolvido por Nery e Ferreira (2023), acerca do “Caminho Fabril” em Rio Grande/RS, reforça a importância de compreender o patrimônio industrial como depositário de experiências sociais e de memórias operárias. Ao mapear mais de cento e vinte

estabelecimentos fabris e coletar depoimentos de trabalhadores, as autoras evidenciam que a memória do trabalho é atravessada por sentimentos de dor, orgulho e saudade, compondo um acervo que se articula ao espaço físico das fábricas e às paisagens urbanas transformadas pela industrialização.

No caso rio-grandino, os vestígios materiais, ruínas fabris, chaminés, antigos bairros operários, são inseparáveis das narrativas de vida que dão sentido ao passado industrial. Tal articulação confirma que o patrimônio industrial não pode ser reduzido a remanescentes arquitetônicos, mas deve ser entendido como uma síntese entre materialidade e memória, constituindo-se em elemento de identidade cultural. Assim, ao integrar história e memória operária às práticas de preservação, como demonstrado no projeto “Caminho Fabril”, abre-se espaço para repensar políticas patrimoniais que reconheçam os trabalhadores como protagonistas na construção da sociedade industrial. Desse modo, a experiência de Rio Grande exemplifica a necessidade de se considerar a memória social e política do trabalho como parte indissociável dos fundamentos para uma história social da industrialização no Brasil.

Além disso, experiências como a de Rio Grande dialogam com um movimento mais amplo de ressignificação do patrimônio industrial, observado em diversas regiões do Brasil e do mundo. Esses processos revelam que a memória operária não se limita ao registro das condições de trabalho, mas também envolve a construção de identidades coletivas e formas de pertencimento social. Nesse sentido, a preservação dos espaços fabris, quando articulada às narrativas dos trabalhadores e às práticas culturais locais, permite uma abordagem mais plural e inclusiva da história.

Trata-se de reconhecer que o patrimônio industrial, ao mesmo tempo em que guarda marcas da exploração e da desigualdade, também se constitui como lugar de resistência, solidariedade e criação simbólica. Assim, a valorização da memória social do trabalho amplia o escopo das políticas patrimoniais, deslocando-as de uma lógica monumental para uma perspectiva crítica, capaz de integrar os múltiplos significados atribuídos pela própria comunidade aos vestígios da industrialização.

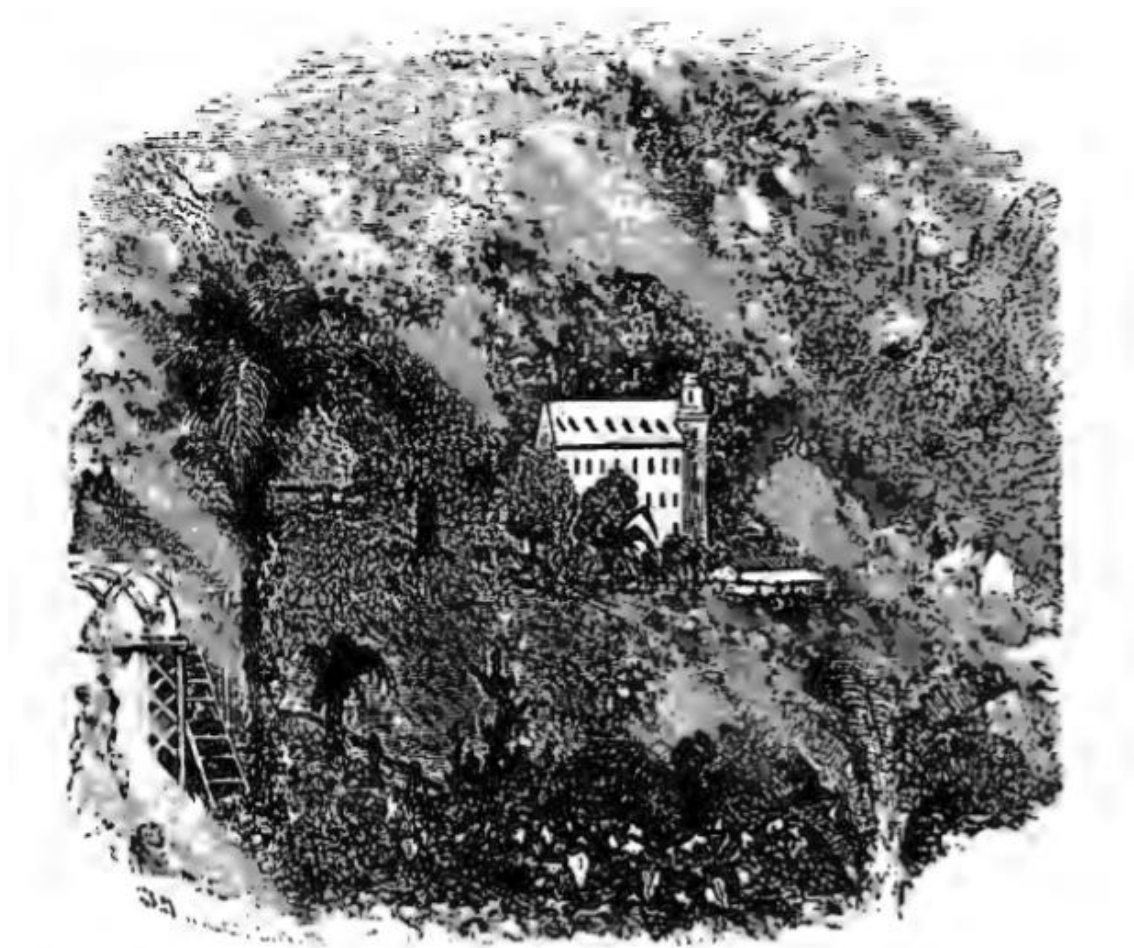
1.2 A Fábrica Santo Aleixo enquanto patrimônio industrial

O presente estudo tem como objeto de análise a Fábrica Santo Aleixo, um exemplo paradigmático para a compreensão das transformações fabris no Brasil. Este estabelecimento industrial emerge como um ponto focal para o exame da vivência operária, das resistências sociais e culturais que permearam o contexto fabril, bem como da necessidade urgente de

promoção de políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio industrial brasileiro. A relevância histórica, econômica e cultural da Fábrica Santo Aleixo justifica sua escolha como objeto privilegiado de pesquisa.

A Fábrica Santo Aleixo foi edificada entre os anos de 1847 e 1848 por uma companhia estadunidense, marcando um momento importante e pioneiro na introdução de tecnologias industriais modernas no Brasil (Mello, 2019; Ribeiro 2016). A sua primeira edificação era em madeira, com dois pavimentos, como demonstrado nas figuras 1 e 2 abaixo.

Figura 1 - Pintura da Fábrica Santo Aleixo



Fonte: KIDDER. D. P.; FLETCHER. J. C. O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo. Coleção Brasileira. Vol. 205. Companhia Editora Nacional: São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, 1941. p. 312.

Sendo um dos principais símbolos fluminenses do processo de industrialização durante o período imperial, a Fábrica Santo Aleixo destacava-se por empregar força de trabalho assalariada em um contexto histórico ainda fortemente marcado pelo trabalho escravizado, que permanecia como a principal força motriz da economia brasileira. Segundo Soares (2015, p.62):

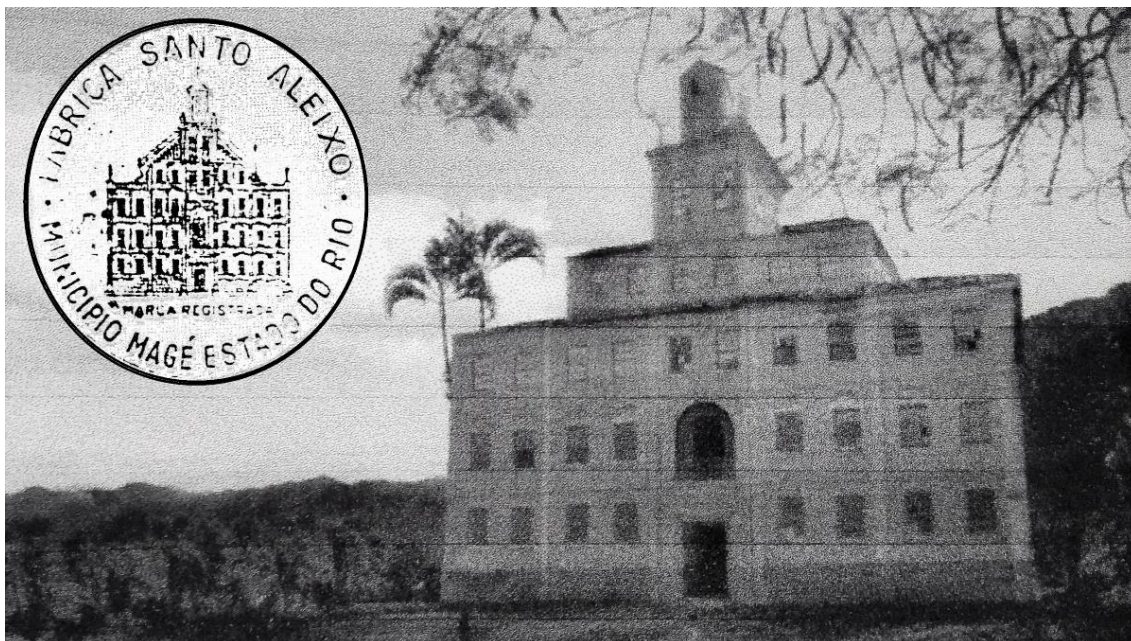
Em 1848, a Santo Aleixo estava sendo montada e tinha sido necessário a abertura de canais e um açude para conduzir e represar as águas que moveriam todo o maquinismo. Nos trabalhos de construção do estabelecimento, foram empregados 300 trabalhadores, sendo quase todos colonos de Petrópolis. Em 1849, quando entrou em funcionamento, o estabelecimento estava montado com 50 teares, 1.848 fusos, 1 máquina de descaroçar algodão, 2 máquinas de limpar, 14 de cardar, 6 de engomar antes de tecer, todos movidos por uma roda hidráulica de ferro de 42 palmos de diâmetro. O número de operários empregados era de 116, sendo a grande maioria também colonos de Petrópolis.

A instalação da Fábrica Santo Aleixo deve ser compreendida como um indício das tensões estruturais que atravessavam a economia imperial no limiar da industrialização. Mais do que um empreendimento técnico, a fábrica configurou-se como espaço de experimentação de novas racionalidades produtivas, nas quais o trabalho assalariado passou a ser concebido como vetor de modernização e de disciplinamento social.

A escolha da madeira como material estrutural, combinada à edificação em dois pavimentos, indica um processo de transposição técnica em meio às restrições do Brasil imperial. A fábrica foi erguida num tempo em que o país ainda carecia de infraestrutura capaz de sustentar empreendimentos industriais de grande porte, e essa condição impôs soluções construtivas que conciliavam o repertório europeu e norte-americano com os recursos locais.

A leveza da estrutura e a modularidade dos espaços permitiam a instalação dos teares e das máquinas importadas, inaugurando uma lógica produtiva orientada pela regularidade e pela divisão do trabalho. A fábrica Santo Aleixo inaugurava, assim, um tipo de arquitetura industrial que articulava o gesto técnico e a organização do corpo operário, introduzindo no espaço fabril uma nova economia de movimento e de tempo.

Figura 2 - Primeira edificação que abrigou a Fábrica Santo Aleixo



Fonte: Antigo prédio da Fábrica Santo Aleixo (entre as décadas de 1910 e 1920) e sua Marca Registrada (final do século XIX). Acervos: Aline Pereira e Ademir Calixto Oliveira, respectivamente. Montagem: Felipe Ribeiro.

O local escolhido para sua construção foi estrategicamente definido com base no potencial hidráulico dos rios situados na região da Serra dos Órgãos, cujas águas garantiam a energia necessária para o funcionamento dos teares e demais equipamentos industriais, o que proporcionou a instalação de outras fábricas têxteis em Magé (Ribeiro, 2018).

O segundo edifício fabril, localizado em Santo Aleixo, apresenta uma configuração arquitetônica marcada pelo uso da alvenaria e pela disposição horizontal de sua estrutura. Diferentemente de construções verticais mais comuns em determinadas tipologias industriais, essa edificação organiza-se em blocos articulados, distribuídos em um conjunto de galpões interligados, como se observa na figura 3.

Essa conformação atendia às necessidades funcionais da produção têxtil, além de refletir um modelo construtivo associado ao período de sua implantação, revelando influências estéticas e técnicas características da arquitetura industrial do século XX.

Figura 3 - galpões da antiga Fábrica Santo Aleixo não ocupados (2024)



Fonte: elaboração própria.

Ao longo de sua trajetória, o operariado têxtil de Santo Aleixo esteve à frente de importantes mobilizações, destacando-se greves de grande repercussão, como a Greve Geral de 1918. No distrito, esse episódio ficou conhecido como a “Greve do Pano”, uma vez que, além da paralisação das atividades e da ocupação das duas fábricas locais, trabalhadores levaram para suas casas fardos de tecidos estocados (Mello; Ribeiro 2022).

Outros acontecimentos reforçaram essa tradição de luta: a greve de solidariedade de 1935, motivada pela morte de um operário em Petrópolis em confronto com integralistas; a mobilização popular contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra; a expressiva presença do Partido Comunista no período pós-guerra; a eleição de diversos trabalhadores, inclusive de uma mulher operária, para a Câmara Municipal de Magé entre 1947 e 1962; e, posteriormente, a intensa repressão sindical e política instaurada após o golpe de 1964. Esses fatos consolidaram a imagem de Santo Aleixo como a “Moscouzinho” da região (Ribeiro, 2016).

No entorno da Fábrica Santo Aleixo, construíram-se diferentes formas de identidade. De um lado, propagava-se a ideia da “grande família fabril”, marcada pelo discurso de integração de todo o distrito; de outro, emergiam rivalidades entre bairros, blocos e equipes esportivas vinculadas às fábricas. Somava-se ainda a identidade de classe, sustentada pelas lutas por melhores condições de trabalho e de vida. Tais dimensões identitárias, embora distintas, coexistiam em constante interação e tensão.

A crise enfrentada pelo setor têxtil na década de 1970 também atingiu Santo Aleixo. Em 1982, a fábrica encerrou suas atividades de produção de algodão, pondo em risco a própria identidade operária do lugar. Apesar da não preservação do edifício fabril original, datado do século XIX, a edificação atual guarda relevância histórica.

Durante a primeira metade do século XX, a Fábrica Santo Aleixo passou por significativas transformações estruturais e administrativas, inserindo-se nas dinâmicas mais amplas de reconfiguração do parque industrial brasileiro. Em 1941, o empreendimento foi adquirido pela Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, momento em que passou a denominar-se Fábrica Esther¹².

Segundo Mello e Ribeiro (2013), o grupo empresarial implementou um modelo de gestão que combinava modernização técnica com uma ampla política social, marcada pela criação da vila operária, de escolas, espaços de lazer e associações recreativas. Essas iniciativas, embora assegurassem a permanência da força de trabalho e reforçassem o controle patronal sobre a vida cotidiana, também possibilitaram a consolidação de laços de solidariedade e pertencimento entre os operários, dando origem a uma cultura fabril singular. Nesse sentido, os autores apontam que:

Seguindo o modelo já adotado nas fábricas de Pernambuco, o Grupo Bezerra de Mello passou a investir na criação de uma infraestrutura que contava com vila operária abastecida de água, luz elétrica e esgoto; construiu escola, igreja e praça. Assim, ao mesmo tempo em que era garantida a permanência e a formação da força de trabalho, também procurava estender o controle exercido no chão da fábrica a todas as esferas da vida social dos trabalhadores. Tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no dia a dia dos operários e de seus familiares: na saúde, mediante o fornecimento de assistência médico-farmacêutica; na religião, com a edificação de igrejas para o atendimento espiritual; e no lazer, investindo na construção de praças e de um cinema, patrocinando clubes esportivos, blocos de carnaval e bandas de música, e criando associações operárias recreativas, que promoviam bailes, piqueniques, passeios e jogos de futebol (Mello; Ribeiro, 2013, pp. 171-172).

O comando da unidade foi assumido por Othon Lynch Bezerra de Mello¹³, industrial pernambucano reconhecido por sua expressiva atuação no setor têxtil nacional e por integrar o

¹² Othon Lynch Bezerra de Mello mantinha o hábito, em consonância com sua prática empresarial, de atribuir nomes femininos, geralmente de mulheres de sua família, aos estabelecimentos sob sua direção.

¹³ Othon Lynch Bezerra de Mello (1880-1949) foi um destacado empresário, industrial e político pernambucano, nascido em Limoeiro e falecido no Recife. Atuou principalmente nos setores têxtil, hoteleiro, açucareiro e energético, sendo responsável pela expansão do Cotonifício Othon Bezerra de Mello (Fábrica da Macaxeira), pela fundação da rede Hotéis Othon e por iniciativas industriais em Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Líder influente durante a primeira metade do século XX, Othon também teve papel relevante no desenvolvimento econômico e urbanístico de Recife, contribuiu para jornais e revistas, instituiu prêmios literários e foi mecenas das artes, além de ter exercido cargos como conselheiro municipal e deputado estadual.

grupo de empresários que impulsionaram a modernização das indústrias de fiação e tecelagem no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

A incorporação da antiga Fábrica Santo Aleixo ao grupo Bezerra de Mello deve ser compreendida no contexto de fortalecimento do setor têxtil durante o Estado Novo (1937–1945), período marcado pela política de substituição de importações e pelo incentivo à produção nacional. Sob essa nova gestão, o complexo fabril experimentou um processo de reorganização técnica e administrativa, com vistas à racionalização produtiva e à ampliação de sua competitividade no mercado interno.

Essas iniciativas inserem-se no que Mello e Ribeiro (2013) identificam como um processo de construção de uma “cultura fabril” em Santo Aleixo, na qual o cotidiano dos trabalhadores era moldado por relações de reciprocidade, vigilância e pertencimento. Ao mesmo tempo em que a empresa externava sua autoridade e reforçava os mecanismos de controle social, criava-se um ambiente de intensa sociabilidade operária, marcado por práticas coletivas que iam do trabalho ao lazer. Nesse contexto, o espaço fabril e seu entorno tornaram-se elementos estruturantes da vida comunitária: a vila operária, o sindicato, o clube e os blocos de carnaval formavam uma rede de interações que conferia coesão simbólica ao grupo e projetava a fábrica como o centro articulador das experiências sociais e afetivas do distrito. Ainda sobre as relações paternalistas das fábricas de tecido em Santo Aleixo, agora englobando também a Fábrica Andorinhas, Ribeiro (2013) comenta que:

Dotados de larga visão industrial, bastante inspirada nos modelos de cidades operárias americanas e europeias, os novos proprietários desenvolveram projetos voltados não apenas para suas empresas como também para a localidade circunvizinha: expandiram e aperfeiçoaram a geração hidroelétrica, para que assim atendessem com energia e água os habitantes, construíram vilas operárias para os trabalhadores, escolas, igrejas, ruas, praças, centros médicos, creches, cinemas, além de patrocinar grupos carnavalescos e clubes de futebol. Estas transformações, indubitavelmente, impactaram a vida dos trabalhadores, sobretudo no que tange a uma nova concepção de lar operário. Apesar das intenções patronais de “civilizar” e “modernizar” o cotidiano extra fabril dos trabalhadores, observamos que este conjunto de ações empreendidas pelas fábricas configurou como uma espécie de linha de colonização ou “frente avançada de povoamento”, não apenas investindo na imobilização da força de trabalho, mas também como um símbolo dessas fábricas, servindo tanto como a materialização do seu discurso paternalista, quanto um dos principais elementos de sedução para recrutar novos trabalhadores (oferta de uma casa para morar). Grosso modo, buscava-se reforçar aspectos da “vida urbana” para as vilas operárias, como se as fábricas estivessem levando a “cidade” para o “interior” (Ribeiro, 2013, p.56).

Essa interdependência entre estrutura produtiva e vida cotidiana produziu, segundo os autores, uma memória operária que ainda hoje associa a Fábrica Santo Aleixo à ideia de um

“tempo áureo”, no qual trabalho, sociabilidade e identidade estavam profundamente entrelaçados.

Todavia, a permanência dessa memória idealizada contrasta com os processos de mudança que, ao longo do tempo, transformaram profundamente o tecido econômico e social do distrito. À medida que o modelo industrial que sustentava essa cultura fabril começou a se fragilizar, as relações de trabalho e as formas de sociabilidade operária perderam gradualmente sua centralidade. O que antes constituía um sistema integrado, em que produção, moradia e lazer se entrelaçavam, passou a se desarticular diante das novas dinâmicas do capital e da reconfiguração espacial da indústria.

Com o passar das décadas, entretanto, as transformações econômicas e produtivas que marcaram o cenário nacional, especialmente a partir da segunda metade do século XX, impactaram diretamente a trajetória da Fábrica Santo Aleixo. O declínio gradual da indústria têxtil brasileira, somado à desindustrialização e à reestruturação das dinâmicas de trabalho, conduziu ao encerramento progressivo das atividades fabris no município. O que outrora representou um símbolo de modernização e desenvolvimento regional converteu-se, assim, em um conjunto de estruturas ociosas, cujo valor histórico e simbólico passou a se sobrepor à sua função produtiva original. Sobre o impacto do fim das fábricas em Magé, Ribeiro (2022) aponta que:

Verifica-se que 21% dos moradores do município trabalhavam diretamente na indústria têxtil. A relevância desse polo industrial perdurou até a década de 1970, quando algumas dessas fábricas começaram a encerrar suas atividades em um processo de desindustrialização que durou até o final da década de 1990, quando sua última fábrica fechou as portas. Vale dizer que a forte presença da indústria têxtil na cidade, desde a segunda metade do século XIX, marcou gerações de famílias operárias dentro e fora do espaço de trabalho, tecendo múltiplas memórias e identidades a partir da centralidade do trabalho fabril (Ribeiro, 2022, p.3).

Essa trajetória industrial e social reflete a centralidade econômica da fábrica na vida do município, além de apontar a complexa relação entre memória coletiva e espaço urbano. À medida que a atividade fabril declinou, os vínculos entre os trabalhadores, suas famílias e os territórios ocupados pela indústria permaneceram, ainda que enfraquecidos. Esse hiato entre a importância histórica das fábricas e a condição atual de seus espaços evidencia a necessidade de olhar para esses galpões para além de suas estruturas físicas, observando esses bens, mesmo em ruínas, ou com usos diversos, como marcos de identidade e de memória coletiva, cuja preservação requer atenção tanto do ponto de vista patrimonial quanto comunitário.

Seus galpões, atualmente em desuso ou ainda utilizados de maneira parcial, mas sem adequada conservação e manutenção, configuram-se como vestígios materiais de uma memória operária que, embora persistente, encontra-se fragilizada pela ausência de políticas efetivas de valorização patrimonial. Muitos desses espaços, em situação de abandono, revelam a vulnerabilidade de um legado industrial que, ao mesmo tempo em que testemunha a relevância histórica da fábrica para a constituição identitária da comunidade local, carece de iniciativas que articulem sua preservação às demandas do presente.

Os desafios relacionados à conservação desses bens são múltiplos e complexos. No caso do galpão ainda em uso (Figura 4), observa-se a descaracterização arquitetônica provocada pela alteração cromática de sua fachada e pela demolição de determinados trechos, resultante da adaptação às novas funções que o espaço passou a desempenhar. Além disso, a ausência de políticas públicas ao nível municipal voltadas para o patrimônio histórico, como uma lei municipal que garantisse a preservação de bens tombados através de conselho municipal de patrimônio, ou órgão análogo, acaba por dificultar ainda mais a preservação e conservação dos bens em Magé.

Tais modificações, embora garantam a funcionalidade imediata da estrutura, comprometem a integridade do patrimônio industrial e dificultam a construção de uma narrativa coerente sobre sua trajetória histórica. Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de estratégias de preservação que conciliem a permanência do uso contemporâneo com a salvaguarda da autenticidade histórica e cultural do edifício.

Figura 4 - Mercado Rio Sul instalado em um dos galpões da antiga Fábrica Santo Aleixo (2024)



Fonte: elaboração própria.

Apesar de constar no Inventário dos Bens Culturais de Magé, elaborado pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM)¹⁴ em 1984, e de ser reconhecida como um dos principais marcos da era industrial no município, a fábrica enfrenta um contexto adverso. O elevado índice de desemprego local, somado à ausência de políticas públicas voltadas para a educação patrimonial, favoreceu a aceitação, por parte da comunidade de Santo Aleixo, da perda gradual de seu valor simbólico. Nesse cenário, a falta de mobilização popular, sobretudo daqueles indivíduos diretamente ou indiretamente vinculados ao bem, torna o processo de salvaguarda ainda mais difícil de ser efetivado.

Seu valor histórico e simbólico ultrapassa a dimensão arquitetônica, representando um testemunho do processo de modernização dos meios de produção no século XIX e das transformações socioeconômicas daí decorrentes.

A história e a cultura da Fábrica Santo Aleixo, enquanto memória social e política do trabalho e da industrialização, revelam-se como elementos fundamentais para compreender as dinâmicas de transformação socioeconômica no Brasil. Seu valor histórico está além dos aspectos arquitetônicos, consolidando-se como um testemunho material das estratégias de modernização dos meios de produção no século XIX e das mudanças que reconfiguraram as relações de trabalho e o tecido social local.

No entanto, apesar de seu reconhecimento como marco da era industrial e sua contribuição para o desenvolvimento regional, como evidenciado pela cessão à Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) em 1984, a fábrica enfrenta um cenário de descaso e desvalorização simbólica, como demonstrado anteriormente.

A ausência de políticas públicas voltadas à educação patrimonial e o elevado índice de desemprego local contribuíram para a erosão do vínculo comunitário com o bem, dificultando a mobilização popular necessária para sua salvaguarda. Nesse contexto, resgatar a memória industrial da Fábrica Santo Aleixo significa busca reconhecer e valorizar as narrativas de luta, resistência e progresso que construíram e influenciaram a identidade coletiva de trabalhadores e suas comunidades ao longo da história.

¹⁴ Além disso, o município carece de inventários locais. Como apontado, o único registro nesse sentido foi o Inventário de Bens Culturais, de 1984. Cf. ALMEIDA, Roberta dos Santos de; OLIVEIRA JÚNIOR, Carlito Lopes de. Revisitando o inventário dos bens culturais do município de Magé (FUNDREM, 1984). In. Anais do XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais [recurso eletrônico] / organização Lia Calabre. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024.

1.3 A história e a cultura como memória social e política do trabalho e da industrialização

A relação entre história, cultura e trabalho se expressa de modo privilegiado na noção de memória social. Conforme destaca Ecléa Bosi (1994), a memória é campo de disputa, atravessado por diferentes interpretações e silenciamentos. No caso da industrialização, a memória social do trabalho articula-se tanto a narrativas oficiais, frequentemente centradas no progresso econômico, quanto às narrativas subalternas, que enfatizam condições de exploração, desigualdades e formas de resistência.

A cultura fabril, entendida como um conjunto de práticas, representações e valores compartilhados pelos trabalhadores, constitui-se nesse processo como elemento fundamental de uma memória política. Não se trata apenas de registrar as condições materiais do trabalho, mas de compreender como os trabalhadores significaram suas experiências, elaboraram estratégias de sobrevivência e formularam projetos coletivos.

Dessa forma, a preservação e valorização do patrimônio industrial não podem ser dissociadas de uma perspectiva crítica da história social do trabalho. A fábrica, a máquina, o galpão ou a vila operária não falam por si mesmos: é preciso interpretá-los à luz das relações sociais que os produziram. A cultura material do trabalho só adquire sentido pleno quando conectada às vivências concretas daqueles que a animaram.

Assim, pensar o patrimônio industrial como memória social e política significa deslocar o foco da mera conservação de edifícios para uma abordagem que privilegie a historicidade dos sujeitos e suas lutas. Ao integrar história, cultura e memória, é possível construir uma narrativa mais complexa da industrialização, que reconheça a centralidade do trabalho como categoria estruturante da vida social, como também compreender os operários como atores sociais.

A reflexão de Meneguello (2011) contribui para consolidar o patrimônio industrial como campo de pesquisa no Brasil, ao destacar sua pluralidade de dimensões. Em primeiro lugar, a autora enfatiza a relevância da memória do trabalho, entendida como um conjunto de saberes técnicos, práticas produtivas e sociabilidades vinculadas ao espaço fabril. Essa dimensão cultural, transmitida intergeracionalmente, corre risco de desaparecer à medida que antigas fábricas são demolidas e comunidades operárias se dispersam. Nesse sentido, preservar a memória do trabalho significa reconhecer os trabalhadores como sujeitos históricos, cujas experiências não se restringem à exploração econômica, mas envolvem identidades, afetos e vínculos sociais.

Outro aspecto central é a questão dos acervos. Meneguello (2011) chama a atenção para a diversidade de materiais relacionados ao universo fabril, desde maquinários, ferramentas e

instrumentos de precisão até documentos técnicos e representações artísticas da industrialização. Esses acervos, muitas vezes negligenciados ou descartados, constituem fontes primordiais para a compreensão dos processos de produção e das transformações sociais. Sua preservação exige políticas públicas que ultrapassem a lógica monumental e valorizem também a cultura material associada ao cotidiano da indústria.

Nesse sentido, a autora ressalta a importância da dimensão arquitetônica, na qual se inscrevem as fábricas, armazéns, ferrovias, vilas operárias e outras estruturas que marcaram o desenvolvimento urbano-industrial. A destruição ou descaracterização desses edifícios, frequentemente substituídos por empreendimentos imobiliários, compromete não apenas a memória material, mas também a leitura histórica da industrialização. A ausência de critérios claros para a preservação desses bens amplia a vulnerabilidade de um patrimônio que, em muitos casos, sobrevive apenas em ruínas.

Comparativamente, outros países latino-americanos também avançaram nesse processo. No México, a criação do Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), em 1939, assegurou forte protagonismo estatal na preservação de sítios arqueológicos e monumentos coloniais, mas apenas nas últimas décadas incorporou o patrimônio industrial à sua agenda.

Na Argentina, experiências como a preservação de bairros operários em Buenos Aires (La Boca) e de antigas fábricas têxteis em Córdoba revelam a valorização crescente da memória do trabalho como parte da identidade nacional. Já no Chile, a patrimonialização de complexos mineradores, como as oficinas de salitre Humberstone e Santa Laura, demonstra a importância do patrimônio industrial como testemunho histórico de comunidades laborais.

Assim, o texto de Meneguello reforça que o patrimônio industrial deve ser compreendido como um sistema integrado de bens materiais e imateriais, em que memória, acervo e edificação se articulam. Inserido nessa perspectiva, o campo constitui fonte de reflexão sobre a historicidade das relações de trabalho, as formas de organização social e os modos de apropriação do espaço urbano. Integrar esse entendimento à história social do trabalho permite ampliar as narrativas da industrialização brasileira, superando a visão restrita ao progresso econômico e valorizando os trabalhadores como protagonistas da construção do país.

A pesquisa de Goularte (2025, p. 234–265) apresenta uma leitura inovadora do patrimônio industrial ao considerar as ruínas fabris da Zona do Porto, em Pelotas (RS), como espaços de ressignificação cultural e afetiva. Ao investigar a prática da exploração urbana em antigas fábricas abandonadas, a autora demonstra que esses lugares transcendem a função de testemunhos arquitetônicos e tecnológicos da industrialização, tornando-se suportes para experiências estéticas, artísticas e contraculturais. Essa perspectiva amplia o entendimento do

patrimônio industrial ao incorporar dimensões subjetivas e sociais que, muitas vezes, são marginalizadas pelos discursos oficiais de preservação.

A análise mostra que a desindustrialização, longe de significar apenas perda ou obsolescência, abriu caminho para a emergência de novos usos e sentidos atribuídos pela comunidade local, especialmente por jovens vinculados a movimentos underground. Para esses grupos, os galpões e fábricas em ruínas converteram-se em “playgrounds” simbólicos, espaços de lazer, criação artística e construção de identidades coletivas. Nesse contexto, a ruína não aparece como sinal de decadência, mas como oportunidade de reinvenção e de resistência frente às lógicas hegemônicas do urbanismo e da preservação patrimonial.

Ao enfatizar que o patrimônio industrial pode ser, simultaneamente, ruína e espaço de criação, a autora propõe uma ampliação do campo de análise, em consonância com as recomendações da Carta de Sevilha¹⁵, que defende abordagens interdisciplinares e inclusivas para o patrimônio industrial no século XXI. Assim, o estudo contribui para uma compreensão mais complexa da memória social do trabalho, revelando que as fábricas abandonadas podem funcionar como cenários de resistência cultural e de produção de novos significados para a vida urbana.

Conforme demonstrado anteriormente, a trajetória da antiga Fábrica Santo Aleixo não seguiu o caminho esperado de preservação ou reconversão patrimonial. Apesar do potencial do espaço para ser reaproveitado em iniciativas de caráter cultural, educativo ou turístico, o processo de fragmentação da propriedade, com a divisão dos galpões entre diferentes proprietários, somado à crise econômica local e à ausência de políticas públicas voltadas à valorização do patrimônio industrial, resultou na instalação de uma unidade de supermercado no local. Esse desfecho revela a fragilidade das estratégias de gestão patrimonial em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, onde prevalece a lógica de mercado em detrimento da preservação da memória coletiva.

Entretanto, mesmo diante da descaracterização física do conjunto fabril, a cultura fabril persiste como memória social, manifestando-se em práticas e expressões simbólicas que resistem ao esquecimento. Iniciativas como os blocos de embalo e o clube de futebol, organizados pelos antigos trabalhadores da Fábrica Santo Aleixo, configuram importantes formas de continuidade identitária. Nesse contexto, Ribeiro aponta, destacando a formação de uma cultura fabril, que:

¹⁵ TICCIH-Brasil. Carta de Sevilha de patrimônio industrial. 2018. Disponível em: <https://ticcih.org/sevilla-charter-of-industrial-heritage/>. Acesso em 02 out 2025.

Aspecto também importante foi que a chegada dessas “novas administrações” nas fábricas coincidiu com o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Inevitavelmente, este contexto implicou de forma decisiva na formação da classe trabalhadora local e na consolidação de uma cultura fabril. Durante a guerra, o distrito vivenciou inúmeras transformações, por meio de vínculos “densos” e de “longo alcance”, mas que estavam diretamente ligadas às fábricas e seus trabalhadores, como a fundação do sindicato têxtil local, em 1941, de sua escola sindical dois anos depois, e a própria promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1942; a difusão de uma forte política social por parte das fábricas (com a construção de vilas operárias, entre outras ações), além dos diversos incentivos fiscais obtidos por essas empresas no chamado “esforço de guerra”, quando inclusive alguns direitos previstos na CLT chegaram a ser suspensos; além do fim do Estado Novo (1937-1945), seguido da forte atuação dos recém-criados partidos políticos, justamente no momento em que parte significativa dos trabalhadores brasileiros tornava-se eleitor (Ribeiro, 2013, p.57) .

Um dos exemplos mais expressivos dessa herança cultural ligada à cultura fabril é o Guarany Futebol Clube, fundado em 5 de setembro de 1913, por um grupo de operários da Fábrica Santo Aleixo. A criação do clube evidencia a forma como as sociabilidades operárias extrapolavam o espaço fabril, estendendo-se para o lazer e a vida comunitária.

A existência de outra fábrica têxtil no mesmo distrito intensificava as disputas simbólicas e comunitárias em torno do espaço fabril. Próximo de Santo Aleixo, a Fábrica Andorinhas, pertencente ao grupo Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S.A., consolidou-se como um importante polo produtivo e social. Assim como a Santo Aleixo, também criou seu próprio clube de futebol, o Andorinhas Futebol Clube, fundado em 17 de novembro de 1917, que se tornou o principal rival do tradicional Guarany Futebol Clube.

Essas associações esportivas, comuns em núcleos industriais, funcionavam como importantes espaços de convivência, solidariedade e afirmação identitária dos trabalhadores, fortalecendo vínculos coletivos e reproduzindo valores partilhados no cotidiano do trabalho.

Conforme observam Mello e Ribeiro (2013), o distrito configurou-se como um espaço de intensas interações sociais, nas quais as fronteiras entre o “mundo do trabalho” e o “mundo da vizinhança” se tornavam difusas. A moral familiar difundida pela empresa, os eventos religiosos e os clubes esportivos patrocinados pela fábrica operavam como mecanismos de controle social, mas também como formas de resistência simbólica, nas quais os trabalhadores produziam sentidos próprios de comunidade e identidade.

Atualmente, o Guarany Futebol Clube mantém suas atividades e preserva sua sede social no distrito de Santo Aleixo, reunindo descendentes e familiares de ex-operários da antiga fábrica. Mais de um século após sua fundação, o clube permanece como um dos principais símbolos da memória operária local, expressando a continuidade das tradições e o sentimento de pertencimento à comunidade. Sua relevância também se manifesta no plano esportivo: é o segundo maior vencedor do campeonato municipal, o que atesta o vigor de sua trajetória e o

engajamento histórico de operários, ex-operários e moradores do distrito. Ainda também o Andorinha Futebol Clube mantém suas atividades de forma análoga.

Como cada fábrica possuía sua própria vila operária, seus clubes de futebol (Guarany e Andorinhas) e blocos carnavalescos (como o Aranha e o Butantã), esses elementos se tornaram símbolos das disputas entre as comunidades. Nessas ocasiões, a ideia de pertencimento a uma "grande família fabril" era momentaneamente posta de lado, dando lugar a uma competição acirrada entre as duas localidades. Essa rivalidade histórica deixou marcas profundas na região e, de forma impressionante, ainda ecoa atualmente, perpetuada nas memórias e tradições locais.

Dessa maneira, o paternalismo industrial, ao mesmo tempo que unia os trabalhadores em torno de suas respectivas fábricas, também criava divisões simbólicas que transcendiam o espaço físico das unidades produtivas, reforçando identidades e narrativas que permanecem vivas na cultura local.

Essas divisões simbólicas, muitas vezes incentivadas ou mesmo reforçadas pelos próprios proprietários das fábricas, buscavam estruturar a vida social dos trabalhadores e estabelecer hierarquias implícitas dentro do espaço urbano e fabril. No entanto, é importante destacar que tais distinções se manifestavam principalmente nos momentos de lazer e nos contextos extracurriculares, não conseguindo se sobrepor à experiência compartilhada do trabalho. Dessa forma, Mello indica que:

Para muitos, as rivalidades que separavam os operários poderiam servir como sustentação do argumento segundo o qual as identidades construídas nesses centros esportivos, estreitamente ligados às respectivas companhias, ao mesmo tempo em que apontavam para a desunião e o conflito entre os trabalhadores têxteis do local sugeriam a existência de uma relação harmoniosa entre os “benfeitores” patrões e “sua” comunidade operária. A paixão pelos clubes podia, então, ser entendida como elemento que tendia a anular a marcação da distância que separava patrões e trabalhadores, em virtude das posições sociais antagônicas por eles ocupadas. Contudo, a partir de uma série de entrevistas realizadas com antigos operários-moradores de Santo Aleixo, em confronto com outras evidências como artigos de revistas de circulação local e registros presentes nas atas de reunião do AFC e do GFC, observamos a presença simultânea de identidades que, se em alguns momentos estiveram marcadas mais fortemente pelo apego a seus clubes de “coração”, na maior parte do tempo tinham no trabalho fabril o fundamento a partir do qual desenvolviam-se todos os demais vínculos identitários. Reconhecer no trabalho o mais forte fator de identificação entre os operários, mesmo entre os associados dos clubes recreativos, significa o reconhecimento de que, nas relações entre os trabalhadores, embora as associações recreativas pudessem funcionar como espaço em que se solidificavam as identidades, seus principais elementos formadores se originavam a partir do trabalho, neste caso, do trabalho fabril (Mello, 2009, p.178).

Como observa Mello (2009), a identidade operária se afirmava com força própria, consolidando-se como um elemento central da vida coletiva e cultural da classe trabalhadora, capaz de transcender as separações artificiais impostas pela direção das fábricas. Esse

predomínio da identidade ligada ao ofício, evidencia como os trabalhadores, mesmo submetidos a regras externas, construíam formas de sociabilidade e expressão cultural que reforçavam sua coesão e autonomia simbólica. Cabe ressaltar, contudo, que reconhecer o trabalho como fundamento identitário não equivale a subordinar as demais expressões da cultura operária a um estatuto secundário. Clube, carnaval e sociabilidade recreativa não são simples derivações do vínculo laboral, mas espaços de produção cultural com lógica e temporalidade próprias, igualmente constitutivos do patrimônio cultural aqui reivindicado.

Dessa forma, o principal elo que articulava as relações de sociabilidade entre os trabalhadores era, em última instância, a condição de ser operário. Essa identidade estava profundamente ligada ao ofício, à jornada de trabalho e aos elementos do cotidiano fabril, constituindo-se dentro de uma cultura própria, muitas vezes denominada cultura fabril, como a utilizamos em trechos anteriores.

Nos momentos de lazer, nas celebrações comunitárias e até nos ofícios religiosos, a vivência operária continuava a se manifestar, reforçando vínculos de solidariedade, hábitos compartilhados e uma sensação de pertencimento que ultrapassava as hierarquias impostas pelo espaço fabril. Dessa forma, a identidade operária se afirmava como eixo central das experiências coletivas, demonstrando como o trabalho influenciava a rotina, a sociabilidade e a memória cultural da comunidade, como defendido por Mello:

Uma cultura fabril se construiu a partir da sociabilização dos operários nos espaços de convivência, fora do trabalho e no próprio espaço da produção, onde construíram alianças e identidades que lhes possibilitaram tensionar o jogo de reciprocidades no qual estavam inseridos. A verificação dessa tensão, visível nos momentos em que o “pacto de reciprocidade” parecia ameaçado, permite observar que a experiência do consenso que marcou a relação entre empresário e trabalhadores não se encerra na explicação da dominação ideológica ou da opressão direta, ou, ainda, de um pragmático jogo de interesses. Todos esses elementos podem estar presentes – mas eles não prescindem da consideração de certo compartilhamento de valores culturais que legitimam compromissos e lealdades recíprocos (Mello, 2012, p.225).

A análise da cultura fabril, revela que esta, se constitui como um espaço de mediação complexa entre relações de poder, práticas cotidianas e construção identitária coletiva. Os vínculos estabelecidos pelos trabalhadores, tanto nos territórios da produção quanto nos espaços de sociabilidade extra fabril, evidenciam uma lógica de reciprocidade que transcende explicações simplistas centradas exclusivamente na dominação ideológica ou no cálculo pragmático de interesses.

Ao negociar, adaptar e, por vezes, tensionar as normas e expectativas impostas pelo universo fabril, os operários produzem formas de sociabilidade que articulam solidariedade,

lealdade e pertencimento coletivo, revelando a capacidade de agência cultural dentro de uma estrutura marcada por assimetrias de poder. Nesse sentido, a experiência operária configura-se tanto como efeito das relações laborais, como também um campo cultural ativo, no qual a identidade e os compromissos sociais emergem de práticas compartilhadas que perpetuam e ressignificam a memória coletiva.

CAPÍTULO II - O Processo de industrialização no Brasil, a História Fabril de Magé e a Ascensão da Fábrica de Santo Aleixo

RESUMO

Este capítulo reconstitui as condições econômicas, técnicas e políticas que tornaram possível a emergência da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo, situando-a no processo mais amplo de industrialização brasileira e fluminense. Revisando a historiografia econômica, contesta-se a tese do atraso industrial associada a Celso Furtado e recuperam-se estudos recentes, de autores como Wilson Suzigan, Cristina Soares, Matheus Coelho, Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico, que demonstram a existência de um dinâmico parque manufatureiro no Rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século XIX, estruturado pela mobilização de capitais, infraestrutura portuária e força de trabalho, majoritariamente escravizada, oriundos da própria economia escravista, o que fundamenta a categoria analítica de indústria escravista. Nesse quadro, descreve-se a fundação da Fábrica de Santo Aleixo, em 1848-1849, terceiro estabelecimento têxtil fluminense, mas o de maior durabilidade, instalado em Magé por sua vantagem hidrográfica e por sua proximidade com a colônia alemã de Petrópolis, fonte de mão de obra assalariada especializada; discute-se, ainda, sua trajetória ao longo das crises tarifárias e financeiras do século XIX e sua modernização na década de 1880. O capítulo acompanha a expansão do polo têxtil mageense com a fundação das fábricas Andorinhas, em 1890, e Mageense, em 1891, consolidando quatro grandes unidades que, sob o modelo de fábrica com vila operária, estruturaram a vida social do município até a Segunda Guerra Mundial, quando Magé se tornou o maior polo têxtil fluminense em número de operários. Analisa-se, em seguida, o processo de desindustrialização a partir da década de 1950, os ciclos de greve do pós-guerra e a repressão sindical após o golpe de 1964, articulada à violenta perseguição sofrida pelos posseiros das terras da Companhia América Fabril durante a ditadura civil-militar, cujas desapropriações só ocorreriam em 1973 e 1974. Conclui-se que a trajetória industrial de Magé, da escravidão à repressão rural, constitui o substrato histórico indispensável para compreender a extensão do poder enfrentado pelos trabalhadores sindicalizados de Santo Aleixo, cujas lutas são analisadas no capítulo subsequente.

Palavras-chave: industrialização brasileira; indústria escravista; Magé; Fábrica de Santo Aleixo; ditadura civil-militar.

2.1 O processo de industrialização do Brasil e o estado do Rio de Janeiro

Antes de adentrar o processo de industrialização brasileira em suas particularidades regionais, cabe explicitar a função deste capítulo na economia argumentativa da dissertação: ele não pretende oferecer uma história econômica autônoma, mas reconstituir as condições materiais, técnicas e políticas que tornaram possível a emergência da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo e, com ela, da experiência operária que constitui o objeto central deste estudo. A discussão sobre a industrialização do Rio de Janeiro e sobre a trajetória fabril de Magé, portanto, não é um desvio do argumento sobre memória e patrimônio, mas sua premissa histórica indispensável. Não é possível compreender as lutas sindicais e as formas de sociabilidade operária analisadas no Capítulo III sem antes situar o terreno econômico e social em que elas emergiram.

A virada do século XVIII para o XIX constituiu um dos momentos mais disruptivos da história moderna. A independência norte-americana, a Revolução Francesa, a revolução negra em Saint-Domingue e, sobretudo, a Revolução Industrial britânica redefiniram os marcos do desenvolvimento econômico e político das nações. O entendimento desse processo, contudo, exige que se afaste a perspectiva teleológica que enxerga nas economias periféricas apenas reflexos tardios e incompletos do modelo britânico. O Brasil possuía uma trajetória industrial própria, condicionada por sua estrutura social escravista, pela natureza dos capitais disponíveis e pela forma específica de sua inserção no mercado mundial.

A inserção do Brasil na chamada "carreira industrial" tem como marco formal o 1.º de abril de 1808, quando a chegada da família real portuguesa resultou na revogação do Alvará Régio de 1785, que proibia a instalação de manufaturas na colônia. A abertura dos portos às nações amigas, realizada naquele mesmo ano, inaugurou uma nova era de relações comerciais e produtivas. O Alvará de 28 de abril de 1809, que isentava de direitos alfandegários as matérias-primas importadas para as fábricas nacionais, aprofundou esse movimento e dotou o Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação da função de principal instância reguladora da atividade fabril.

A longa ausência desse período nos estudos sobre a industrialização brasileira deve-se, em grande parte, à força do paradigma do atraso, que por décadas moldou a leitura da história econômica do país. A interpretação mais influente nesse sentido foi a de Celso Furtado, para quem a industrialização efetiva do Brasil teria ocorrido apenas quando o eixo dinâmico da economia se deslocou da agricultura para a indústria, processo que só se concretizaria após 1930 (Furtado, 2002). Nessa chave interpretativa, o período anterior seria,

quando muito, um prolegômeno: as atividades fabris do século XIX seriam designadas por conceitos como "pré-indústria" ou "proto-industrialização", categorias forjadas originalmente para explicar o contexto europeu pré-revolucionário e que, transplantadas para a realidade brasileira, tendiam a reforçar a ideia de um desenvolvimento incompleto ou frustrado. Esse enquadramento conceitual produzia consequências analíticas precisas: ao classificar as manufaturas oitocentistas como estágios anteriores ao desenvolvimento pleno, a historiografia subordinava sua compreensão a uma narrativa evolucionista que tomava a industrialização europeia como norma e o caso brasileiro como desvio.

Essa interpretação foi progressivamente revista, principalmente com base nas investigações empíricas conduzidas por Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy (2024), que evidenciaram o dinamismo do setor manufatureiro fluminense já na primeira metade do século XIX. Na mesma linha, Matheus Sinder, apoiando-se na documentação do Tribunal da Junta de Comércio, identificou a existência de ao menos 179 unidades fabris registradas entre 1809 e 1850. Dentre essas, 116 estavam localizadas no município da Corte, enquanto as demais se distribuíam por províncias como Bahia, Pernambuco, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse conjunto abrangia uma produção diversificada, incluindo fábricas de rapé, velas, sabão, chapéus, tecidos de algodão, papel, cordoaria, chocolate, vidro, além de fundições e oficinas de carruagens (Coelho, 2023).

A historiografia mais recente propôs uma revisão profunda dessa periodização. Wilson Suzigan (2000) identificou as raízes do desenvolvimento industrial brasileiro ainda na relação imbricada entre o dinamismo agroexportador e a nascente indústria de transformação, situando o primeiro impulso decisivo nas últimas décadas do século XIX. Pesquisas posteriores, todavia, propõem recuar esse marco até 1808, incorporando as primeiras décadas dos oitocentos como período inaugural e constitutivo do processo de industrialização. Autores como Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira (2001), em sua obra sobre a pré-indústria fluminense, haviam utilizado a categoria de "pré-indústria" para descrever esse período. Soares (2015), porém, recusa a utilização de tais conceitos por considerá-los analiticamente limitados e tributários de uma perspectiva evolucionista ou etapista que não corresponde à complexidade do fenômeno. Para Soares, as manufaturas e fábricas têxteis do período não antecederam necessariamente a grande indústria fabril mecanizada: elas se articularam ao contexto mais amplo da sociedade escravista, tiveram seu surgimento possibilitado pelo processo de reorganização dessa sociedade e estavam limitadas pela lógica dos interesses dos setores escravistas e agroexportadores dominantes.

Nesse debate historiográfico, portanto, observa-se um deslocamento progressivo do

foco analítico: de uma narrativa que situava a industrialização brasileira apenas nas últimas décadas do século XIX para interpretações que buscam compreender as formas de produção manufatureira anteriores como parte constitutiva do próprio processo industrial. Ao problematizar categorias como “pré-indústria” e questionar leituras excessivamente lineares ou evolucionistas, esses estudos abriram espaço para abordagens que enfatizam a especificidade da formação social brasileira e a centralidade do regime escravista na organização da economia. É nesse contexto de revisão conceitual e de ampliação das fontes empíricas que emergem novas categorias analíticas capazes de apreender a coexistência entre trabalho cativo, capital mercantil e produção fabril, entre as quais se destaca a noção de “indústria escravista”.

A "indústria escravista" é, em termos operacionais, aquela que se reproduz no interior de uma formação econômica escravista, dela extraindo as condições de sua existência, o capital acumulado no tráfico de escravizados e nas lavouras, a força de trabalho compulsória ou liberta dos cativos, o mercado consumidor estruturado pela hierarquia cativa-livre e a própria proteção do Estado Imperial, instrumento de uma classe proprietária de escravizados (Coelho, 2023).

Ela difere, portanto, da simples "fábrica que usa escravizados": esta é uma descrição; aquela é uma relação estrutural. Nessa chave, mesmo estabelecimentos que operavam predominantemente com força de trabalho assalariada, como seria o caso da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo, a ser analisada na seção 2.3, integram o universo da industrialização escravista quando produzem para demandas geradas pela escravidão e reinvestem em uma economia cujas articulações fundamentais são definidas pelo cativo. A distinção conceitual é relevante porque permite analisar casos limítrofes sem forçar a evidência, nem toda fábrica com escravizados é igualmente "escravista" em sua lógica de funcionamento, assim como nem toda fábrica sem escravizados está fora da economia escravista. Essa perspectiva recebe novo aprofundamento com os estudos sobre a chamada Indústria Pesada, fundições, metalúrgicas e siderúrgicas produtoras de bens de capital e de produção.

Como demonstraram Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico (2017), as "raízes escravas do processo de industrialização" do país entrelaçavam-se com a financeirização, a urbanização e o crescimento do mercado interno, configurando o que a historiografia passou a denominar de "indústria escravista". A partir de dados georreferenciados, Almico e Saraiva identificaram que a concentração industrial, bancária e de patentes inventivas coincidia espacialmente com as regiões de maior densidade de escravizados, o que torna insustentável a tese da incompatibilidade e revela, ao contrário, uma relação de sinergia entre a expansão

da escravidão e o desenvolvimento das atividades modernas da economia.

O Estado joanino e depois imperial desempenhou papel ativo e multifacetado nesse processo. Além do Alvará de 1809, a Junta de Comércio concedeu provisões, privilégios exclusivos de fabricação por até catorze anos e o título de "Fábrica Nacional" aos estabelecimentos considerados relevantes para a economia do Império. Esse título não era apenas simbólico: autorizava o uso das armas imperiais na fachada do estabelecimento e assegurava isenção tributária sobre a importação de matérias-primas, vantagem considerável para fábricas que dependiam de insumos estrangeiros. Das 120 provisões de fábrica concedidas pelo Tribunal no período estudado, 104 foram destinadas à região fluminense, o que revela a assimetria da proteção estatal ao mesmo tempo que explica a concentração industrial no Rio de Janeiro. Essa concentração não era apenas resultado das forças de mercado: era produto de uma política deliberada que privilegiava a capital como polo do desenvolvimento manufatureiro nacional.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, complementava essas iniciativas ao introduzir novas máquinas, premiar inventores e publicar o periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, que difundia informações tecnológicas entre os fabricantes do país.

O periódico funcionava também como espaço de debate sobre as condições do desenvolvimento industrial, incluindo a polêmica questão do trabalho escravo versus trabalho livre nas fábricas. Autores como José Antônio do Valle defendiam nas páginas do *Auxiliador* a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, argumentando que os escravos eram "sempre ignorantes", trabalhavam "de má vontade" e eram "incapazes do progresso". Essa posição, como demonstrou Soares (2015), não encontrava respaldo nos dados empíricos: em quase todos os ramos da atividade industrial, trabalhadores escravizados demonstravam a mesma habilidade, perícia e destreza que os trabalhadores livres. O argumento liberal contra o trabalho escravo na indústria tinha, portanto, mais caráter ideológico do que econômico, e servia antes para justificar a superioridade do trabalho branco do que para descrever uma realidade produtiva que contrariava frontalmente essas premissas.

Quanto à questão do sistema fabril, entendido como a combinação de maquinismo, concentração de trabalhadores e disciplina fabril, a historiografia é unânime em reconhecer que ele só se consolidou no Brasil a partir da década de 1870. Antes disso, as fábricas nacionais operavam com predominância da força humana sobre as máquinas e com uma organização do trabalho estruturada em torno das relações senhor-escravo e mestre-aprendiz.

Isso, porém, não significa atraso tecnológico absoluto: os equipamentos utilizados nas fábricas brasileiras eram aqueles disponíveis no mesmo período nos países industrializados, e mesmo na Europa continental a distância em relação à vanguarda britânica era considerável durante toda a primeira metade do oitocentos. Havia, ademais, nas manufaturas e fábricas brasileiras do período, uma articulação entre as duas formas de organização manufatureira identificadas por Marx: a manufatura orgânica, com concentração de atividades numa mesma unidade produtiva, e a manufatura heterogênea, que pressupunha a desconcentração espacial dos operários, muitas vezes trabalhando em seus próprios domicílios¹⁶.

Em sua pesquisa sobre o nascimento da indústria escravista do Brasil, Matheus Coelho (2023) encontrou, nos dados do *Almanack Laemmert*, uma fonte valiosa para dimensionar o crescimento fabril da cidade com maior precisão. Em 1844, foram identificadas apenas 34 fábricas no município da Corte; em 1845, esse número saltou para 139; em 1850, chegou a 246; em 1860, atingiu 558; e em 1865, alcançou 591 estabelecimentos. Para os anos de 1873 e 1881, o *Almanack* revela com clareza a estagnação do setor industrial carioca entre os anos 1860 e o início da década de 1880. O levantamento de 1873, com 965 estabelecimentos, ao passo que o de 1881, com 1.242 unidades, sinalizava certa recuperação, ainda insuficiente, porém, para romper o quadro de estagnação vigente.

Os levantamentos de Soares (2015) complementam esse panorama: em 1852, a Câmara Municipal da Corte classificou 419 estabelecimentos como "fábricas", ao passo que, em 1861, o *Almanak Laemmert* registrava 1.146 unidades sob essa mesma denominação. Entre esses estabelecimentos, contudo, apenas um pequeno número poderia ser considerado manufatura de grande porte; a grande maioria constituía-se, na verdade, de oficinas artesanais. A cidade do Rio de Janeiro configurava-se, portanto, como a "grande oficina do Brasil": se no século XIX a Grã-Bretanha era a oficina do mundo, o Rio de Janeiro era o polo manufatureiro central do Império (Coelho, 2023).

Dessa forma, a análise das primeiras décadas do século XIX permite compreender a industrialização brasileira não como um fenômeno tardio ou derivado, mas como um processo historicamente situado, profundamente enraizado nas estruturas da sociedade escravista e nas dinâmicas do capitalismo atlântico. Longe de representar uma etapa incompleta ou meramente preparatória, a atividade manufatureira oitocentista constituiu um campo próprio de acumulação, experimentação produtiva e articulação entre diferentes formas de trabalho, capitais e mercados. Ao evidenciar a centralidade do Estado, a

¹⁶ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. v. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

diversidade das formas produtivas e, sobretudo, a imbricação entre escravidão e indústria, essa abordagem desloca o problema das “origens” da industrialização para uma questão mais ampla: a dos mecanismos concretos de formação e mobilização de capitais no interior dessa economia. É justamente nesse ponto que se insere o debate sobre as fontes de financiamento da atividade industrial, tema fundamental para compreender a passagem das bases mercantis e escravistas de acumulação para investimentos em setores produtivos e infraestruturais ao longo do século XIX.

2.2 Capital industrial, infraestrutura e força de trabalho: uma análise integrada

A questão das origens do capital que financiou a industrialização brasileira do século XIX é um dos pontos mais disputados da historiografia econômica nacional. Durante décadas prevaleceu a tese, associada a Celso Furtado e à escola da CEPAL, de que a indústria brasileira teria surgido como consequência dos choques externos sobre a economia agroexportadora, e não como resultado de uma acumulação primitiva de capital diretamente orientada para o investimento fabril. Essa perspectiva, como demonstraram pesquisas mais recentes, subestimava a capacidade de diversificação dos capitais mercantis e do tráfico negreiro em direção ao setor manufatureiro. A historiografia mais recente demonstrou que os negociantes vinculados ao tráfico atlântico de escravizados constituíam, nas décadas de 1830, 1840 e 1850, o grupo social com maior capacidade de acumulação no Brasil, e que parte substancial desses recursos foi canalizada para atividades industriais, bancárias e de infraestrutura após a proibição efetiva do tráfico em 1850.

A teoria dos linkages, aplicada por Wilson Suzigan (2000) para interpretar as origens da industrialização no Brasil, constitui um referencial analítico relevante. Em sua formulação original, Suzigan sustenta que a dinâmica industrial brasileira decorreu dos encadeamentos gerados pela expansão do setor agroexportador: encadeamentos para trás, ao estimular a demanda por insumos; para frente, ao favorecer o beneficiamento e a transformação de produtos primários; e no plano fiscal, ao ampliar os recursos disponíveis ao Estado.

Estudos mais recentes introduzem, contudo, um elemento adicional ao enfatizar que a expansão agroexportadora no Brasil oitocentista implicava, fundamentalmente, a ampliação da escravidão. Sob essa perspectiva, indústria fabril e regime escravista não configuram esferas antagônicas, mas processos estruturalmente articulados. As atividades capitalistas puderam se desenvolver num contexto social mais amplo marcado ainda pela predominância do regime escravista, limitadas pelos interesses e contradições dos grupos

dominantes vinculados à escravidão. Por isso, como argumenta Soares (2015), recusa-se a falar ainda da existência de um processo de industrialização pleno no período: os marcos econômicos e institucionais ainda eram definidos pela escravidão. A partir do momento em que esta declina e abre espaço para a generalização do trabalho livre, pode-se falar na aceleração de um processo de transição para o capitalismo que traz em seu bojo o processo de industrialização (Suzigan, 2000).

O desenvolvimento fabril oitocentista manteve relação estreita com a infraestrutura urbana e portuária. No caso do Rio de Janeiro, o porto constituía o núcleo organizador da dinâmica econômica regional e nacional. Por ele ingressavam as matérias-primas necessárias ao funcionamento das fábricas – soda cáustica, estearina, feltro, lúpulo, ferro gusa, pó branqueador, malte e lã fiada para os diferentes ramos de produção; por ele também escoavam produtos manufaturados destinados à exportação; e era igualmente por essa via que chegavam os africanos escravizados que compunham parcela central da força de trabalho do sistema produtivo. A própria dinâmica das atividades portuárias estimulava a concentração de estabelecimentos produtivos em suas imediações: fábricas de graxa e de velas destinadas às embarcações, cordoarias, fundições e uma extensa rede de oficinas artesanais compunham o que a historiografia recente designa como comunidade econômica portuária.

Entre 1828 e 1860, a alfândega do Rio de Janeiro respondeu por mais da metade da renda nacional, alcançando, nas décadas de 1840 e 1850, patamares superiores a 79% da arrecadação alfandegária do Império. Nesse contexto portuário e industrial, ganha destaque um segmento produtivo que a historiografia clássica tende a subestimar: a Indústria Pesada. Composta por fundições, metalúrgicas e siderúrgicas voltadas à produção de bens de capital e de produção de caldeiras, máquinas a vapor, navios, trilhos, engenhos de moer, essa indústria era, por assim dizer, o elo de articulação entre o mundo das lavouras e o mundo das fábricas.

Matheus Coelho (2023, p. 78 – 94), mapeando os Almanques Mercantis e os processos da Junta de Comércio para o período 1808-1865, identificou a existência de pelo menos 66 estabelecimentos do setor em todo o Império, com concentração marcada na Corte: na cidade do Rio de Janeiro, os números passaram de uma fundição em 1850 para onze em 1855 e dezoito em 1860. Pernambuco contava com cinco fundições em 1860; a Bahia, com até quatro em 1845. A Indústria Pesada recebia proteção estatal: das 118 provisões concedidas pela Junta de Comércio entre 1808 e 1850, 6,7% beneficiaram fundições e metalúrgicas, com especial incidência de isenções alfandegárias sobre matérias-primas

importadas.

A incorporação de máquinas a vapor nas décadas de 1840 e 1850 marcou uma transformação qualitativa relevante na organização do trabalho fabril. Como demonstrou Soares (2015) a partir da análise técnica dos estabelecimentos têxteis, os teares e as máquinas de fiar dos estabelecimentos fundados nesse período ainda não eram totalmente automáticos, e o trabalho dos operários não consistia somente na fiscalização e regulagem das operações do maquinismo: eles praticamente fiavam e teciam os panos valendo-se de sua destreza manual, ajudados pelas máquinas que lhes proporcionavam um movimento mais rápido nas suas operações.

Esses estabelecimentos estavam, portanto, bem mais próximos daqueles que existiram na Inglaterra no primeiro momento da Revolução Industrial, ainda na segunda metade do século XVIII, nos quais a força hidráulica era a força motriz predominante. Há ainda evidências de que grande parte do maquinário utilizado pelas fábricas brasileiras era aquele já obsoleto nos centros mais avançados da indústria têxtil europeia, sobretudo na Grã-Bretanha, que passara a ser vendido para países em que a grande indústria têxtil ainda estava sendo implantada. Stanley Stein (1979) assinalou que os estabelecimentos adquiriam o maquinário na Grã-Bretanha, Estados Unidos e França, trazendo desses países engenheiros e trabalhadores encarregados de sua montagem e manutenção (STEIN, 1979).

A composição da força de trabalho nas fábricas brasileiras do século XIX constitui um dos aspectos mais elucidativos da singularidade do processo de industrialização no país. Em oposição à ideia de que trabalho escravizado e produção fabril seriam incompatíveis, a documentação demonstra que pessoas escravizadas formavam o contingente predominante na maioria dos estabelecimentos industriais do período. Soares (2015), a partir da documentação da Junta do Comércio e de inventários post-mortem, demonstrou a prática generalizada do ensino de ofícios a cativos: era muito comum que, juntamente com escravos de serviços domésticos ou do ganho de rua, os senhores possuíssem cativos com os mais diversos ofícios mecânicos.

A aversão da população brasileira livre ao trabalho industrial também moldou a composição da força de trabalho. A ideologia da sociedade escravista criara a ideia do trabalho manual como "coisa de negro cativo", tornando o recrutamento de operários livres nacionais particularmente difícil. Isso explica, em parte, a predominância de trabalhadores estrangeiros – sobretudo portugueses, mas também franceses, alemães, ingleses e italianos – nas posições de mestres e operários qualificados. Como assinalou Ewbank nos anos 1840, os "mestres mecânicos", com exceção de alguns poucos franceses e outros estrangeiros, eram

quase todos portugueses.

A aversão à atividade industrial não se limitava, contudo, às camadas baixas da população: poucos foram os proprietários industriais de origem nacional, constituindo-se a maior parte deles de estrangeiros. Isso se dava porque a propriedade industrial não era considerada nobre e digna de status social e político, tal como a grande propriedade rural. Entre os brasileiros sem grandes posses, havia ainda uma tendência à busca de emprego no funcionalismo público, abundante no Rio de Janeiro por ser a capital do Império.

Segundo Soares (2024, p. 61), em 1856, "os 39 estabelecimentos empregavam 512 trabalhadores livres (49,28%), 153 brasileiros e 359 estrangeiros, e 527 trabalhadores escravizados (50,72%)", sendo que no ano seguinte "a proporção do trabalho 'cativo' nos 34 estabelecimentos industriais se reduziria, empregando estes 839 trabalhadores livres (65%) [...] e 451 escravizados (35%)". Esses dados evidenciam tanto a escala da escravidão industrial quanto a tendência de substituição progressiva do trabalho cativo pelo livre, processo que se aprofundaria nas décadas seguintes.

A distribuição do trabalho escravo entre os diferentes ramos industriais era, porém, bastante desigual. A distribuição do trabalho escravo variava significativamente entre os diferentes ramos industriais. Nas manufaturas chapeleiras, segundo Soares (2024, p. 63), "os trabalhadores livres eram majoritários": dos 482 operários registrados em 15 estabelecimentos em 1856, "322 eram livres (66,60%) [...] e 160 escravizados (33,20%)". Já nas manufaturas de rapé, "a predominância do trabalho escravizado era incontestável": em seis estabelecimentos, "15 eram livres (12,30%) e 107 escravizados (87,70%)" (SOARES, 2024, p. 63). No ramo de sabão e velas, os escravizados correspondiam a "61,76%" do total (SOARES, 2024, p. 64). Em contraste, nos estabelecimentos de fundição e máquinas, "a predominância era do trabalhador livre": dos 159 trabalhadores em dois estabelecimentos em 1857, "145 eram livres (91,19%) [...] Os escravizados eram apenas 14 (8,81%)" (SOARES, 2024, p. 64). Essa distribuição revela que o trabalho escravo na indústria não era indiferenciado, concentrando-se em determinados ramos conforme as características do processo produtivo e as estratégias de cada proprietário.

A manufatura da Ponta da Areia oferece o quadro mais detalhado de uma grande unidade produtiva do período. Segundo Soares (2024, p. 65-66), em 1855 o estabelecimento empregava "411 operários", dos quais "281 eram trabalhadores livres (68,37%), 164 estrangeiros e 117 brasileiros", enquanto "os 130 trabalhadores escravizados (31,63%), 'crioulos' e 'africanos', desempenhavam diversas tarefas no estabelecimento, entre as quais as mais especializadas, tais como maquinistas, moldadores, modeladores, caldeireiros e

carpinteiros". Do total de escravizados, "ao próprio estabelecimento de Ponta da Areia pertenciam 85 [...], enquanto os 45 restantes eram alugados de diversos senhores". Em 1857, o contingente cresceu consideravelmente: "o número de trabalhadores do estabelecimento aumentou [...] atingindo o total de 667 operários", sendo "507 (76,01%) [...] trabalhadores livres [...] enquanto os escravizados eram 160 (23,99%)" (SOARES, 2024, p. 66). Essa trajetória de expansão, com crescimento tanto do contingente livre quanto do escravo, exemplifica a natureza não excludente das duas formas de trabalho no contexto da industrialização escravista.

A abolição do tráfico africano em 1850 e a forte demanda por escravizados exercida pelas áreas cafeeiras sobre os cativos urbanos repercutiram fortemente sobre as manufaturas. Com a elevação dos preços dos escravizados, a compra de cativos especializados tornou-se bastante onerosa para os proprietários de indústrias, e os aluguéis de escravos realmente habilitados para a indústria aumentaram enormemente. Tornava-se mais compensador, para os industriais, vender seus cativos para as áreas cafeeiras e suprir as necessidades de força de trabalho recrutando imigrantes portugueses ou brasileiros pobres. O aumento da oferta de trabalhadores assalariados para a indústria constituiu-se, ademais, num fator de contenção dos salários nos limites impostos pelos fabricantes e, conseqüentemente, de redução dos custos de produção, o que possibilitou a muitos estabelecimentos enfrentarem a conjuntura adversa dos anos 1860 e 1870.

Foi na década de 1860 que se processou mais intensamente a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado nas tarefas industriais. Conforme aponta Soares (2024, p. 67), o levantamento de 1868 nos 32 estabelecimentos do 2.º Distrito da Freguesia de Santa Rita confirma essa transição: "dos 798 trabalhadores empregados nestes estabelecimentos industriais, 772 eram livres [...] e 76 eram escravizados, o que correspondia ao emprego de 90,48% de trabalhadores livres e apenas 9,52 de escravizados". O recenseamento de 1872 consolida esse quadro: "o número de operários de todo o Município Neutro chegava a 18.091", dos quais "15.956 eram livres (88,20%) e apenas 2.135 escravizados (11,80%)" (SOARES, 2024, p. 69). No início dos anos 1880, pelo menos nos grandes estabelecimentos manufatureiros, o trabalho escravo já não era mais empregado. Segundo Soares (2024, p. 74-75), "o levantamento realizado em 1882 pela Comissão de Inquérito Industrial [...] apenas 92 estabelecimentos responderam aos questionários", sendo que estes "empregavam somente trabalhadores livres, em um total de 4.432 operários", dos quais "1.567 empregados em 10 estabelecimentos têxteis, que já eram os mais importantes do Rio de Janeiro" — prenúncio da nova era industrial que se avizinhava.

2.3 A Fábrica Têxtil de Santo Aleixo: pioneirismo, expansão e declínio

O município de Magé, situado no Recôncavo da Guanabara, às margens da Baía de Guanabara, destacou-se no século XIX como um dos espaços mais dinâmicos do interior da província do Rio de Janeiro. Apesar da relativa distância da capital por via terrestre, sua ligação marítima com a Corte garantia integração constante ao principal mercado consumidor do Império. O transporte fluvial e de cabotagem reduzia custos, encurtava prazos e tornava economicamente viável a instalação de empreendimentos manufatureiros fora do núcleo urbano carioca.

Ao longo da primeira metade do oitocentos, a região passou por reconfiguração econômica significativa: a perda de centralidade da lavoura açucareira diante da expansão cafeeira no Vale do Paraíba não resultou em declínio absoluto, mas em diversificação produtiva. O avanço da navegação a vapor na Baía de Guanabara, o fortalecimento das conexões comerciais com a Corte e a intensificação do tráfico interprovincial de pessoas escravizadas após 1850 redesenharam a inserção regional na economia imperial.

Magé reunia condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento industrial. A rede hidrográfica local, alimentada pelos rios que descem da Serra dos Órgãos, fornecia tanto energia motriz para engenhos hidráulicos quanto água em abundância para atividades como a tecelagem de algodão. Essa disponibilidade hídrica era um fator locacional de primeira importância num período em que a força das águas era a principal fonte de energia motriz para a indústria têxtil. A estrutura fundiária, marcada pelo declínio da grande lavoura açucareira, disponibilizou terras e instalações passíveis de adaptação industrial, reduzindo os custos iniciais de implantação. Além disso, elites locais articuladas às redes políticas e comerciais do Império facilitavam o acesso a incentivos e autorizações estatais, frequentemente decisivos para a viabilidade dos empreendimentos fabris. A proximidade com Petrópolis, que concentrava uma colônia alemã numerosa e com experiência em trabalho artesanal e manufatureiro, constituía ainda um reservatório de força de trabalho especializada que seria fundamental para os primeiros estabelecimentos têxteis da região.

É nesse cenário que se insere a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo, fundada em 1848-1849 como o terceiro estabelecimento têxtil surgido na região fluminense. Trata-se de um caso singular na história industrial brasileira do século XIX. O primeiro estabelecimento têxtil fundado na região havia sido o do prussiano Frederico Guilherme, que começou a funcionar nas proximidades da área central do Rio de Janeiro em 1841. O segundo foi a

Fábrica São Pedro de Alcântara, do comerciante britânico Joaquim Diogo Hartley, que começou a funcionar em 1848. A Santo Aleixo, diferentemente desses dois predecessores, foi criada por uma companhia de origem estadunidense, tendo à frente Luiz Moran como diretor e Frederico Jones como gerente. Sua instalação fora do núcleo urbano da capital, em um município do interior da província, representava uma escolha locacional deliberada: aproveitava as condições hidrográficas de Magé e os recursos humanos disponíveis em Petrópolis, ao mesmo tempo que se beneficiava da conectividade marítima com o mercado da Corte.

Esse perfil de força de trabalho destoava profundamente do padrão predominante nas manufaturas brasileiras, que recorriam amplamente ao trabalho escravizado. A reduzida presença de trabalhadores nacionais refletia tanto a estratégia empresarial quanto a escassez de operários especializados no país. Não deve ser desconsiderado também o fator legal: o Governo Imperial permitia o funcionamento das fábricas têxteis com isenções fiscais na condição de que utilizassem trabalhadores formalmente livres e assalariados, o que tornava o emprego de escravizados juridicamente problemático nesses estabelecimentos específicos. Ainda assim, a produção estava diretamente vinculada às demandas da economia escravista: os anúncios publicados no *Jornal do Commercio* indicavam a venda de panos de algodão grosso e resistente, apropriados para o vestuário de pessoas escravizadas. A Santo Aleixo, portanto, operava com força de trabalho assalariada, mas produzia para um mercado estruturado pela escravidão, sintetizando em sua própria existência as contradições da modernização no contexto do cativeiro (Soares, 2015).

Não resta dúvida de que, nos anos 1850, a Santo Aleixo era o estabelecimento têxtil mais importante do Sudeste brasileiro: concorrendo com os tecidos ingleses, conseguiu controlar uma parte considerável dos mercados para seus tecidos grosseiros de algodão, superando não apenas a concorrência estrangeira, mas também a dos demais estabelecimentos fluminenses, da Fábrica Canna do Reino de Minas Gerais e dos pequenos estabelecimentos artesanais mineiros. A Fábrica São Pedro de Alcântara, de Hartley, fechou no decorrer dos anos 1850, incapaz de suportar a concorrência tanto dos tecidos importados quanto dos tecidos da Santo Aleixo.

A articulação comercial da Santo Aleixo era garantida por meio de um depósito no Rio de Janeiro, responsável pela distribuição aos atacadistas e varejistas que abasteciam fazendeiros e comerciantes em diferentes províncias. Esse modelo, com unidade produtiva no interior e ponto de venda na capital, demonstrava grau significativo de organização empresarial e antecipava, em muitos aspectos, estruturas de integração vertical que se

tornariam características do capitalismo industrial maduro.

A fábrica se distinguia também pela infraestrutura planejada: ao contrário de muitos estabelecimentos instalados em edificações adaptadas, Santo Aleixo foi concebida como unidade integrada, com prédios destinados especificamente à produção, sistema hidráulico para movimentação das máquinas e estruturas de apoio aos trabalhadores. Já em meados do século XIX havia referências de que a fábrica provia alojamentos para seus empregados, com as mulheres em compartimento em separado – iniciativa justificada pela distância que forçava a moradia no próprio local da produção, pois mais da metade dos trabalhadores era composta por colonos alemães oriundos de Petrópolis.

A primeira metade dos anos 1860 foi um período de dificuldades para os estabelecimentos têxteis fluminenses. As reformas tarifárias sucessivas de 1857 e 1860, as Tarifas Souza Franco e Silva Ferraz, ao reduzirem os direitos alfandegários dos produtos importados, possibilitaram maior afluência dos tecidos de algodão ingleses e os estabelecimentos tiveram que empregar todas as suas forças na tentativa de resistência à essa concorrência. A situação desfavorável foi agravada pela crise comercial e financeira de 1864, que determinou uma súbita redução do crédito fornecido pela rede bancária. Contudo, na segunda metade da década, o movimento da indústria têxtil melhorou. A Santo Aleixo beneficiou-se, provavelmente, da demanda de tecidos de algodão para as tropas que lutavam na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Nos anos 1870, a situação da indústria têxtil fluminense começou a se transformar. O crescimento populacional nas áreas cafeeiras e a construção de estradas de ferro abriram novas perspectivas de ampliação de mercados. Entre 1870 e 1875, foram fundados no Sudeste 13 novos estabelecimentos, 3 deles na província do Rio de Janeiro. A crise financeira de 1875, entretanto, atingiu duramente os recém-fundados. A Tarifa Rio Branco de 1874, ao reduzir os direitos de importação dos tecidos ingleses, agravou a situação dos estabelecimentos já enfraquecidos. A nova tarifa alfandegária adotada em 1879, estabelecendo a elevação de direitos dos produtos estrangeiros, trouxe algum alívio.

Nos anos 1880, a indústria têxtil fluminense começou a viver uma nova fase de prosperidade: a desestruturação da economia escravista e a ampliação dos mercados estimularam a transformação da capacidade produtiva dos estabelecimentos. A Santo Aleixo, junto com os demais estabelecimentos, teve que se reaparelhar para enfrentar os novos tempos e assumiu um real aspecto de fábrica moderna, com a introdução de máquinas mais potentes movidas a vapor.

A história da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo sintetiza, assim, as ambiguidades da

industrialização brasileira oitocentista: instalada em contexto de expansão escravista, operando com trabalhadores livres, mas voltada a atender às necessidades de uma sociedade fundada no cativeiro. Seu percurso revela que o desenvolvimento fabril no Brasil do século XIX não pode ser compreendido como ruptura com a escravidão, mas como processo que se estruturou, em larga medida, em diálogo estreito com ela, dependendo dessa ordem para seu mercado consumidor, para a disponibilidade de força de trabalho e para a própria dinâmica de acumulação que tornava possíveis os investimentos fabris.

2.4 República, Encilhamento e a reorganização industrial fluminense

Nas últimas décadas do século XIX, o ambiente econômico que havia sustentado a industrialização oitocentista sofreu alterações decisivas. A desagregação gradual do regime escravista, formalizada pela Abolição de 1888, redefiniu as relações de trabalho e reconfigurou o mercado consumidor de maneiras que as indústrias estabelecidas nem sempre conseguiam antecipar ou absorver com rapidez. A substituição do trabalho compulsório por formas assalariadas ampliou a circulação monetária e contribuiu para a formação de um público urbano de baixa e média renda, exigindo das indústrias têxteis não apenas aumento de capacidade produtiva, mas diversificação dos produtos oferecidos e adequação dos padrões de qualidade a uma demanda agora orientada pelo mercado e não pela compulsoriedade.

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou um novo quadro institucional e financeiro cujos efeitos sobre o setor industrial foram imediatos e profundos. O ministro da Fazenda Rui Barbosa implementou uma política de emissão de moeda e de facilitação do crédito que visava estimular a atividade econômica e suprir a demanda por meio circulante gerada pela abolição da escravidão e pela ampliação do trabalho assalariado. Esse contexto resultou no período conhecido como Encilhamento, marcado por intensa especulação financeira, criação vertiginosa de sociedades anônimas e volatilidade cambial. Entre 1889 e 1891, o número de empresas constituídas no Brasil multiplicou-se de forma sem precedentes: estima-se que, nesses poucos anos, formaram-se mais empresas do que em todo o período imperial. No setor têxtil especificamente, o Encilhamento estimulou a fundação de novos estabelecimentos e a modernização dos já existentes, criando as condições financeiras para o reaparelhamento que as décadas anteriores não haviam permitido.

Para o setor industrial fluminense, o Encilhamento teve efeitos ambivalentes. Por um lado, o crédito mais abundante e o ambiente favorável à constituição de novas empresas

estimularam a fundação de estabelecimentos fabris que anteriormente encontrariam maiores dificuldades de capitalização. Por outro, a instabilidade cambial encareceu as importações de máquinas e matérias-primas, criando dificuldades para os estabelecimentos dependentes de insumos estrangeiros. A crise que se seguiu ao colapso do ciclo especulativo no início dos anos 1890, com a forte desvalorização cambial e a contração do crédito, eliminou muitas empresas criadas no período do boom. Aquelas com base produtiva mais sólida e mercado consumidor mais estável conseguiram resistir e, em alguns casos, se fortalecer com a redução da concorrência. A paradoxal proteção tarifária indireta oferecida pela desvalorização cambial beneficiou os produtores de bens manufaturados que concorriam com importados, tornando os produtos brasileiros relativamente mais baratos em relação às alternativas estrangeiras.

No caso de Magé e de seu entorno, esse período foi marcado por duas transformações estruturais de grande importância para a história econômica regional. A primeira foi a fundação, em 1890, da Companhia de Fiação e Tecidos Andorinhas, em Santo Aleixo, e, em 1891, da Companhia de Fiação e Tecidos Mageense, na sede do município. Junto com a Fábrica Nacional de Santo Aleixo (1848-1849) e a Fábrica de Tecidos Pau Grande (1878), esses dois novos estabelecimentos configurariam as quatro grandes unidades têxteis que dominariam a vida econômica e social de Magé ao longo de todo o século XX. A concentração de quatro grandes fábricas têxteis num único município de porte médio transformou Magé em um caso singular de especialização industrial, comparável, em escala e características, a outros núcleos têxteis que se formariam no interior do estado do Rio de Janeiro nas décadas seguintes.

A segunda transformação foi a construção da Estrada de Ferro Therezopolis, inaugurada na mesma década. A ferrovia estabeleceu ligação estratégica entre o litoral da Baía de Guanabara e a serra fluminense, integrando Magé ao circuito que conduzia a Teresópolis e ampliando sua inserção nas redes de transporte da região. Essa nova infraestrutura reduziu significativamente os custos logísticos, acelerou o escoamento de mercadorias e fortaleceu a circulação de pessoas, capitais e matérias-primas. Para as unidades fabris instaladas no Recôncavo da Guanabara, a ferrovia representou alternativa complementar e, em alguns aspectos, superior à navegação a vapor, diversificando rotas e ampliando a competitividade frente a outros polos industriais. A construção da Estrada de Ferro Therezopolis simboliza, nesse sentido, a transição de uma economia regional estruturada predominantemente em torno do porto e da navegação para um sistema mais complexo, articulado por diferentes modais de transporte. No limiar do século XX, Magé e

seu entorno estavam inseridos em uma malha logística que conectava litoral e serra, capital e interior, indústria e mercado consumidor.

Essa inserção logística não é um dado meramente descritivo: é ela que explica, em grande medida, a capacidade de Santo Aleixo de atrair e fixar força de trabalho ao longo de mais de um século, tanto os artesãos alemães vindos de Petrópolis nas décadas iniciais quanto, mais tarde, os migrantes internos de diferentes regiões do país que viriam a compor o operariado fabril analisado no Capítulo III. A malha logística é, portanto, parte das condições materiais que tornaram possível não apenas a sobrevivência econômica da fábrica, mas a formação da comunidade operária e das redes de sociabilidade e organização sindical que constituem o cerne desta dissertação.

A trajetória da Companhia América Fabril ilustra com clareza esse processo de expansão e concentração industrial. A Fábrica de Tecidos Pau Grande, fundada em 1878 por Santos, Peixoto & Cia., passou a ser gerida pela sociedade anônima Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande em 1885. Com a aquisição da fábrica Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, essa sociedade foi transformada, em 1892, na Companhia América Fabril. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a empresa adquiriu maior projeção no país, tornando-se, entre as décadas de 1920 e 1930, a mais importante empresa brasileira do ramo têxtil. Essa trajetória de crescimento e verticalização, partindo de um estabelecimento no interior de Magé para se converter em conglomerado industrial de alcance nacional, sintetiza o processo de concentração que caracterizou a indústria têxtil brasileira no período republicano e evidencia como o capital regional fluminense foi capaz de se expandir e se modernizar, a despeito da concorrência crescente de São Paulo (WEID; BASTOS, 1986).

A virada para o século XX ocorreu em um contexto de crescente deslocamento do eixo industrial brasileiro para São Paulo, impulsionado pela acumulação cafeeira e pela imigração europeia em larga escala. Ainda assim, o antigo núcleo fluminense manteve relevância, apoiado em sua tradição produtiva, na infraestrutura portuária e na malha ferroviária em expansão. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) intensificou esse processo ao restringir importações e estimular a substituição de produtos estrangeiros por manufaturas nacionais. Contudo, nem todas as empresas fundadas no período imperial conseguiram acompanhar o ritmo das transformações tecnológicas e organizacionais. Aquelas que não modernizaram equipamentos ou não diversificaram sua produção enfrentaram declínio progressivo, enquanto as favorecidas por melhor acesso a crédito e infraestrutura consolidaram-se no novo cenário republicano.

2.5 Magé como polo têxtil: das vilas operárias à Segunda Guerra Mundial

A consolidação de Magé como polo têxtil de primeiro plano no estado do Rio de Janeiro foi um processo que se desenvolveu ao longo de décadas, tendo na fundação das quatro grandes fábricas seu fundamento estrutural. A progressiva mecanização desses estabelecimentos, a ampliação do mercado consumidor decorrente da abolição da escravidão e a melhoria da infraestrutura logística com a ferrovia criaram as condições para que o município se transformasse, no início do século XX, em um dos principais centros de produção têxtil do estado. Esse desenvolvimento não foi, porém, linear nem isento de contradições. A história das fábricas de Magé é também a história de suas relações com a força de trabalho que empregavam, uma história marcada por dominação e resistência, por paternalismo e organização operária, por um modelo específico de gestão da força de trabalho que só pode ser compreendido em sua plena complexidade quando se examinam as relações entre o espaço fabril e o espaço social mais amplo em que essas fábricas estavam inseridas.

Um elemento distintivo da industrialização têxtil em Magé foi a adoção precoce e sistemática do modelo que o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (1988) designou como "fábrica com vila operária" – uma configuração específica da relação entre a força de trabalho industrial e o patronato, que se constitui em uma situação na qual a própria fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários e promotora da vida social extrafabril da localidade.

Nesse sentido, a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo foi precursora desse modelo em Magé: já na segunda metade do século XIX, como visto na seção anterior, ela provia alojamentos para seus trabalhadores – a maioria colonos alemães vindos de Petrópolis – e estruturava a vida cotidiana do distrito em torno do ritmo e das demandas da produção têxtil. Esse pioneirismo, que decorria diretamente da localização afastada do estabelecimento e da necessidade de fixar a força de trabalho especializada, estabeleceu o padrão que as demais fábricas mageenses replicariam e ampliariam ao longo das décadas seguintes.

A Companhia América Fabril, herdeira da Fábrica de Tecidos Pau Grande (fundada em 1878), aprofundou e formalizou esse modelo a partir da última década do século XIX, construindo a vila operária mais elaborada do município. A vila operária em Pau Grande apresentava certas peculiaridades que iam além do simples alojamento: era um bairro mais afastado do restante do distrito onde estava localizada, existindo inclusive uma cerca ao redor do bairro e um pórtico com guardas da empresa em sua entrada. O bairro chegou a ser

considerado "uma cidade quase que independente do município", contrastando com o restante de Inhomirim, que possuía extensas terras oriundas das antigas fazendas do período imperial, todas já decadentes (Weid; Bastos, 1986).

A necessidade de fixação de força de trabalho especializada em localidades afastadas dos grandes centros urbanos foi um dos principais vetores desse processo. Já em meados do século XIX, a fábrica Santo Aleixo provia alojamentos para seus empregados, justificados pela distância que forçava a moradia no próprio local da produção. À medida que essas unidades fabris cresceram e se modernizaram nas primeiras décadas do século XX, os investimentos extrafabris se ampliaram, abrangendo a construção de casas para operários, escolas, igrejas, farmácias, instalações médicas e espaços de lazer. A lógica desses investimentos era ao mesmo tempo econômica e política: ao controlar a moradia, o lazer, a educação e a saúde de seus trabalhadores, as empresas estabeleciam vínculos de dependência que iam muito além da relação salarial, criando formas de subordinação que penetravam em todos os aspectos da vida cotidiana dos operários e de suas famílias.

Esses bairros operários eram, ao mesmo tempo, espaços de controle e de sociabilidade. As rivalidades esportivas entre os clubes de futebol das diferentes fábricas, as festas promovidas pelas empresas, os grupos carnavalescos patrocinados pelos empregadores, tudo isso contribuía para a formação de identidades coletivas que, embora moldadas pelas relações de poder internas à fábrica, não se reduziām a elas.

A composição da força de trabalho fabril, inicialmente apoiada nos colonos alemães vindos de Petrópolis, transformou-se substancialmente ao longo do século XX. Nas décadas seguintes, a Fábrica de Santo Aleixo e as demais unidades têxteis de Magé passaram a atrair um contingente crescente de migrantes internos — capixabas, mineiros, pernambucanos, paraibanos, entre outros, somados a fluminenses de municípios vizinhos —, atraídos pela oferta de emprego e moradia que o modelo de fábrica com vila operária proporcionava (Ribeiro, 2018). Embora não existam levantamentos raciais sistematizados para o período, o registro fotográfico do acervo da fábrica permite identificar uma presença negra expressiva entre os operários de Santo Aleixo, um quadro social bastante distinto daquele majoritariamente branco e europeu da fase inicial de colonos alemães. Essa transformação demográfica é, em si, um dado relevante para compreender a formação da identidade operária mageense: a comunidade que produziu as lutas sindicais analisadas no Capítulo III não era homogênea em sua origem, mas resultado de sucessivas ondas migratórias que trouxeram para Santo Aleixo trabalhadores de diferentes regiões, origens étnico-raciais e trajetórias de vida, unificados pela experiência comum do trabalho fabril.

Como demonstrou Leite Lopes (1988), em seu estudo clássico sobre a Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, as contradições e os conflitos são inseparáveis da própria apresentação analítica da dominação: a visão de grandeza da "cidade das chaminés" – representada pelo poder da fábrica – dialogava com uma forte visão crítica sobre ela, representada pela consciência de classe dos trabalhadores. Em Magé, os bairros industriais podem ser compreendidos como casos particulares desse padrão mais amplo, com suas especificidades locais e suas formas próprias de tensão entre dominação e resistência.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a indústria têxtil brasileira viveu um período de intensa mobilização. Segundo Stein (1979), tratava-se de uma grande prosperidade que chegou a ofuscar o desempenho do setor nas primeiras décadas do século XX. O contexto da guerra fomentou uma demanda mundial por tecidos de algodão, tendo em vista que os principais países fornecedores estavam priorizando a produção bélica. As indústrias têxteis brasileiras foram incluídas no conjunto de atividades de "interesse nacional" durante o conflito e beneficiaram-se da mobilização coordenada pela Comissão Executiva Têxtil (CETex), criada pelo Decreto-Lei n.º 6.688, de 13 de julho de 1944. O Brasil assumiu cotas de exportação de tecidos distribuídas pela United Relief and Rehabilitation Administration (UNRRA), das Nações Unidas, e pelo Conselho Francês de Aprovisionamento (CFA), inserindo-se no abastecimento global de tecidos num momento em que a Europa e a Ásia estavam devastadas pelo conflito.

Segundo o relatório publicado pelo CETex em 1946, foram recenseadas 420 fábricas de fios, tecidos e artefatos de algodão no país, distribuídas em dezessete estados mais o Distrito Federal. As maiores concentrações estavam em São Paulo (223 fábricas), Minas Gerais (60), Rio de Janeiro (24), Pernambuco (17) e no Distrito Federal (15). No estado do Rio de Janeiro, foram identificadas 24 fábricas têxteis de algodão, empregando 18.505 pessoas distribuídas em treze municípios. As dez maiores fábricas têxteis fluminenses empregavam entre 1.001 e duas mil pessoas, correspondendo a 40% do total. Se consideradas as unidades com mais de quinhentos trabalhadores, esse percentual subiria para 56%, totalizando catorze fábricas. Dentre os municípios, o polo de Magé se destacava de forma incontestável: com quatro fábricas e 5.052 trabalhadores, era o maior polo têxtil do estado em número de operários, à frente de Petrópolis (4.532), Niterói (2.594), Paracambi (1.550) e Valença (1.414)¹⁷.

As quatro fábricas de Magé, todas com mais de mil trabalhadores, compunham o

¹⁷ CETEX [Comissão Executiva Têxtil]. Indústria Têxtil Algodoeira. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

quadro das maiores unidades fabris do setor no estado: a Andorinhas com 1.586 operários, a Santo Aleixo com 1.289, a Pau Grande com 1.109 e a Mageense com 1.068. Esses números atestam a excepcional concentração industrial que o município havia alcançado ao longo de quase um século de desenvolvimento têxtil. A força de trabalho empregada nessas fábricas incluía uma proporção significativa de menores: dos 18.505 trabalhadores na indústria têxtil fluminense, cerca de quatro mil eram menores de idade (22%), índice que revela a persistência de práticas de exploração do trabalho infantil mesmo num período de avanço da legislação trabalhista com a promulgação da CLT em 1942 (Ribeiro, 2018).

A mobilização para a guerra transformou profundamente as relações de trabalho nas fábricas têxteis. O "esforço de guerra" serviu como justificativa tanto para a intensificação da produção quanto para a supressão temporária de direitos trabalhistas recentemente promulgados na CLT. Em meio a um forte discurso patriótico e nacionalista, os tecelões de Santo Aleixo foram tratados como verdadeiros "soldados da produção", sob o lema "trabalhar nas fábricas e lutar nas trincheiras". Os teares trepidavam dia e noite, o ruído varava as madrugadas em horas extraordinárias que ultrapassavam em muito os limites legais.

Essa mobilização intensa, paradoxalmente, contribuiu para a organização e politização dos trabalhadores: ao tomarem consciência de sua importância estratégica para a economia nacional, e ao experimentarem na prática os limites do discurso patriótico patronal, os operários têxteis de Magé forjaram uma identidade de classe que eclodiria nas greves dos anos seguintes (Ribeiro, 2016).

O distrito de Santo Aleixo vivenciou esse processo com particular intensidade. A chegada das novas administrações das fábricas Andorinhas – pertencente à empresa Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S/A desde 1935 – e Santo Aleixo – incorporada à Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello em 1941 – coincidiu com o período da guerra e implicou na (re)formação da classe trabalhadora local. A fundação do sindicato têxtil local em 1941, de sua escola sindical dois anos depois, e a promulgação da CLT em 1942 criaram as bases institucionais para uma organização operária que se desenvolveria plenamente no pós-guerra.

A rivalidade entre as duas fábricas de Santo Aleixo – os "de cima", da Andorinhas, e os "de baixo", da Santo Aleixo – expressava-se nos clubes de futebol e nas agremiações carnavalescas, enquanto um laço de identidade comum se forjava na luta por direitos. A forte atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os trabalhadores têxteis do distrito conferiu ao local o apelido de "Moscouzinho", revelando a politização intensa de um

operariado que, inserido numa relação de dependência estrutural com as fábricas, havia desenvolvido uma consciência de classe aguçada pelas experiências do período democrático de 1945-1964.

2.6 Declínio e desindustrialização: o ocaso da indústria têxtil em Magé

A segunda metade do século XX marcou o início de um processo de desindustrialização têxtil que atingiu, em graus variados, todos os grandes polos fabris do estado do Rio de Janeiro. Para Magé, cujo desenvolvimento econômico e social estivera profundamente articulado à presença das quatro grandes fábricas de tecidos, esse processo assumiu dimensões severas, redefinindo a inserção do município na economia regional e deixando marcas profundas na organização social e na memória coletiva das comunidades operárias.

O período do imediato pós-guerra já havia revelado fragilidades estruturais do setor. Enquanto alguns industriais investiram parte do capital acumulado durante o conflito na reforma de suas unidades fabris e na introdução de novos equipamentos e processos industriais, outros preferiram aproveitar a efêmera proeminência do Brasil no mercado mundial de tecidos para auferir lucros com exportações, descuidando do reaparelhamento de suas fábricas.

Com o fim da guerra, o quadro se alterou drasticamente: os tradicionais fornecedores de tecidos se reorganizaram para retomar seus mercados, e os produtos brasileiros encontraram crescentes dificuldades para competir. A escassez e o encarecimento dos tecidos no mercado interno, decorrentes da prioridade dada às exportações, geraram insatisfação popular e críticas ao empresariado do setor. Como registrou Stein (1979), o mesmo discurso patriótico e nacionalista que havia impulsionado os trabalhadores ao "esforço de guerra" foi utilizado por eles para criticar os industriais têxteis, acusados de não se sujeitarem ao "sacrifício" e às "concessões" que seus empregados haviam feito.

Nos anos de 1948 e 1949, os polos têxteis de Magé protagonizaram um intenso ciclo de greves, ao lado dos trabalhadores de Niterói, Nova Friburgo e Petrópolis. O movimento reivindicava o cumprimento imediato do reajuste salarial de 40%, estabelecido pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro em dissídio coletivo no ano anterior, e o fim da chamada Lei de Assiduidade Integral, que condicionava o aumento de salário à ausência de faltas e atrasos. Ao todo, treze fábricas fluminenses foram mobilizadas.

Esse ciclo de greves revelava, de forma inequívoca, que os padrões tradicionais de

administração baseados no paternalismo – que haviam funcionado como instrumento eficaz de controle social nas décadas anteriores, quando as fábricas proviam moradia, educação, saúde e lazer para os operários – estavam sendo contestados por uma classe trabalhadora que havia aprendido, ao longo do período da guerra e da redemocratização, a articular suas demandas por meio de organizações sindicais e políticas (Ribeiro, 2016).

A fábrica Mageense foi a primeira a enfrentar uma crise grave: em 1952, encerrou suas atividades, provocando a venda da massa falida da companhia em 1956. Em dado momento, as outras fábricas têxteis do município chegaram a incorporar boa parte dos operários desempregados pela paralisação da Mageense. Com a nova proprietária, a Fábrica Itatiaia de Tecidos S/A, o estabelecimento retomou as atividades com investimentos na infraestrutura habitacional e na urbanização das terras onde estava localizado. Esse episódio evidencia tanto o grau de interconexão do mercado de trabalho local quanto a fragilidade de parte do parque têxtil mageense diante das transformações estruturais em curso.

A partir da década de 1950, as tensões entre o empresariado têxtil e os trabalhadores organizados se intensificaram, abrangendo debates sobre produção, faturamento, investimentos, desenvolvimento nacional e luta por novos direitos. O modelo paternalista de gestão, que havia caracterizado as relações capital-trabalho nas fábricas de Magé desde o século XIX, tornava-se crescentemente objeto de contestação. Trabalhadores que moravam nas vilas operárias controladas pelas empresas, enviavam seus filhos às escolas mantidas pelas fábricas e recebiam assistência médica nas instalações das empresas exigiam, ao mesmo tempo, o reconhecimento de direitos que transcendiam a relação de benevolência patronal e se fundamentavam na legislação trabalhista e na organização sindical.

O golpe militar de 1964 e o período da ditadura civil-militar interromperam abruptamente esse processo de organização e politização do operariado têxtil. A repressão ao movimento sindical, a intervenção nos sindicatos, a contenção salarial imposta pelos governos militares e a abertura comercial progressiva criaram condições estruturalmente desfavoráveis para um setor que dependia tanto da demanda interna quanto de algum grau de proteção tarifária. Nas décadas de 1960 e 1970, as antigas fábricas, muitas delas operando com maquinário obsoleto herdado das décadas anteriores, viram-se progressivamente incapazes de competir com produtos importados de qualidade superior e preço mais baixo. O processo de desindustrialização que se seguiu não foi apenas econômico: foi também social e urbano, desintegrando comunidades inteiras que haviam se organizado em torno da presença das fábricas.

Em Magé, o processo de desindustrialização têxtil significou o fim de uma era em

que a fábrica era o centro organizador da vida social. As vilas operárias, as escolas, os clubes esportivos, as igrejas e as farmácias patrocinadas pelas empresas – toda a infraestrutura que havia sustentado a identidade do trabalhador têxtil mageense por gerações – entrou em processo de deterioração ou foi transferida a outras entidades. As comunidades fabris de Santo Aleixo, Pau Grande e dos demais distritos vivenciaram essa transição como uma ruptura profunda com um modo de vida que, apesar de marcado pela subordinação e pelo controle patronal, oferecia também segurança, sociabilidade e um sentido de pertencimento coletivo.

Como destacam os estudos recentes sobre a memória operária têxtil em Magé, o período democrático de 1945 a 1964 é frequentemente lembrado pelos trabalhadores como uma "época de ouro", em que tanto os projetos paternalistas das fábricas quanto a efervescência política sindical e partidária coexistiam de forma que, retrospectivamente, parece ter sido extraordinariamente rica para a vida associativa e política das comunidades operárias.

Cabe reconhecer, com distância crítica, que essa narrativa de "época de ouro" seguida de declínio mobiliza o que se pode chamar de uma retórica da perda: um modo de narrar a história que enquadra o presente como carência e o passado como plenitude. Essa retórica não é ingênua nem deve ser descartada, ela expressa, com legitimidade, o sofrimento real de comunidades que viram desaparecer um modo de vida em torno do qual haviam organizado décadas de existência coletiva. Mas ela também comporta um risco: o de romantizar o período paternalista que, apesar de proporcionar segurança e sociabilidade, era simultaneamente uma estrutura de controle social e de subordinação dos trabalhadores aos interesses patronais, como já discutido neste capítulo. Reconhecer a desindustrialização como perda não equivale, portanto, a validar sem crítica o arranjo social que a precedeu; equivale, antes, a tomar a sensação de perda dos próprios trabalhadores como dado histórico legítimo a ser interpretado, e não apenas endossado.

A trajetória da indústria têxtil em Magé, desde a pioneira Santo Aleixo de 1848-1849 até o ocaso das grandes unidades nas décadas de 1960 e 1970, constitui um arco histórico que espelha, em escala local, as contradições e transformações do capitalismo industrial brasileiro. Do trabalho escravizado que consumia os tecidos brutos produzidos na fábrica ao operário organizado que desafiava o poder patronal nas greves do pós-guerra; da roda hidráulica movida pelas águas da serra ao motor a vapor e às máquinas automáticas; do estabelecimento estadunidense inserido na ordem escravista ao conglomerado nacional da Companhia América Fabril. Essa história condensa transformações que articulam o local ao

global, o econômico ao social, o técnico ao humano. Compreendê-la em toda sua complexidade é condição indispensável para entender tanto a formação do capitalismo industrial brasileiro quanto a constituição da classe trabalhadora fluminense e a especificidade de suas formas de organização, resistência e identidade.

2.7 Repressão política, conflito agrário e memória operária em Magé durante a ditadura civil-militar

A compreensão da desindustrialização e do declínio das fábricas têxteis em Magé não pode ser feita de forma dissociada do contexto político mais amplo inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964. Para além do impacto sobre o movimento operário fabril, cujos sindicatos sofreram intervenção, cujas lideranças foram perseguidas e cuja capacidade de organização foi sistematicamente sufocada, a ditadura produziu em Magé um segundo e igualmente devastador ciclo de violência: a repressão aos trabalhadores rurais que ocupavam as terras pertencentes ou reivindicadas pela Companhia América Fabril e por outros proprietários fundiários da região. Esses dois processos, a desindustrialização têxtil e a repressão no campo, entrelaçam-se de forma inextricável na história social do município durante a segunda metade do século XX, e somente uma análise que os articule é capaz de restituir a complexidade do que significou para Magé a experiência da ditadura.

A repressão aos movimentos de trabalhadores rurais durante a ditadura civil-militar foi, em escala nacional, de dimensões que a historiografia ainda não mapeou em sua totalidade. Pelo menos 1.196 camponeses e seus apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre 1961 e 1988, segundo dados apresentados pelo coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2013. Desse total, apenas 29 tiveram seus direitos reconhecidos pela Comissão de Anistia. Esses números, já impressionantes, são provavelmente subestimados: se forem consideradas as múltiplas formas de violência empregadas contra os trabalhadores rurais, despejos, agressões físicas e psicológicas, destruição de benfeitorias, prisões arbitrárias, intimidações, o quadro se torna ainda mais sombrio. A carência de estudos específicos sobre o tema deve-se, em grande parte, ao fato de que a historiografia que trata da ditadura civil-militar tem privilegiado a repressão política nas cidades, às esquerdas organizadas e aos movimentos estudantis, relegando a um plano secundário a violência sistemática exercida contra as populações rurais.

Em Magé, os conflitos fundiários que se desenvolveram nas áreas da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí constituem um caso exemplar desse processo. A gleba América Fabril compreendia terras que a Companhia América Fabril havia conquistado nos últimos anos do século XIX e durante a primeira metade do século XX, expandindo seus domínios territoriais na região como parte de sua estratégia de controle sobre a força de trabalho têxtil. Quando, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, trabalhadores oriundos de diferentes partes do estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Nordeste passaram a ocupar essas terras em busca de um pedaço de chão para viver e plantar, instalou-se um conflito que atravessaria décadas (Teixeira, 2011).

Esses trabalhadores passaram a ser identificados como posseiros, enquanto a Companhia América Fabril e os supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí eram identificados como grileiros pelos trabalhadores e seus apoiadores. Essa classificação deve ser entendida no contexto em que se constituiu: grileiros e posseiros são categorias que explicitam relações e características de um determinado grupo social num dado contexto, e não termos cristalizados de forma atemporal. A categoria grileiro passou a identificar todos aqueles que tentavam se apropriar de terras onde viviam trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como posseiros. Esses sujeitos foram os antagonistas nas lutas por terras que se desenvolveram na região entre as décadas de 1960 e 1970.

Em linhas gerais, os conflitos por terra nessas localidades tiveram início a partir da resistência dos posseiros às ameaças de despejos empreendidas pelos grileiros. A Companhia América Fabril, que se dizia dona da gleba América Fabril, e os supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí tentaram despejar os posseiros com a intenção de banir os novos ocupantes das terras que alegavam ser sua propriedade. Alguns posseiros, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada, dando início a uma resistência que atravessaria a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970. As desapropriações das duas áreas só ocorreriam definitivamente em 1973 e 1974, constituindo-se nas únicas desapropriações realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970. Isso significa que a maior parte do período de luta pela conquista da desapropriação ocorreu durante o regime civil-militar, num contexto de intensa repressão política.

O golpe de 1964 provocou uma desarticulação imediata nas lutas dos trabalhadores do campo. As organizações do campesinato sofreram intervenção do Estado. Algumas lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo Exército, por organismos policiais e por grupos privados que, em muitas situações, estavam articulados com o poder

público. Em Magé, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi mais um entre os tantos que fecharam após o golpe. Antonio Ernesto, liderança rural que se tornaria figura central na resistência dos posseiros, contou que após o golpe de 1964 o sindicato parou de funcionar e o presidente precisou fugir para o sertão do Espírito Santo.

Nos arquivos do STR, o registro disponível após a ata da assembleia geral extraordinária realizada em junho de 1962 só reaparece em julho de 1968 – um intervalo que coincide aproximadamente com o período em que o sindicato permaneceu fechado. Após o golpe, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu em Magé: os despejos passaram a acontecer do dia para a noite, as intimidações aumentaram e os grileiros passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio de policiais, despejando trabalhadores de suas casas mesmo sem mandado judicial. A justificativa alegada pelos agentes repressivos era simples e suficiente naquele contexto: os trabalhadores rurais eram subversivos ou comunistas.

As formas de violência contra os posseiros eram múltiplas e sistemáticas. Despejos, destruição de benfeitorias, agressões físicas, assassinatos e intimidações configuraram o repertório da repressão política no campo em Magé. Os despejos eram empreendidos pelos grileiros por meio de uma rede estruturada de colaboradores: policiais, o Exército e uma polícia privada identificada pelos trabalhadores como jagunços, todos vinculados, na percepção dos posseiros, a algum grileiro que era o mandante da ação. A fábrica, a Companhia América Fabril, botava o Exército em cima dos posseiros, que dormiam no mato, escondidos, para não serem apanhados pela polícia a mando da fábrica. Após os despejos, casas e lavouras eram destruídas: caminhões derrubavam as construções, os pertences dos moradores eram jogados fora e as famílias desalojadas ficavam sem ter para onde ir. A destruição era deliberadamente total e visava não apenas remover os ocupantes, mas eliminar qualquer evidência material de sua presença na terra.

Além dos despejos e destruições, os próprios posseiros foram fisicamente agredidos. Depoimentos colhidos por Teixeira (2011) revelam que a polícia tirava os moradores de suas casas através de agressões físicas: a lei não era discutida no fórum, a polícia chegava e batia em todo mundo. Antonio Ernesto e outros entrevistados relataram casos de agressões físicas cometidas por policiais contra posseiros nos momentos dos despejos. O próprio Antonio Ernesto foi vítima de uma tocaia organizada pelos grileiros para tentarem matá-lo, em 1975. Em outro episódio, um companheiro seu, Manuel Francisco Flor, sumiu no campo onde trabalhava e só foi encontrado dias depois, com urubus já se alimentando de seu corpo. Na gleba América Fabril, três vítimas fatais foram confirmadas. Até hoje os assassinatos permanecem sem esclarecimento. Além dos mortos, muita gente desapareceu em Magé

durante a ditadura, sumiços narrados pelos sobreviventes com os detalhes sinistros de um período em que fazer desaparecer corpos era uma prática dos algozes.

A perseguição não se limitava aos momentos de conflito direto. As lideranças que organizavam a resistência dos posseiros eram submetidas a vigilância constante e a controles sistemáticos pelo aparato repressivo do Estado. Antonio Ernesto foi obrigado a se apresentar mensalmente à Polícia Federal durante cerca de um ano, em 1970, sendo interrogado por cerca de duas horas sobre o que fazia, por onde passava e se viajava. Ao final dos interrogatórios, ele era obrigado a aguardar ser liberado, o que só ocorria no fim do dia. A acusação que pesava sobre ele era a de ser subversivo e comunista – rótulos que, no contexto da ditadura, funcionavam como passaporte para todo tipo de violência legitimada pelo aparato estatal. Que Antonio Ernesto tenha escapado de uma punição mais severa deve-se, segundo ele próprio, ao fato de ter trabalhado para militares em Brasília antes de se envolver com os conflitos fundiários, o que lhe conferiu uma rede de relações que mitigou, sem eliminar, a perseguição que sofria.

O medo era uma arma deliberada. Para além dos atos violentos em si e as destruições de casas e lavouras, as agressões, os assassinatos, a tensão vivida cotidianamente pelos trabalhadores rurais e seus familiares, de que algum desses atos pudesse vir a acontecer, é constantemente lembrada nas memórias dos sobreviventes. Como relatou Pelé, um dos posseiros entrevistados por Teixeira, a gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia. Era sempre assim. Porque os grileiros tinham seus capangas, e a insegurança permeava cada ato cotidiano, desde plantar até se mover pela região.

Muitos trabalhadores e suas famílias abandonaram a terra em função dessa pressão sistemática. O abandono era, portanto, um dos resultados buscados pela repressão: esvaziando as áreas ocupadas, enfraquecia-se a resistência e tornava-se mais fácil a retomada das terras pelos grileiros. Estima-se que ao longo dos anos 1960 e no início dos anos 1970, um movimento migratório significativo de saída de posseiros das terras ocupadas acompanhou o de chegada de novos ocupantes que era um indicativo de como a pressão dos grileiros foi, ao menos em parte, bem-sucedida.

O que impediu a dispersão total dos posseiros foi uma combinação de fatores materiais e políticos. Materialmente, muitos não tinham para onde ir: a terra que ocupavam era frequentemente o único recurso de que dispunham. Politicamente, a concepção de que a ação dos grileiros era injusta e de que a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou homens e mulheres a não deixar suas posses, mesmo diante da violência. Essa

consciência, que se alimentava tanto da experiência cotidiana do trabalho na terra quanto das referências ideológicas difundidas pelo sindicalismo rural e pelos movimentos camponeses do pré-1964, manteve-se viva mesmo durante os anos mais sombrios da repressão. Onde foi possível, a luta permaneceu, mesmo que com novas práticas. O caso das lutas pela terra na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí é, precisamente, um caso de como, mesmo num contexto de repressão intensa, a mobilização dos trabalhadores não desapareceu completamente.

A relação entre o conflito agrário e a história industrial de Magé é, nesse contexto, profundamente reveladora. A Companhia América Fabril, que havia nascido da Fábrica de Tecidos Pau Grande em 1892 e se tornara o maior conglomerado têxtil do Brasil nas décadas de 1920 e 1930, era ao mesmo tempo empregadora de milhares de operários nas fábricas e protagonista, como grileira, na expulsão violenta de posseiros das terras que reivindicava.

Essa dupla face da empresa, fábrica e fazendeiro, patrão e grileiro, ilustra com precisão a interpenetração entre o capital industrial e o controle fundiário que caracterizou o desenvolvimento capitalista em Magé. As mesmas terras que serviam como vila operária para fixar a força de trabalho têxtil eram, em suas franjas, reivindicadas pela empresa contra os posseiros que ali tentavam se estabelecer. A lógica era coerente: o controle da terra era condição para o controle da força de trabalho, e ambos eram instrumentos de acumulação capitalista.

O ciclo de repressão e resistência que se desenvolveu em Magé entre os anos 1960 e 1970 produz, portanto, uma iluminação retrospectiva sobre toda a história do município. A Companhia América Fabril, cujas origens remontam à Fábrica de Tecidos Pau Grande de 1878, ela mesma parte de um tecido produtivo que incluía a pioneira Santo Aleixo de 1848, encarna a continuidade entre a escravidão industrial do século XIX, o capitalismo fabril paternalista do início do século XX e o latifúndio grileiro que operou com violência durante a ditadura. A historiografia que analisa isoladamente cada um desses momentos perde de vista as linhas de continuidade que os conectam: a mesma empresa que havia comprado e alugado escravizados para produzir tecidos no oitocentos, que havia construído vilas operárias como instrumento de controle social no novecentos, foi também aquela que acionou o Exército e a polícia para despejar posseiros de suas terras nos anos 1960 e 1970.

A conquista das desapropriações, em 1973 e 1974, representou uma vitória singular dos posseiros de Magé no contexto da ditadura. Como assinalou Teixeira (2011), essas foram as únicas desapropriações realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970, fato que confere ao caso mageense um estatuto de excepcionalidade na

história das lutas camponesas durante o regime militar. Essa excepcionalidade não foi o produto de uma benevolência do Estado ditatorial, mas resultado de anos de resistência organizada dos posseiros, de articulações com o sindicato rural e com advogados solidários, e de uma tenacidade que se manteve mesmo diante de assassinatos, desaparecimentos, prisões, destruições e intimidações. O assentamento América Fabril e o assentamento Conceição de Suruí, que existem até hoje como desdobramento desse processo, são monumentos vivos dessa resistência e também marcos que conectam a história colonial e imperial da terra em Magé à história contemporânea de seus trabalhadores.

Analisar conjuntamente a industrialização têxtil, o paternalismo fabril, a desindustrialização e a repressão agrária em Magé permitem, portanto, uma compreensão muito mais rica e complexa do que a análise isolada desses fenômenos poderia oferecer. A história de Magé, nesse sentido, é uma história do capitalismo brasileiro em sua múltipla face: criador de riqueza e de miséria, organizador de comunidades e destruidor de outras, moderno e violento ao mesmo tempo. Da primeira roda hidráulica da Santo Aleixo em 1849 às desapropriações de 1973 e 1974, passando pelo "Moscouzinho" das greves do pós-guerra, o município percorreu um arco histórico que condensa séculos de tensões, transformações e resistências que a história econômica e social do Brasil ainda tem muito a explorar.

É preciso explicitar, contudo, de que modo esse conflito agrário se articula ao objeto específico desta dissertação. A Fábrica de Santo Aleixo e a Companhia América Fabril, embora empresas distintas, integravam um mesmo tecido produtivo e uma mesma classe industrial que, em Magé, exerceu poder totalizante sobre o território: controlava não apenas o processo de trabalho fabril, mas também a terra, a moradia, a educação, a saúde e o lazer das populações rural e urbana da região. A repressão aos posseiros e a resistência dos operários sindicalizados são, portanto, duas faces de um mesmo fenômeno histórico: a tentativa, por parte do capital industrial mageense, de submeter tanto o trabalho fabril quanto o trabalho rural à sua lógica de acumulação e controle social. Compreender a violência exercida contra os posseiros contribui diretamente para a hipótese central desta dissertação porque revela a real extensão do poder que os trabalhadores sindicalizados de Santo Aleixo enfrentaram: não um patronato meramente autoritário dentro dos muros da fábrica, mas uma estrutura de dominação territorial que se estendia por todo o município. As lutas sindicais analisadas no Capítulo III ganham, à luz desse quadro mais amplo, uma dimensão de resistência ainda mais significativa, o que reforça, e não apenas contextualiza, o argumento de que essa memória de resistência constitui patrimônio cultural a ser reconhecido e preservado.

CAPÍTULO III - A Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como Patrimônio Cultural de Magé: Memória das Lutas Sindicais e Educação Patrimonial

RESUMO

Este capítulo constitui o núcleo argumentativo da dissertação, demonstrando que as lutas sindicais e as práticas culturais dos trabalhadores da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo reúnem os requisitos para seu reconhecimento como patrimônio cultural do município de Magé. Inicialmente, reconstitui-se a evolução das políticas públicas de preservação no Brasil, desde o recorte monumentalista e eurocêntrico do Decreto-Lei n.º 25, de 1937, até a ampliação constitucional de 1988 e a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Decreto n.º 3.551, de 2000, marcos que fundamentam juridicamente a patrimonialização de práticas sindicais, saberes técnicos e formas de sociabilidade operária. Com base nos referenciais teóricos de Pierre Nora, Jacques Le Goff, Antonio Gramsci e Stuart Hall, o capítulo interpreta a fábrica como lugar de memória em sua tríplice dimensão material, funcional e simbólica, evidenciando como a alcunha de Moscouzinho, atribuída ao distrito em razão de sua politização sindical e comunista entre 1940 e 1964, condensa uma identidade de classe forjada na experiência cotidiana do trabalho. Discutem-se ainda as lacunas de gênero e de raça nos registros históricos disponíveis, bem como o papel da história oral e da educação patrimonial na transmissão dessa memória às novas gerações. Em seguida, o capítulo aborda a dimensão arquitetônica do patrimônio industrial, à luz das Cartas de Veneza e de Burra, e discute criticamente os riscos e potencialidades da refuncionalização do espaço fabril, tomando como contraponto a instalação de um supermercado nos antigos galpões e como referência positiva a experiência da Fábrica da Pompéia. A partir de autores como Bruno Borja, Sharon Zukin e Henri Lefebvre, problematiza-se a incorporação da cultura popular pela lógica mercantil do capitalismo dependente e defende-se um processo de patrimonialização participativo, que tenha os trabalhadores e seus descendentes como protagonistas. O capítulo conclui propondo iniciativas concretas, como a criação de um Centro de Memória Operária e Sindical, ações de educação patrimonial nas escolas locais e o tombamento municipal da fábrica, condição indispensável para proteger esse patrimônio das pressões do mercado imobiliário e do apagamento simbólico.

Palavras-chave: patrimônio cultural; lutas sindicais; educação patrimonial; memória operária; refuncionalização.

3.1. Políticas Públicas de Preservação e a Ampliação do Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil

O presente capítulo retoma o fio condutor estabelecido nos capítulos anteriores: a industrialização fluminense e a formação da cultura operária de Santo Aleixo, para articulá-lo, agora, à discussão específica sobre patrimônio cultural. Se os Capítulos I e II reconstituíram, respectivamente, o arcabouço teórico do patrimônio industrial e as condições históricas de emergência da fábrica, este capítulo demonstra de que modo as lutas sindicais, as memórias operárias e as práticas culturais do trabalho analisadas ao longo da dissertação podem e devem ser reconhecidas como patrimônio cultural do município de Magé.

A constituição de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural no Brasil é um processo histórico marcado por avanços significativos, lacunas estruturais e constantes revisões conceituais. Desde as primeiras iniciativas institucionalizadas, ainda na década de 1930, até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os desdobramentos legislativos dos anos 2000, o campo do patrimônio foi progressivamente ampliado, incorporando perspectivas que dialogam com a antropologia, a sociologia, os estudos de memória coletiva. Compreender esse percurso histórico e conceitual é condição necessária para situar a discussão sobre a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo e as lutas sindicais que nela se travaram como expressão legítima do patrimônio cultural do município de Magé.

Antes de qualquer debate sobre legislação ou políticas públicas, é necessário compreender a própria genealogia do conceito de patrimônio. Autores como Françoise Choay (2001) identificam na Europa moderna a origem da noção contemporânea de patrimônio, associada inicialmente à prática de coletar e preservar objetos de valor artístico e histórico. Na França, após a Revolução de 1789, o novo regime republicano deparou-se com um problema simbólico e político de grande envergadura: como lidar com os monumentos góticos e as catedrais, expressões máximas da cultura do Antigo Regime? Destruí-los seria afirmar a ruptura com o passado; preservá-los exigia justificativas que os desvinculassem de seu conteúdo dinástico e eclesiástico, reinscrevendo-os em uma narrativa de identidade nacional republicana. A solução encontrada foi criar uma comissão responsável por sua preservação legal e ressignificação como "patrimônio da nação" que inaugurou um modelo de proteção patrimonial que, ao longo dos séculos XIX e XX, seria replicado e adaptado por países de todo o mundo. O caso francês é um exemplo importante porque revela desde o início uma característica constitutiva das políticas de patrimônio: sua dimensão política e ideológica. Preservar determinados bens é sempre, também, silenciar outros.

No Brasil, o marco inicial da institucionalização das políticas de patrimônio foi o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, a pedido do então ministro Gustavo Capanema.¹⁸ Esse documento, de caráter visionário e marcadamente modernista, já sinalizava para uma compreensão abrangente do que poderia ser considerado patrimônio nacional, incluindo manifestações da cultura popular, saberes tradicionais, festejos e objetos de uso cotidiano. Para Mário de Andrade, o patrimônio nacional não deveria ser definido a partir de critérios de excepcionalidade estética ou de grandiosidade arquitetônica, mas a partir da capacidade de certos bens de expressar a identidade múltipla e plural de um povo formado por matrizes diversas.

Era uma proposta que antecipava em décadas o que a Constituição de 1988 viria a consagrar. Contudo, ao ser transformado no Decreto-Lei n.º 25, de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),¹⁹ a legislação adotou um recorte bem mais restrito, centrado na excepcionalidade dos bens materiais, sobretudo edificações em pedra e cal associadas à herança colonial luso-brasileira e às edificações das ordens religiosas católicas. A visão plural e democrática de Mário de Andrade foi, em grande medida, sacrificada em favor de uma concepção de patrimônio que servia aos interesses do Estado autoritário de construir uma identidade nacional unitária e hierarquizada.

Como aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2005), o Decreto-Lei de 1937 produziu uma noção de patrimônio estreitamente vinculada à construção de uma identidade nacional de viés eurocêntrico, que privilegia determinadas expressões culturais em detrimento de outras.²⁰ As reflexões da autora sobre os condicionantes políticos e ideológicos dessa escolha são fundamentais para entender por que certas memórias foram consagradas pelo Estado enquanto outras foram sistematicamente ignoradas. O SPHAN nasceu sob o signo do Estado Novo de Vargas, que precisava construir uma narrativa de identidade nacional capaz de legitimar o novo regime e de produzir um sentimento de brasilidade que superasse os regionalismos e as divisões de classe. A valorização de uma "brasilidade" fundada na arquitetura colonial barroca e nas

¹⁸ O anteprojeto foi encomendado em 1936 por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública, como parte do projeto varguista de construção de uma identidade nacional. Mário de Andrade propôs oito categorias de bens — incluindo explicitamente o "folclore" como objeto de proteção patrimonial —, proposta descartada pelo decreto efetivo, que adotou critérios muito mais restritivos. Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2005, p. 95-108.

¹⁹ BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e criou o SPHAN, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Definiu como patrimônio nacional "o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público", adotando o tombamento como instrumento de proteção. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1937.

²⁰ A autora analisa a dupla exclusão — de classe e de raça — produzida pelo modelo do SPHAN, que privilegiou as produções das elites e invisibilizou as contribuições das culturas africanas, indígenas e mestiças. Cf. também RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. Revista do SPHAN, n. 24, 1996, p. 97-105.

tradições ibéricas respondia a esse imperativo político, ao mesmo tempo que excluía as contribuições das populações africanas, indígenas e mestiças e, de forma igualmente sistemática, apagava as memórias do trabalho, da resistência operária e das tradições culturais das classes populares urbanas.

Como sintetiza a autora, a questão dos direitos culturais é especialmente complexa nos países que se originaram das colônias europeias e foram marcados pela escravidão:

No caso dos direitos culturais a questão é mais complexa, sobretudo nos países que se originaram das colônias europeias e foram marcados pela escravidão. Esses países herdaram uma noção de cultura duplamente restrita: não apenas em termos de classes sociais — na medida em que não se reconhecia, do mesmo modo que nas metrópoles, o caráter de cultura às produções e práticas dos estratos populares — como também em termos geográficos, pois, mesmo após a independência, a "verdadeira" cultura era aquela importada das metrópoles europeias (Fonseca, 2005, p. 77).

Assim, as matrizes culturais populares permaneceram amplamente marginalizadas das políticas oficiais de preservação por décadas. A legislação existente não alcançava a pluralidade da cultura brasileira, e o patrimônio tombado reproduzia, em larga medida, a hierarquia social e racial da sociedade colonial. Seria apenas ao longo da segunda metade do século XX, sob a influência de debates internacionais e de movimentos sociais brasileiros, que essa perspectiva começaria a ser contestada de forma mais sistemática.²¹ Nesse processo, intelectuais vinculados aos campos da Antropologia e da História Cultural desempenharam papel fundamental, ao demonstrar que a cultura popular não era mero folclore, mas um sistema complexo de práticas, valores e representações dotado de coerência própria e de potência simbólica. A contribuição de autores como Antonio Gramsci, Mikhail Bakhtin e, no Brasil, de pesquisadores ligados ao Centro Nacional de Referência Cultural e às universidades públicas foi decisiva para essa transformação epistêmica.

No plano internacional, esse deslocamento conceitual foi impulsionado por marcos como a Recomendação de Nairóbi (UNESCO, 1976), que ampliou a noção de patrimônio para além do monumento isolado, incorporando conjuntos urbanos e seu entorno social, e pela Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982), que consagrou uma definição antropológica de cultura capaz de abarcar modos de vida, sistemas de valores e tradições populares. No Brasil, esse mesmo período coincidiu com a mobilização de movimentos sociais que reivindicavam, cada um a seu modo, o reconhecimento de memórias e culturas historicamente marginalizadas pelo Estado: o movimento negro, que pressionou pelo

²¹ Sobre a revisão conceitual das políticas de patrimônio no Brasil e a influência dos debates internacionais da UNESCO, ver: SANT'ANNA, Marcia. Da cidade-monumento à cidade-documento. 1995. Dissertação (Mestrado) — UFBA, Salvador, 1995. No plano internacional, a Recomendação de Nairóbi (1976) e a Declaração do México (1982) foram marcos decisivos na ampliação do conceito de patrimônio.

reconhecimento dos quilombos e das religiões de matriz africana; os movimentos indígenas, articulados nacionalmente a partir da redemocratização; e o próprio movimento sindical, que, ao resistir à repressão da ditadura civil-militar e reorganizar-se a partir do final dos anos 1970, reivindicava não apenas direitos trabalhistas, mas também o reconhecimento da experiência e da cultura da classe operária como parte legítima da identidade nacional. Foi essa confluência entre debate internacional e pressão social interna, consolidada na ampla participação da sociedade civil na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, que tornou possível a formulação abrangente do artigo 216 da Constituição de 1988, o mesmo dispositivo que fundamenta, hoje, a reivindicação patrimonial em torno da memória operária de Santo Aleixo.

As práticas culturais presentes no distrito de Santo Aleixo integram o patrimônio cultural da região tanto quanto a arquitetura da fábrica. Reconhecer a memória operária como patrimônio implica, portanto, reconhecer também a dimensão social dessas lutas: os trabalhadores da fábrica não eram apenas operários em sentido abstrato, mas homens e mulheres que carregavam consigo tradições culturais que resistiram à exploração estrutural do mercado de trabalho industrial.

Um marco fundamental nesse processo de revisão conceitual foi a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a liderança de Aloísio Magalhães, que propôs uma abordagem radicalmente distinta, voltada para os bens culturais de referência das comunidades populares, saberes, técnicas, festas e práticas do cotidiano.²² Essa perspectiva influenciou diretamente a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 216, definiu o patrimônio cultural brasileiro de forma ampla, englobando tanto bens materiais quanto imateriais, e reconhecendo explicitamente as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo os grupos afro-brasileiros e indígenas.²³ A inovação constitucional foi decisiva: pela primeira vez na história do país, a lei máxima reconhecia que o patrimônio cultural não é apenas aquilo que as elites produziram e que o Estado elegeu como representativo da nação, mas tudo aquilo que os diferentes grupos sociais reconhecem como parte de sua identidade e de sua memória coletiva. Tratava-se de uma revolução conceitual cujas implicações práticas ainda estão em processo de assimilação pelas políticas públicas.

²² Aloísio Magalhães liderou o CNRC (1975-1979) e depois presidiu o IPHAN (1979-1982). Sua abordagem propôs a noção de referência cultural, valorizando bens vivos e dinâmicos presentes no cotidiano das comunidades. Cf. MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1985.

²³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988, art. 216. O inciso II — "os modos de criar, fazer e viver" — é o que legitima constitucionalmente a patrimonialização das práticas sindicais e dos saberes operários como bens culturais protegidos.

O passo decisivo para a institucionalização do patrimônio cultural foi dado com o Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.²⁴ Esse instrumento legal criou quatro livros de registro: o Livro de Registro dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); o Livro das Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade e do entretenimento); o Livro das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); e o Livro dos Lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Em âmbito internacional, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da UNESCO, de 2003, ratificada pelo Brasil em 2006, complementou esse arcabouço,²⁵ definindo o patrimônio cultural como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

A relevância dessa definição para o objeto desta pesquisa é imediata. As práticas sindicais dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo, os saberes de organização coletiva, as mobilizações de assembleia e de greve, as formas de expressão da solidariedade operária, os conhecimentos técnicos do ofício têxtil transmitidos de geração em geração no interior da fábrica enquadram-se plenamente no conceito de patrimônio cultural consagrado pela Convenção da UNESCO e pelo Decreto n.º 3.551/2000. A memória dessas práticas, preservada nos relatos orais dos ex-operários e de seus descendentes, nos documentos sindicais e nos registros fotográficos, constitui um acervo cultural de inestimável valor histórico e identitário para o município de Magé.

Esse acervo é composto por materiais de natureza distinta. Do ponto de vista oral, reúne os depoimentos registrados no documentário *O Tear* (2013) e as entrevistas realizadas por Teixeira (2011) com posseiros e trabalhadores rurais, além dos relatos coligidos por Ribeiro

²⁴ BRASIL. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília: Diário Oficial da União, 2000. O decreto criou quatro Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. O registro tem caráter declaratório — e não constitutivo —, reconhecendo o patrimônio já existente.

²⁵ UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Ratificada pelo Brasil pelo Decreto Legislativo n.º 22, de 1.º de fevereiro de 2006. A convenção rompeu com a perspectiva eurocêntrica que havia dominado o campo patrimonial internacional, reconhecendo a legitimidade de formas de expressão cultural não enquadradas nos critérios ocidentais de excepcionalidade artística.

(2016, 2018, 2022) junto a ex-operários e seus descendentes. Do ponto de vista documental, incluem os registros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé, cujas atas de assembleia, cujo hiato entre 1962 e 1968 permite reconstituir os efeitos concretos do golpe de 1964 sobre a organização política do campo, as atas de reunião de clubes recreativos como o AFC e o GFC, analisadas por Mello (2009), e artigos de periódicos de circulação local. Tomados em conjunto, esses materiais constituem um acervo mantido majoritariamente por iniciativa de pesquisadores, famílias e instituições locais, sem que exista, até o momento, um esforço institucional de sistematização, catalogação e digitalização que garanta sua preservação de longo prazo, lacuna que esta dissertação aponta como agenda prioritária para as políticas públicas de patrimônio cultural em Magé. Reconhecer isso é o primeiro passo para construir as políticas de preservação que esse patrimônio merece e que a Constituição exige.

É importante sublinhar que a ampliação do conceito de patrimônio não foi um processo linear nem isento de tensões. A incorporação do patrimônio cultural ao arcabouço legal e institucional foi acompanhada de debates sobre os critérios de seleção dos bens a serem registrados, sobre as responsabilidades do Estado em relação à salvaguarda dos bens registrados e sobre os riscos de mercantilização e folclorização das práticas culturais populares quando estas são inseridas nos circuitos oficiais de patrimonialização. Esses debates permanecem abertos e relevantes para a discussão sobre a patrimonialização das memórias operárias de Santo Aleixo: é necessário garantir que o reconhecimento oficial das práticas sindicais como patrimônio não resulte em sua fossilização como "peça de museu", mas contribua para sua vitalidade e para sua transmissão às gerações futuras.

Esse conjunto de avanços legislativos e conceituais abriu caminho para que expressões culturais historicamente subalternizadas passassem a ser reconhecidas como patrimônio legítimo da nação. A memória dos trabalhadores, as práticas sindicais, os saberes transmitidos no interior das fábricas e os laços de identidade forjados no chão das indústrias integram, agora, o campo do que pode e deve ser patrimonializado. É nesse contexto que a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo emerge como objeto de reflexão patrimonial: não apenas como estrutura física de valor arquitetônico industrial, mas como lugar de memória viva, carregado de significados coletivos, lutas e experiências que atravessam gerações. Para compreender a profundidade dessa afirmação, é necessário articular as contribuições teóricas sobre memória coletiva com as especificidades históricas das lutas operárias que transformaram a fábrica em um símbolo da resistência operária na Baixada Fluminense.

3.2. Entre o Trabalho e a Memória: As Lutas Sindicais na Construção do Patrimônio Cultural

A ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, discutida na seção anterior, não foi apenas uma conquista jurídico-institucional: foi o reconhecimento de que a cultura de um povo se faz também nos espaços de trabalho, nas organizações coletivas e nas memórias que resistem ao esquecimento. Nesse sentido, pensar as lutas sindicais da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como patrimônio cultural é um exercício que articula teoria, legislação e experiência social vivida, exigindo tanto rigor analítico quanto sensibilidade para os significados que a história carrega nas vozes de quem a viveu.

O conceito de lugar de memória, desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora, oferece uma chave interpretativa fundamental para essa reflexão. Para Nora (1993), os lugares de memória surgem quando a memória viva, aquela que se transmite naturalmente pelo convívio, pelo ritual e pela tradição oral, começa a se fragmentar diante das acelerações da modernidade.²⁶ Diante da ruptura entre passado e presente, torna-se necessário criar suportes externos que ancoram e preservam a memória coletiva. Esses suportes podem ser físicos (monumentos, museus, arquivos), simbólicos (datas comemorativas, rituais, bandeiras) ou funcionais (manuais, testamentos, acervos documentais). O que os distingue é a intencionalidade: eles existem porque há uma vontade coletiva de preservar algo que, sem esse esforço deliberado, seria perdido. Nora escreve no contexto francês, analisando a transformação de uma nação que perdia sua "memória camponesa" com a modernização acelerada do pós-guerra. Mas sua teoria ressoa com força na experiência de comunidades operárias como as de Santo Aleixo, que perderam com o fechamento da fábrica o principal suporte de sua memória coletiva.

Nora define os lugares de memória em uma tríplice acepção que merece ser reproduzida na sua integralidade:

Os lugares de memória são primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são funcionais porque têm ou adquirem a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva, vale dizer, essa identidade se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica (Nora, 1993, pp. 21-22).

²⁶ Ibid., p. 9. Nora distingue a memória — "sempre carregada por grupos vivos [...] em permanente evolução" — de história, "reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais". A memória é um fenômeno sempre atual; a história, representação do passado. Os lugares de memória existem na tensão entre os dois registros.

A Fábrica Têxtil de Santo Aleixo encarna com precisão essa tríplice dimensão proposta por Nora. Materialmente, seus edifícios constituem testemunhos concretos de uma história industrial e urbana específica do município de Magé, uma região que possui uma história de trabalho e luta coletiva que raramente aparece nos relatos históricos dominantes. A materialidade do edifício não é apenas arquitetura: é a cristalização em pedra e cal de décadas de relações sociais, de hierarquias de poder e de formas de resistência. Funcionalmente, o complexo fabril serviu durante décadas como espaço de socialização, organização coletiva e transmissão de saberes entre gerações de trabalhadores: a fábrica não era apenas o local de trabalho, era o eixo em torno do qual se organizavam as relações comunitárias, os conflitos políticos e os projetos de vida de toda uma população do distrito. E simbolicamente, a fábrica condensou os conflitos, as lutas e as conquistas de uma classe operária que forjou ali uma identidade singular, marcada pela resistência ao autoritarismo patronal e pelo engajamento político-sindical.

Para além de Nora, a compreensão da memória operária como patrimônio beneficia-se da contribuição de Jacques Le Goff, que concebe o monumento como vestígio humano vivo de uma memória coletiva, aquilo que é evocado no passado e que, por sua dimensão simbólica, transcende a mera materialidade arqueológica. Segundo Le Goff (1990), uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica e confrontar as representações com as práticas efetivas. Toda história é, necessariamente, uma história social, o que significa que não existe fato histórico "puro", separado das relações de poder, dos imaginários coletivos e das disputas de memória que o constituem. Essa perspectiva é especialmente relevante para o estudo das lutas sindicais, que não podem ser compreendidas apenas como eventos pontuais (uma greve, um acordo coletivo, uma eleição sindical), mas como processos históricos enraizados em relações de classe, de raça, de gênero e de identidade coletiva que se desenvolvem ao longo de décadas e que deixam marcas profundas tanto nos indivíduos quanto nas comunidades.

Vale explicitar o que essas categorias significam concretamente no caso de Santo Aleixo, para que não permaneçam apenas como referência teórica abstrata, o que seria, aliás, incoerente com a própria advertência de Nora, citada anteriormente, de que os lugares de memória "não são um produto espontâneo", mas resultado de interesses e conflitos específicos que é preciso nomear. Do ponto de vista de gênero, dados da época indicam que mulheres respondiam por parcela expressiva da força de trabalho têxtil fluminense, cerca de 39%, segundo levantamentos da Comissão Executiva Têxtil (CETex) dos anos 1940, ao lado de um contingente significativo de menores, então em torno de 22% (Ribeiro, 2018). No entanto, a

memória sindical que chegou até nós, consolidada em nomes como o de Astério dos Santos, é majoritariamente masculina: as lideranças registradas na história oficial do sindicalismo mageense raramente incluem mulheres, o que não significa ausência de protagonismo feminino, mas um silenciamento próprio dos registros históricos disponíveis. Do ponto de vista racial, como já indicado no Capítulo II, o operariado de Santo Aleixo passou, ao longo do século XX, a incluir presença negra expressiva, resultado dos fluxos migratórios internos que trouxeram trabalhadores de diferentes regiões do país; essa dimensão, contudo, é um pouco ausente das narrativas sindicais e dos registros documentais consultados para esta pesquisa, que tendem a tratar "o operário" como categoria neutra e não racializada. Reconhecer essas lacunas é, na verdade, uma aplicação direta do princípio de Choay, também já citado: toda narrativa patrimonial, inclusive a que esta dissertação propõe, preserva ao mesmo tempo em que silencia e cabe à pesquisa nomear, e não ocultar, o que seu próprio recorte deixa de fora.

A memória coletiva dos trabalhadores de Santo Aleixo possui uma dimensão que ultrapassa os limites individuais e se projeta no tempo. Como observa Felipe Ribeiro, as narrativas dos operários da fábrica, especialmente aquelas produzidas entre as décadas de 1940 e 1960, período marcado pelo sindicalismo combativo e pela influência dos ideais comunistas entre a classe trabalhadora, constituem fontes históricas de primeira ordem para compreender a formação política dos trabalhadores e a trajetória de líderes sindicais como Astério dos Santos (Ribeiro, 2016). A alcunha de "Moscouzinho" é um indicador poderoso dessa identidade política: ela revela que a fábrica não era apenas um espaço de produção econômica, mas um espaço de produção política e ideológica, onde os trabalhadores aprendiam não apenas a fiar e tecer, mas a se organizar coletivamente, a reivindicar direitos e a construir uma visão de mundo alternativa à ordem capitalista.

A potência identitária dessa memória territorial se manifesta com precisão nas palavras de um dos moradores da região, captadas no documentário O Tear²⁷:

Eu comecei a gostar de história através da história do meu lugar, da minha família, de personagens familiares. Foi aí que me conquistou. Porque na história na escola eu tinha muita dificuldade. A pior nota que eu já tirei na minha vida foi em história na sexta série. E pra mim era muito complicado porque eu via os personagens históricos e os contextos muito distantes da minha realidade. E quando eu conheci a história do meu lugar, eu vi que essa história era viva. (Felipe Ribeiro – O Tear, 2013).

Esse relato traz uma das dimensões mais relevantes da educação patrimonial: a capacidade de aproximar o conhecimento histórico da experiência vivida, transformando a

²⁷ O TEAR — Documentário sobre a memória operária da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo. Magé, 2013. O documentário registra depoimentos de ex-operários e moradores, revelando a persistência de práticas culturais — times de futebol, festas comunitárias, narrativas familiares — que mantêm vivo o sentimento de pertencimento ao mundo operário da fábrica.

história de lugares e comunidades em ferramenta pedagógica. Quando a história deixa de ser uma sequência abstrata de datas e eventos distantes e passa a ser reconhecida como a história do próprio lugar, das próprias famílias, dos próprios corpos que trabalharam e resistiram, ela adquire uma potência educativa que nenhuma abordagem puramente cognitiva pode reproduzir. A memória, nesse sentido, deixa de ser apenas um arquivo do passado e torna-se, nas palavras de Nora, um fenômeno sempre atual, com dimensão afetiva, enraizado no concreto, vivenciado por grupos vivos em permanente transformação. O depoimento acima é, em si mesmo, uma evidência empírica da potência pedagógica da história local: a experiência de descobrir que a história é feita também de histórias de pessoas comuns, de lugares próximos, é capaz de transformar um estudante que "tirava a pior nota em história" em um pesquisador apaixonado pelo passado de sua comunidade.

É nessa intersecção entre memória, identidade e educação que residem as potencialidades mais significativas da história fabril de Santo Aleixo como recurso pedagógico. As lutas sindicais dos trabalhadores têxteis não são apenas fatos históricos a serem registrados e arquivados: são experiências vivas que ensinam sobre solidariedade, resistência, organização coletiva e dignidade do trabalho. A greve, como forma de ação coletiva, é um desses eventos que condensam um volume de ensinamentos: sobre a coragem necessária para confrontar o poder, sobre a importância da solidariedade para sustentar a luta, sobre as estratégias de negociação e de resistência, sobre os riscos da repressão e sobre a satisfação das conquistas coletivas. Trazer essas histórias para o espaço escolar, seja por meio de projetos de história oral, de visitas ao patrimônio edificado ou de exposições fotográficas, é uma forma de conectar os estudantes à história de seu próprio território.

A vinculação entre memória, identidade e patrimônio também é abordada por Stuart Hall (2002), que propõe analisar a construção identitária na pós-modernidade como processo dinâmico e em constante tensão. Para Hall, o reforço das identidades coletivas, no caso deste estudo, a identidade operária pode constituir forma de resistência cultural ante os processos de fragmentação impostos pela modernidade tardia. Preservar essa memória é, portanto, também um ato político: afirmar que a história dos trabalhadores tem lugar no espaço coletivo do município e que suas conquistas não devem ser apagadas pela lógica do esquecimento que, não raro, serve aos interesses das forças que se opuseram a essas lutas. Essa foi construída contra o autoritarismo patronal, contra a repressão política do Estado e contra o silêncio da historiografia oficial: preservá-la é continuar essa luta por outros meios.

A noção gramsciana de hegemonia cultural, por sua vez, é fundamental para compreender os mecanismos pelos quais certas memórias são consagradas como "patrimônio

nacional" enquanto outras são silenciadas e marginalizadas.²⁸ Para Gramsci, a hegemonia cultural não se exerce apenas pela coerção, mas pelo consentimento e pela capacidade das classes dominantes de fazer com que sua visão de mundo seja aceita como natural e universal pelos grupos subalternos. As políticas de patrimônio, historicamente, foram um dos principais instrumentos dessa hegemonia: ao selecionar e proteger determinados bens culturais como representativos da nação, o Estado contribui para naturalizar uma narrativa da nação que privilegiava os grupos dominantes e marginaliza os subalternos. A luta pela patrimonialização das memórias operárias é, nesse sentido, uma luta contra hegemônica, um esforço de disputar o campo simbólico e de afirmar que a nação é também feita de fábricas, de greves, de sindicatos e de trabalhadores.

Peter Burke lembra que a função tradicional do historiador era a de guardião da memória dos acontecimentos públicos, preservando-os tanto para a fama dos protagonistas quanto para o aprendizado das gerações futuras (Burke, 2000). Na contemporaneidade, essa função se amplia: cabe à pesquisa histórica e às políticas de patrimônio garantir que as memórias subalternas, aquelas que não foram escritas pelos vencedores, também encontrem espaço nos registros oficiais e nos dispositivos de preservação cultural. A patrimonialização das lutas operárias de Santo Aleixo insere-se precisamente nesse esforço de democratização da memória histórica, que é, ao mesmo tempo, uma exigência ética e uma necessidade política para a construção de uma sociedade mais justa e consciente de si mesma.

O papel da história oral nesse processo não pode ser subestimado. Os ex-operários da Fábrica de Santo Aleixo são, eles mesmos, fontes históricas de primeira ordem e sua idade avançada torna urgente o trabalho de coleta e preservação de seus depoimentos. A história oral, como metodologia, não apenas registra o que as pessoas lembram: ela registra como lembram, quais aspectos de sua experiência julgam mais importantes, quais emoções associam aos eventos narrados e quais silêncios pontuam sua memória. Esses elementos subjetivos são informações históricas precisas, que permitem reconstruir não apenas os fatos externos das lutas sindicais, mas a experiência interior de quem as viveu, o medo da repressão, o orgulho da resistência, a dor das derrotas e a satisfação das conquistas. A articulação entre a pesquisa histórica, os registros documentais e a história oral é, portanto, a metodologia mais adequada para dar conta da complexidade do patrimônio cultural que os trabalhadores de Santo Aleixo levaram às gerações seguintes.

²⁸ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1, p. 95-100.

Reconhecer a memória operária dos trabalhadores da Fábrica de Santo Aleixo como patrimônio cultural do município de Magé é, portanto, um ato de reparação histórica e de afirmação identitária. Significa reconhecer que a história da classe trabalhadora com suas lutas, seus saberes, suas solidariedades e suas resistências é parte constitutiva da história local e deve ser transmitida às novas gerações como herança viva. Significa, também, reconhecer que a democracia cultural, o direito de todos à memória e ao patrimônio, não é um luxo, mas uma condição para a dignidade humana. E significa, por fim, reconhecer que o município de Magé tem uma história rica e plural, que vai muito além dos marcos oficiais e que encontra no chão da Fábrica de Santo Aleixo um de seus capítulos mais densos e significativos.

A centralidade concedida neste estudo às lutas sindicais responde, em grande medida, a uma condição documental: greves, associações e conflitos trabalhistas deixaram rastros em atas, processos judiciais e arquivos institucionais que facilitam sua reconstituição histórica. Os clubes recreativos, os blocos carnavalescos e os times de futebol, por sua vez, deixaram vestígios mais dispersos, o que não diminui sua relevância como patrimônio, mas exige metodologias de pesquisa distintas. Caso se adote a perspectiva de E. P. Thompson, para quem a cultura popular é ela mesma um terreno de luta e não um mero espaço de evasão do trabalho, o futebol operário, o carnaval e a sociabilidade recreativa devem ser lidos como formas igualmente legítimas, ainda que registradas em chave diversa, de resistência e de produção de sentido coletivo frente ao poder patronal. Sindicato e clube, greve e carnaval, não configuram, portanto, uma hierarquia de valor cultural, mas sim dois registros complementares de uma mesma cultura fabril que se pretende, neste trabalho, patrimonializar em sua integralidade.

3.3. Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial: Reflexões para a Educação Patrimonial a partir das Memórias das Lutas Sindicais da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo

A dimensão material do patrimônio da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo é indissociável de sua dimensão imaterial. O edifício fabril não é um invólucro neutro: é ele mesmo um documento histórico, um testemunho espacial das relações de produção, de poder e de sociabilidade que se desenvolveram em seu interior. A disposição das máquinas, a hierarquia dos espaços, a presença ou ausência de ventilação e iluminação adequadas, tudo isso fala de relações de classe e de formas específicas de organização do trabalho. Compreender a arquitetura fabril brasileira, suas origens, sua evolução e seu estatuto como bem cultural, é condição necessária para uma abordagem patrimonial verdadeiramente integrada, que não reduza o patrimônio à sua dimensão física, mas tampouco ignore a importância dos suportes materiais para a preservação da memória.

As construções industriais surgiram como tipo arquitetônico específico no contexto da Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, e se desenvolveram ao longo do século XIX em estreita relação com as transformações tecnológicas e os imperativos da produção em larga escala. As primeiras fábricas foram construídas com estruturas de madeira e paredes de alvenaria de tijolo, sem qualquer preocupação estética além da funcionalidade. Com o avanço das técnicas construtivas, surgiram as estruturas metálicas, que permitiram vãos maiores e pavimentos múltiplos, inaugurando a tipologia da fábrica moderna que associa, em geral, grandes volumes horizontais, coberturas em shed para iluminação natural e chaminés que sinalizam a presença industrial na paisagem urbana. No Brasil, esse processo ocorreu de forma mais lenta e tardia, marcado por especificidades regionais e pela dependência de tecnologia e capital estrangeiros. Castro (2013) observa que a arquitetura industrial brasileira, desde seus primeiros tempos, deixou exemplares significativos ocupando espaços importantes nas cidades e municípios. Nas principais capitais, esses edifícios, implantados inicialmente em bairros distantes ou próximos ao antigo núcleo urbano, encontram-se hoje integrados à malha urbana, funcionando como vestígios materiais de um tempo de industrialização semelhante ao que ocorreu em outros países nos séculos XVIII e XIX.

A metáfora de "carcaças de um tempo passado" empregada por Castro é ao mesmo tempo precisa e problemática. Precisa porque descreve com exatidão o estado de muitas edificações industriais brasileiras, abandonadas após o processo de desindustrialização e deixadas à própria sorte pelo poder público e pelos proprietários. Problemática porque a palavra "carcaças" sugere que essas edificações são meros invólucros vazios, destituídos de vida, quando, na verdade, elas são repositórios densos de memória, identidade e significado cultural. A fábrica abandonada não está morta: ela guarda, em suas paredes e em seus espaços, as marcas de décadas de trabalho, de luta e de vida coletiva. Reconhecê-la como patrimônio é, inicialmente, reconhecer essa vitalidade latente e comprometer-se com sua preservação.

A indústria têxtil ocupa um lugar pioneiro no processo de industrialização brasileiro: é considerada por muitos historiadores econômicos a primeira indústria moderna no Brasil, tendo contribuído decisivamente para a consolidação da urbanização em diversas regiões do país. As fábricas têxteis não apenas transformaram a paisagem física dos municípios onde se instalaram, mas também redefiniram as estruturas sociais, os hábitos cotidianos e as formas de organização coletiva das populações locais. Em muitos casos, e Santo Aleixo é paradigmático nesse sentido, a fábrica construía não apenas o edifício industrial, mas toda uma infraestrutura urbana ao seu redor: as vilas operárias, com suas casas padronizadas; os equipamentos coletivos, como escola, farmácia, campo de futebol e sede do clube; e os espaços de lazer e convivência que mediavam

a vida social do distrito. Essa configuração urbana é que os historiadores chamam de "company town" ou "cidade fábrica", um modelo de organização territorial em que a empresa não apenas emprega, mas governa a vida cotidiana de toda uma comunidade.

O desenvolvimento industrial de proporções mais significativas no Brasil, segundo Pandin (2009), ocorreu apenas a partir da década de 1930 do século XX, impulsionado pelo Estado Novo e pelos desdobramentos econômicos da Segunda Guerra Mundial. A heterogeneidade de origens dos trabalhadores tornou a fábrica um espaço de encontro e de trocas culturais que enriqueceu a identidade local com influências diversas.

O reconhecimento dos edifícios industriais como patrimônio cultural é relativamente recente no Brasil.²⁹ Desde o tombamento pioneiro de 1964, a noção de patrimônio industrial avançou, mas ainda percorre um longo caminho para ser plenamente reconhecida pela sociedade e pelo poder público. Importantes monumentos da arquitetura fabril foram demolidos sem qualquer processo de inventário ou avaliação patrimonial, representando perdas irreparáveis para a memória histórica nacional. Essa situação reflete, em parte, preconceitos estéticos enraizados na cultura do patrimônio brasileiro: por muito tempo, as edificações industriais foram consideradas "antiestéticas" em comparação com os monumentos religiosos e os palácios que dominavam o cânone da preservação patrimonial. Somente a partir da valorização da arquitetura modernista e da renovação historiográfica promovida pela história social e pela história do trabalho é que os edifícios fabris começaram a ser reconhecidos como documentos históricos de primeira ordem, dignos de proteção e de estudo sistemático.

Do ponto de vista teórico, os princípios que orientam a preservação do patrimônio industrial têm como referência fundamental a Carta de Veneza (1964), documento que estabeleceu os fundamentos conceituais da conservação e restauração de monumentos e sítios históricos.³⁰ Segundo esse documento, a restauração deve ter como objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, fundamentando-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos. A esse referencial soma-se a contribuição de Beatriz Mugayar Kühl, que sintetiza o processo de maturação teórica no campo da conservação patrimonial, sublinhando a importância de um maior respeito pela matéria original, pelas

²⁹ O tombamento pioneiro de uma construção industrial pelo IPHAN ocorreu em 1964, com a proteção do conjunto da Companhia Estrada de Ferro e Minas, em Ouro Preto (MG). Cf. RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. Arq.Urb, São Paulo, v. 3, p. 31-40, 2010.

³⁰ ICOMOS. Carta de Veneza — Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios. Veneza, 1964. O documento estabeleceu princípios fundamentais: respeito pela autenticidade da matéria histórica; distinguibilidade das intervenções contemporâneas; obrigatoriedade de documentação; e reversibilidade das intervenções.

marcas do tempo e pelas diversas fases de uma obra arquitetônica, além de recomendar a distinção das intervenções contemporâneas em relação à substância histórica (KÜHL, 2008).³¹

A Carta de Burra (1980) estabelece critérios objetivos para a condução de processos de restauração, ao afirmar que a restauração só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem.³² Esses princípios são inteiramente aplicáveis ao caso da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo. A edificação reúne simultaneamente valor arquitetônico, como exemplar da arquitetura industrial brasileira do início do século XX, e valor histórico-cultural, como palco das lutas operárias e sindicais que definiram a identidade de gerações de trabalhadores mageenses. Qualquer intervenção no edifício deve, portanto, ser norteadada pelo imperativo de preservar e revelar esses valores, e não de apagá-los em nome de uma pretensa modernização que, na prática, serve a interesses econômicos de curto prazo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, estabelece que é dever do Estado garantir o exercício pleno dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.³³ Nesse sentido, a preservação de bens culturais como a Fábrica de Santo Aleixo não é apenas um imperativo patrimonial: é uma obrigação constitucional que envolve todas as esferas do poder público federal, estadual e municipal. Como aponta José Reginaldo Santos Gonçalves, os patrimônios nacionais desempenham um papel estratégico na construção simbólica da ideia de nação, e as categorias de memória e autenticidade são instrumentos retóricos por meio dos quais a nação ganha identidade e passado (Gonçalves, 2001). Ao patrimonializar a Fábrica de Santo Aleixo e as lutas sindicais que nela se travaram, o município de Magé reconhece que sua história não se confunde com a história das elites: ela é, igualmente, a história dos trabalhadores que, com seus corpos e sua resistência, construíram a cidade.

Há ainda uma dimensão pedagógica do patrimônio edificado que merece atenção específica. As edificações históricas, diferentemente dos textos escritos, atingem os sentidos de forma direta e imediata: é possível tocar as paredes, sentir a escala dos espaços e imaginar o barulho das máquinas. Essa dimensão sensorial e corporal da experiência patrimonial é especialmente relevante para a educação de crianças e jovens, que muitas vezes se sentem

³¹ A autora propõe que, no patrimônio industrial — marcado por múltiplas reformas —, o valor documental das diferentes fases de transformação deve ser reconhecido e preservado como parte da autenticidade do bem.

³² ICOMOS. Carta de Burra. Burra: Australia ICOMOS, 1980, art. 11. Pioneira ao introduzir o conceito de "significação cultural" como critério central para decisões de conservação. A versão revisada (1999) incorporou explicitamente a significação associada a grupos sociais específicos.

³³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Art. 215: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional [...]".

alheios à história quando ela é apresentada exclusivamente por meio de textos e imagens. Trazer os estudantes para o interior da fábrica, mesmo que em visitas guiadas, mesmo que o espaço esteja parcialmente deteriorado, é uma forma de fazer a história "saltar da página" e de conectar o conhecimento intelectual à experiência vivida.³⁴

A perda e a não preservação da memória local são mais comuns do que se imagina. Nem mesmo construções centenárias escapam dessa triste realidade. A inação do poder público e o desconhecimento da própria história por parte da população são algumas das principais causas de danos e destruições ao patrimônio. Por isso, a educação patrimonial assume um papel estratégico: ao aproximar as comunidades do conhecimento sobre seus próprios bens culturais, ela cria vínculos afetivos e simbólicos que são, em última instância, a melhor garantia de preservação. Cabe registrar que o próprio conceito de educação patrimonial é objeto de debate acumulado desde sua formulação inicial no Brasil. O *Guia Básico de Educação Patrimonial* (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), documento fundador do campo, concebia a educação patrimonial fundamentalmente como transmissão de conhecimento técnico sobre os bens culturais às comunidades, um modelo posteriormente criticado por seu caráter unidirecional, no qual o saber especializado do patrimônio oficial era simplesmente repassado a comunidades tomadas como receptoras passivas. A revisão promovida pelo próprio IPHAN em *Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos* (2014) buscaram responder a essa crítica, propondo uma perspectiva dialógica e participativa, na qual as comunidades deixam de ser destinatárias do conhecimento patrimonial para se tornarem coprodutoras dele. Esta dissertação alinha-se a essa segunda perspectiva: quando se defende, adiante, o envolvimento das comunidades de Santo Aleixo na construção de seu próprio patrimônio, não se trata de aplicar a elas um saber pronto sobre sua história, mas de reconhecê-las como sujeitos capazes de produzir, validar e transmitir esse saber. Como bem expressou um morador ao lamentar o estado atual da fábrica fechada:

“Só tem tristeza de ter um monte de gente passando fome e a fábrica fechada. Não vende, não aluga, não faz nada” (Licério – O Tear, 2013).

Essa fala condensa, com a precisão própria da memória vivida, o paradoxo que este capítulo procura enfrentar: de um lado, um patrimônio industrial de valor histórico e cultural inestimável; de outro, o abandono e a invisibilidade impostos pela ausência de políticas efetivas

³⁴ Cf. HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999. O IPHAN revisou a abordagem em "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos" (2014), reconhecendo a necessidade de uma perspectiva dialógica e participativa, em que as comunidades são coprodutoras do conhecimento sobre seu próprio patrimônio.

de preservação. O depoimento de Licério é revelador não apenas pelo que diz, a fábrica está fechada enquanto há desemprego, mas pelo que implica: que o espaço fabril poderia e deveria cumprir alguma função para a comunidade, seja econômica, cultural ou educativa. Essa intuição popular, nascida da experiência concreta de quem viu a fábrica funcionar e depois a viu fechar, é o ponto de partida mais legítimo para qualquer proposta de refuncionalização do espaço.

Vale notar que os dois depoimentos citados ao longo deste capítulo, o de Felipe Ribeiro, que descreve a descoberta da história local como experiência de pertencimento e orgulho, e o de Licério, que expressa indignação e desalento diante do abandono da fábrica, não convergem para uma memória única e harmônica do passado operário. Há, entre eles, uma tensão produtiva: enquanto um narra a fábrica como legado que ainda ensina e mobiliza, o outro a narra como ferida aberta, símbolo de uma promessa não cumprida. Essa disparidade não é uma inconsistência a ser resolvida, mas um traço constitutivo da memória subalterna. Reconhecer essa pluralidade e não apenas extrair dos depoimentos uma confirmação linear do argumento historiográfico, é parte do compromisso desta dissertação com os sujeitos que produziram, e não apenas protagonizaram, a narrativa aqui construída.

Superar esse paradoxo exige a articulação entre o reconhecimento oficial por meio do tombamento e do registro patrimonial e o envolvimento ativo das comunidades detentoras da memória, em um processo educativo que transforme o conhecimento histórico em sentimento de pertencimento e, este, em ação coletiva de preservação. A historiografia de referência de Le Goff a Thompson, de Nora a Hall converge nesse ponto: a memória não se preserva sozinha, ela precisa ser cultivada, disputada e transmitida por sujeitos coletivos conscientes de seu valor. A dimensão da invisibilidade também merece reflexão: Santo Aleixo e seu patrimônio operário são praticamente desconhecidos fora dos limites do município. Superar essa invisibilidade é uma tarefa que exige tanto pesquisa histórica rigorosa quanto políticas de memória que traduzam o conhecimento acadêmico em iniciativas acessíveis à comunidade.

3.4. Refuncionalização do Patrimônio Industrial: Usos Contemporâneos, Memória e Potencialidades Culturais da Antiga Fábrica de Santo Aleixo

O processo de fechamento da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo e o subsequente abandono de suas instalações não é um episódio isolado na história brasileira. Ao contrário, insere-se em um fenômeno mais amplo e estrutural, que marcou a segunda metade do século XX: a desindustrialização e a reestruturação econômica das cidades, que transformaram antigas zonas industriais em territórios de esvaziamento funcional e simbólico. Compreender esse processo é essencial para situar as potencialidades e os riscos das diferentes propostas de refuncionalização

do espaço fabril, bem como para defender a perspectiva de que qualquer intervenção nesse espaço deve ser orientada pelo imperativo de preservar e valorizar a memória operária que nele se enraizou.

Eloisa Dezen-Kempter (2011), em seu estudo sobre o lugar da indústria no patrimônio cultural brasileiro, identifica precisamente esse fenômeno ao observar que os efeitos da desindustrialização, intensificados na década de 1990, atingiram grandes complexos fabris que foram os principais motores econômicos e indutores de urbanização em diversas regiões do país. Segundo a autora, embora essas instalações tenham imprimido, de modo inconfundível, caráter e identidade espacial às cidades, e organizado tanto a dinâmica urbana quanto as relações sociais de seus entornos, sua permanência na paisagem está permanentemente ameaçada pela lógica da especulação imobiliária e pelo desinteresse do poder público. Como ela sintetiza:

As mudanças nas relações espaço-tempo estabelecidas com a contemporaneidade – destacando-se a velocidade das transformações intrínsecas à revolução da informática e da economia – podem restringir drasticamente o tempo de maturação necessário para a salvaguarda destas áreas portadoras da memória urbana referente à industrialização (DEZEN-KEMPTER, 2011, p. 109).

Essa observação é especialmente pertinente para o caso de Santo Aleixo porque o tempo institucional dos órgãos de preservação com seus longos processos de inventário, instrução e aprovação dos instrumentos de proteção frequentemente supera a velocidade das operações especulativas do mercado imobiliário. A ausência de qualquer processo de tombamento municipal ou estadual da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo deixa a edificação exposta às lógicas de desvalorização e descarte que, historicamente, têm resultado na demolição de importantes exemplares da arquitetura industrial brasileira. Essa situação de vulnerabilidade jurídica é tanto mais preocupante quanto se considera que a edificação já apresenta sinais evidentes de deterioração, que tendem a se agravar na ausência de manutenção e de uso. Cada ano que passa sem proteção jurídica e sem investimento em conservação é um ano em que o patrimônio se perde de forma irreversível.

No caso específico da Fábrica de Santo Aleixo, a situação de abandono configura aquilo que Sharon Zukin (2000) denomina tensão estrutural da reestruturação urbana: antigos espaços produtivos que perdem suas funções originais e são substituídos, em suas paisagens simbólicas e materiais, por produtos abstratos do mercado financeiro, da moda e do entretenimento.³⁵ A

³⁵ Zukin analisa a transformação de antigas zonas industriais em espaços de consumo cultural como forma de gentrificação disfarçada, que expulsa as populações trabalhadoras e suas memórias.

fábrica parada não é apenas uma ruína econômica; é uma ferida na identidade territorial de uma comunidade que construiu sua história em torno daquele espaço. Para os ex-operários e seus descendentes, a fábrica fechada representa a interrupção de um projeto coletivo de vida que durou décadas e que foi abruptamente encerrado por decisões econômicas tomadas longe do distrito e sem qualquer consulta às comunidades afetadas. Essa dimensão de abandono não é apenas material, mas profundamente simbólica: ela diz às comunidades que seu trabalho, sua luta e sua memória não têm valor.

Esse cenário de vulnerabilidade patrimonial ganhou contornos concretos e urgentes com a instalação, em parte, das edificações da antiga Fábrica Têxtil de Santo Aleixo, de uma unidade da rede de supermercados Rio Sul. A iniciativa, anunciada com entusiasmo por parcelas da população local que viam no empreendimento a possibilidade de geração de empregos e de reativação econômica do distrito, coloca de forma incontornável o problema que este capítulo procura enfrentar: a possibilidade de que o espaço fabril seja refuncionalizado segundo uma lógica estritamente comercial, sem qualquer consideração pela memória operária e pelas lutas sindicais que naquele mesmo chão se travaram por décadas.

Para compreender criticamente essa transformação em sua profundidade estrutural, é necessário recorrer à perspectiva de Bruno Borja sobre a cultura popular no capitalismo dependente. Borja (2023) interpreta a cultura popular como modo de vida e produção cultural das classes subalternas, entendida como uma forma de resistência à exploração capitalista e central na luta de classes. O autor demonstra que, no capitalismo dependente marcado por leis particulares de desenvolvimento e, em especial, pela superexploração da força de trabalho, a cultura popular das classes trabalhadoras desenvolveu-se historicamente em tensão permanente com dois processos de incorporação: o primeiro, pela construção de uma identidade nacional conduzida pelo Estado e pelas classes dominantes, que captura e neutraliza o potencial contestatório das expressões culturais subalternas; o segundo, pelo desenvolvimento da indústria cultural local, comandada pela burguesia dependente em associação com a burguesia imperialista, que transforma a cultura popular em mercadoria. Esses dois mecanismos de incorporação, longe de se excluírem, frequentemente se articulam e se complementam.

Esse processo não é casual nem inevitável: é expressão das contradições estruturais do capitalismo dependente que, produz simultaneamente a superexploração das classes trabalhadoras e os mecanismos de incorporação e esvaziamento de suas expressões culturais. A reação da comunidade ao anúncio da instalação do mercado foi ela própria reveladora dessas tensões: de um lado, moradores que celebraram a abertura como reativação do espaço abandonado; de outro, pesquisadores, ex-operários e ativistas culturais que expressaram

preocupação com o apagamento da memória da classe trabalhadora. Essa divisão não é mero conflito de opiniões, ela expressa contradições reais entre necessidades econômicas imediatas e direitos culturais de longo prazo, que o capitalismo dependente constantemente coloca para as populações subalternas sob pressão econômica.

Essa divisão, ainda que registrada aqui de forma breve, revela que a memória da Fábrica de Santo Aleixo está longe de ser um consenso local. Não há, em Santo Aleixo, uma única "comunidade" com uma visão homogênea sobre o legado fabril, mas grupos distintos, com relações diferentes com aquele passado e com interesses presentes igualmente legítimos, ainda que conflitantes. Para os que viveram diretamente a experiência sindical, ex-operários, seus descendentes diretos e os pesquisadores a eles vinculados, a fábrica é, sobretudo, lugar de luta e de identidade coletiva a ser preservado. Para parte dos moradores atuais, muitos sem vínculo familiar direto com o antigo operariado e enfrentando desemprego e precariedade, a mesma fábrica é, antes de tudo, uma oportunidade concreta de renda que o discurso patrimonial, à primeira vista, parece não oferecer. Essa tensão confirma a leitura de Michael Pollak (1989) sobre a memória como campo de disputa: não existe uma memória "verdadeira" da fábrica esperando para ser resgatada, mas versões concorrentes, construídas a partir de posições sociais distintas dentro da própria comunidade. Reconhecer essa pluralidade não enfraquece o argumento patrimonial desta dissertação; ao contrário, o torna mais realista, ao evidenciar que a patrimonialização da memória operária de Santo Aleixo não é consenso a ser simplesmente declarado, mas um projeto político a ser construído e disputado.

Quanto a quem hoje reivindica ativamente essa preservação, é preciso reconhecer, com honestidade metodológica, que não se identificou, no curso desta pesquisa, um movimento social organizado e internamente articulado pela própria comunidade de Santo Aleixo em defesa do patrimônio fabril. O reconhecimento do valor histórico e cultural do distrito parece hoje mais consolidado fora da comunidade do que dentro dela, principalmente em circuitos acadêmicos, patrimoniais e culturais, onde a memória operária de Santo Aleixo encontra seus principais interlocutores e defensores, enquanto parte dos moradores atuais, mantém uma relação mais distante com esse passado. Esse descompasso entre reconhecimento externo e mobilização interna não é incomum em processos de patrimonialização de memórias subalternas: a construção de uma narrativa alternativa à memória hegemônica depende, com frequência, de mediações de pesquisadores, instituições, educadores que sejam capazes de traduzir a experiência vivida em discurso público e político. Nesse sentido, esta própria dissertação, ao sistematizar e trazer um olhar acadêmico a essa memória, insere-se nesse movimento de mediação, mas não pode substituí-lo: a efetiva salvaguarda do patrimônio de

Santo Aleixo depende de que esse reconhecimento externo se traduza também em mobilização e protagonismo das comunidades locais, tarefa que extrapola os limites desta pesquisa, mas que ela busca, ao menos, contribuir para viabilizar.

A transformação de edificações industriais abandonadas em novos espaços de uso cultural, comercial, educacional ou misto é uma prática consolidada em diferentes contextos urbanos como estratégia de requalificação patrimonial. Tal processo, no entanto, não é neutro: envolve disputas de memória, escolhas políticas sobre quais histórias merecem ser contadas e, sobretudo, decisões sobre quem são os protagonistas legítimos desses espaços ressignificados. A pergunta central não é apenas "o que fazer com a fábrica?", mas "para quem?" e "segundo quais valores?". Essa questão política não pode ser respondida sem a participação ativa das comunidades que viveram e ainda vivem em relação direta com aquele espaço. Qualquer processo de refuncionalização que ignore as demandas e os saberes das comunidades locais está fadado a reproduzir as mesmas lógicas de exclusão que caracterizaram a história do patrimônio oficial brasileiro.

No campo teórico brasileiro, Dezen-Kempter (2011) identifica uma importante inflexão nos critérios adotados pelo IPHAN a partir dos anos 1980, quando o órgão começa a superar o conceito de excepcionalidade monumental em direção a uma abordagem mais abrangente, voltada para a representatividade dos bens como formadores da memória urbana coletiva e de um saber fazer específico. Essa mudança abriu caminho para tombamentos inovadores, como o da Fábrica de Vinho Tito e Silva, na Paraíba, onde não apenas o monumento e a maquinaria foram preservados, mas, sobretudo, a técnica industrial de manufatura do vinho de caju, preservando o espaço da memória como suporte de uma atividade cultural viva, e não o edifício como fim em si mesmo.

Essa distinção entre preservar o invólucro e preservar o conteúdo é fundamental para pensar a Fábrica de Santo Aleixo. O risco de qualquer projeto de refuncionalização que não parta do reconhecimento da memória operária como valor cultural em si mesmo é o que Dezen-Kempter (2011) identifica em alguns tombamentos que conservaram a edificação fabril, mas perderam a especificidade cultural e funcional que lhe conferia sentido. No caso de Santo Aleixo, o que se deve preservar não é apenas a estrutura física da fábrica, mas as práticas, os saberes, as relações sociais e as memórias de luta que nela se enraizaram. A preservação do invólucro sem o conteúdo seria, paradoxalmente, uma forma sofisticada de apagamento, uma patrimonialização que celebra a carcaça enquanto enterra a cultura. Essa armadilha é tanto mais perigosa quanto mais se apresenta sob a forma de uma política progressista de preservação.

Experiências nacionais e internacionais oferecem referências importantes, ainda que não possam ser transplantadas mecanicamente para o contexto de Magé. O projeto da Fábrica da Pompéia, em São Paulo, requalificada por Lina Bo Bardi como centro cultural do SESC, tornou-se referência internacional ao demonstrar que a reutilização de espaços industriais pode preservar a estrutura fabril original enquanto incorpora funções culturais, educativas e de lazer, sem apagar as marcas da história do trabalho.³⁶ A genialidade do projeto de Lina Bo Bardi reside exatamente na recusa de apagar as marcas do tempo: as paredes manchadas, os pisos desgastados, as estruturas metálicas enferrujadas foram mantidas e celebradas como documentos históricos, integrando-se ao novo uso sem se dissolverem nele. Esse princípio, que poderíamos chamar de "preservação com uso", é aquele que melhor se adequa ao caso de Santo Aleixo: não um museu estático, mas um espaço vivo, em que a memória do trabalho coexiste com as práticas culturais do presente.

A refuncionalização do espaço fabril para uso cultural pode, em certas condições, contribuir para a conservação física do edifício e a reativação do tecido urbano local. Contudo, como alerta Henri Lefebvre, o espaço é produto de relações sociais e, portanto, campo permanente de disputas (Lefebvre, 2001). A apropriação de antigos espaços industriais por novas funções pode tanto reforçar processos de mercantilização com o consequente apagamento das memórias trabalhistas quanto possibilitar formas mais democráticas de uso e acesso, a depender das escolhas políticas que orientem esse processo. Lefebvre nos ensina a perguntar: quem produz o espaço? Para quem? E em benefício de quais interesses? Essas questões devem orientar qualquer debate sobre o futuro da Fábrica de Santo Aleixo.

A discussão sobre os usos possíveis do espaço fabril de Santo Aleixo não pode prescindir de uma reflexão sobre os sentidos atribuídos à cultura nas políticas públicas contemporâneas. Rafael Kiefer Kruchin (2017), em sua dissertação sobre o Programa "Fábricas de Cultura" do Estado de São Paulo, oferece uma análise sociologicamente densa sobre as contradições que atravessam as políticas culturais voltadas para territórios populares. O autor identifica que, desde os anos 1970, consolidou-se internacionalmente um discurso que associa a cultura ao desenvolvimento social e econômico, tornando-a um recurso mobilizável para fins de cidadania, redução da violência e inclusão social.³⁷ Essa perspectiva é especialmente

³⁶ Cf. LINA BO BARDI. *Fábrica da Pompéia — Centro de Lazer SESC*. São Paulo: SESC, 1977-1986. O projeto preservou as "marcas do tempo" — paredes manchadas, estruturas de tijolos aparentes, piso de madeira desgastado — enquanto incorporou novas funções culturais, esportivas e de lazer, tornando-se referência internacional de requalificação de patrimônio industrial.

³⁷ *Ibid.*, p. 34. A concepção da cultura como recurso para o desenvolvimento tem raízes no relatório "Nossa Diversidade Criadora" (UNESCO, 1995) e influenciou o Plano Nacional de Cultura (2010). Cf. YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

relevante para o caso de Santo Aleixo porque o município de Magé, situado na Baixada Fluminense, compartilha com as periferias das grandes metrópoles brasileiras uma série de características estruturais: concentração de pobreza, precariedade de equipamentos culturais, histórico de invisibilidade nas políticas públicas e presença de comunidades com identidades coletivas forjadas em experiências de trabalho e resistência.

Kruchin demonstra que há uma tensão estrutural entre dois usos possíveis da cultura: como espaço autônomo de expressão e afirmação identitária das comunidades, o que pressuporia reconhecer os moradores como produtores de cultura, e não apenas como consumidores ou beneficiários de políticas, e como instrumento de governo moral, voltado para a docilização e a pacificação das populações consideradas vulneráveis. Como conclui o autor:

A cultura é utilizada como técnica muito mais para atuar nas condições subjetivas dos usuários do que para alterar condições objetivas (a luta contra a pobreza), o que torna imprecisas as noções dos agentes quanto aos objetivos concretos da política (Kruchin, 2017, p. 107).

Essa distinção crítica entre cultura como direito e cultura como recurso de governança é diretamente aplicável ao debate sobre o futuro da Fábrica de Santo Aleixo. Articulada à análise sobre os processos estruturais de incorporação da cultura popular pelo capital dependente, ela demonstra que os riscos que cercam o espaço de Santo Aleixo não são conjunturais, mas sistêmicos. Qualquer projeto de refuncionalização que não parta do reconhecimento da memória operária como valor cultural em si mesmo e que não coloque os trabalhadores e suas famílias como protagonistas das decisões sobre o uso do espaço, corre o risco de reproduzir a neutralização simbólica das experiências de luta e resistência. Isso significa, concretamente, que qualquer iniciativa de patrimonialização ou refuncionalização da Fábrica de Santo Aleixo deve ser construída a partir de um processo participativo amplo, que envolva os moradores do distrito, os descendentes dos operários, os pesquisadores locais e as organizações comunitárias que mantêm viva a memória do período fabril. Não é possível preservar a memória das lutas operárias ignorando os sujeitos que as protagonizaram.

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo desta seção, é possível esboçar um conjunto de potencialidades concretas para a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como espaço de patrimônio vivo, cultura e memória coletiva. Essas proposições não têm caráter normativo ou definitivo, a última palavra deve pertencer à própria comunidade, mas apontam direções que articulam as contribuições teóricas mobilizadas ao longo deste capítulo com as especificidades do contexto mageense.

A constituição de um Centro de Memória Operária e Sindical, que reúna acervos documentais, registros de história oral, fotografias, objetos e outros materiais relacionados à

história da fábrica e das lutas dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo. Tal iniciativa dialoga diretamente com o conceito de lugar de memória de Nora e com o papel que Le Goff atribui ao monumento como vestígio humano vivo de uma memória coletiva. Um centro dessa natureza não seria apenas um arquivo passivo, mas um espaço dinâmico de pesquisa, formação e produção de conhecimento histórico sobre a classe trabalhadora da região, um espaço que seria, ao mesmo tempo, museu, biblioteca, sala de aula e fórum comunitário. A experiência de centros de documentação operária como o Centro de Memória Sindical (São Paulo) e o Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP) demonstra que esse tipo de iniciativa tem enorme potencial para articular pesquisa acadêmica, preservação documental e educação comunitária.

O desenvolvimento sistemático de ações de educação patrimonial, articulando a escola pública local com a história da fábrica e das lutas sindicais. Como observa Thompson, a compreensão do modo de vida operário com suas práticas cotidianas, seus saberes e suas formas de resistência é indissociável de uma formação histórica crítica capaz de revelar as estruturas de poder que moldaram a experiência da classe trabalhadora (Thompson, 2002). A história de Santo Aleixo tem enorme potencial pedagógico: ela conecta dimensões da história do trabalho, da história política do Brasil, da história das migrações internas e da formação das identidades populares da Baixada Fluminense. Projetos de história oral nas escolas, roteiros de visitas guiadas ao patrimônio edificado, exposições fotográficas e atividades de dramatização histórica são alguns dos formatos pelos quais essa história pode ser transmitida de forma viva e significativa às novas gerações. A articulação entre universidades, escolas públicas e organizações comunitárias é a forma mais sustentável de garantir a continuidade dessas iniciativas ao longo do tempo.

A promoção de atividades de economia criativa e cultura popular que tenham os trabalhadores e suas famílias como produtores, e não apenas como público. Feiras de artesanato, saraus literários, mostras de cultura popular, espaços para grupos de jongo, samba e outras expressões culturais enraizadas na história da região: essas atividades têm o potencial de transformar a fábrica em um centro vivo de produção cultural comunitária, resistindo à lógica da espetacularização e do consumo que frequentemente colonizam os projetos de requalificação de espaços industriais. As reflexões de Hobsbawm e Ranger (1998) sobre a "invenção das tradições" são oportunas: não se trata de fabricar uma identidade operária artificial, mas de reconhecer e fortalecer as práticas culturais que os próprios moradores já reproduzem como expressões autênticas de uma memória coletiva viva.

A dimensão arquitetônica e o valor do patrimônio industrial edificado devem ser objeto de um processo de inventário sistemático, que documente o estado atual da edificação,

identifique os elementos de maior valor histórico e arquitetônico e estabeleça as prioridades de conservação. Esse inventário deve ser acompanhado de pesquisa histórica sobre a evolução da planta da fábrica ao longo do tempo, identificando as diferentes fases de ampliação e transformação do complexo industrial. A realização de visitas guiadas ao espaço, exposições fotográficas sobre a arquitetura fabril da região e eventos que articulem memória, patrimônio e arte podem contribuir para que os moradores ressignifiquem o espaço da fábrica como um bem cultural que lhes pertence e cuja preservação é, portanto, também sua responsabilidade e seu direito.

Por fim, é fundamental ressaltar que a efetividade de qualquer iniciativa nessa direção depende de uma condição política prévia: o reconhecimento formal, pelo poder público municipal, da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como patrimônio cultural de Magé. Sem esse reconhecimento, o espaço permanece exposto às pressões do mercado imobiliário e à lógica do abandono deliberado que, como a história tem demonstrado em inúmeros casos, antecede a demolição. O tombamento não é o único instrumento de preservação disponível, existem também o inventário, o registro e as leis de proteção do entorno, mas é o instrumento que confere ao bem o estatuto jurídico que o protege de forma mais efetiva das forças que interessam à sua destruição. O acionamento do poder público municipal, por meio da Câmara de Vereadores e da Prefeitura, é uma tarefa que cabe às organizações comunitárias, aos pesquisadores e à sociedade civil em geral.

A efetivação dessas potencialidades demanda um movimento em dupla direção: de baixo para cima, com a organização comunitária e a pressão política dos moradores e trabalhadores em favor do reconhecimento e da valorização de seu patrimônio; e de cima para baixo, com a formulação de políticas públicas municipais e estaduais que reconheçam a especificidade cultural da Baixada Fluminense e invistam em seus territórios de memória. É nessa articulação entre memória viva, ação coletiva e política pública sustentada pelo rigor da pesquisa histórica e pela sensibilidade às demandas das comunidades que reside o verdadeiro potencial transformador da Fábrica de Santo Aleixo como patrimônio cultural de Magé.

Como aponta Paul Veyne (1992), a história não é uma ciência natural: ela é uma narrativa que seleciona, interpreta e significa os fatos do passado a partir de perspectivas do presente.³⁸ Escolher narrar a história de Santo Aleixo a partir das lutas dos trabalhadores têxteis, e não a partir da perspectiva dos proprietários ou do discurso do progresso industrial, é uma

³⁸ Veyne propõe a compreensão da história como "narrativa verdadeira", em que a seleção dos fatos é sempre condicionada pelas perspectivas do historiador. A escolha de narrar a história de Santo Aleixo a partir dos trabalhadores é uma escolha política com implicações concretas para a construção da memória coletiva.

escolha política com implicações concretas para a construção da memória coletiva do município. É uma escolha que afirma que a dignidade do trabalho e a coragem da resistência são valores que merecem ser lembrados, celebrados e transmitidos às gerações futuras que são, em suma, patrimônio cultural. E é, também, uma escolha que reconhece a responsabilidade do pesquisador não apenas com a verdade dos fatos, mas com o direito à memória.

CONCLUSÕES

Ao longo desta dissertação, os cinco eixos que a organizam foram tratados não como temas autônomos, mas como camadas sucessivas de um mesmo argumento: o de que a memória das lutas operárias de Santo Aleixo constitui patrimônio cultural do município de Magé, e que seu reconhecimento exige a compreensão articulada das condições econômicas que produziram a fábrica, da experiência social que nela se formou e do arcabouço teórico-jurídico que permite sua salvaguarda. As conclusões que se seguem retomam esse percurso, evidenciando como cada eixo contribuiu para a sustentação do argumento central.

O estudo desenvolvido ao longo desta dissertação revelou a Fábrica Têxtil de Santo Aleixo como muito mais do que uma edificação industrial em processo de deterioração: ela é um ponto fundamental para o entendimento da história do capitalismo brasileiro, onde se entrelaçam a formação do trabalho assalariado, a constituição de uma cultura operária combativa e a disputa contemporânea pela memória e pelo patrimônio cultural das classes trabalhadoras. Compreender essa trajetória em sua complexidade exigiu o diálogo entre a história econômica, a história social do trabalho, a teoria do patrimônio cultural e a educação patrimonial, campos que, longe de se excluírem, revelaram-se mutuamente constitutivos ao longo da pesquisa.

A fundação da Fábrica de Santo Aleixo, em 1848-1849, não pode ser lida como um episódio isolado de modernização tardia, mas como expressão das tensões estruturais que atravessavam a economia imperial brasileira no limiar da industrialização. Instalada com força de trabalho predominantemente assalariada, a fábrica produzia tecidos de algodão destinados ao vestuário de pessoas escravizadas, sintetizando em sua própria existência as contradições da modernização.

A análise das fontes e da historiografia mais recente revelou que trabalho assalariado e trabalho escravizado não eram formas de organização produtiva antagônicas no Brasil oitocentista, mas articulações complementares de uma mesma economia escravista. A Fábrica de Santo Aleixo, ao operar com trabalhadores assalariados para produzir insumos do regime escravista, exemplifica o que a historiografia denomina "indústria escravista", conceito que supera a leitura evolucionista de uma industrialização que aguardava a abolição para se desenvolver plenamente. Essa perspectiva reposiciona a história de Magé no quadro mais amplo da formação do capitalismo industrial brasileiro, conferindo-lhe uma profundidade analítica que as narrativas locais frequentemente deixam passar.

A incorporação da fábrica ao grupo Bezerra de Mello, em 1941, inaugurou a fase mais

rica e contraditória de sua história social. O modelo da "fábrica com vila operária", estudado com precisão por Mello (2019) e Ribeiro (2016), transformou o distrito de Santo Aleixo em um espaço total de dominação e resistência: a empresa controlava a moradia, a saúde, o lazer e a educação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que criava as condições materiais para a emergência de uma solidariedade operária que culminaria em greves, organização sindical e engajamento político. O paradoxo é constitutivo: o mesmo paternalismo que buscava disciplinar e fidelizar a força de trabalho produziu, inadvertidamente, os laços de identidade coletiva que sustentariam décadas de resistência.

A alcunha de "Moscouzinho", analisada ao longo desta dissertação como indicador preciso da politização operária do distrito, não é um acidente historiográfico. Ela condensa um processo de formação de classe que articula a experiência cotidiana do trabalho fabril, a influência do Partido Comunista, a atuação de lideranças sindicais como Astério dos Santos e a mobilização coletiva que se manifestou nas grandes greves do pós-guerra. Essa identidade política, forjada entre os anos 1940 e 1964, constitui o núcleo mais denso do patrimônio que esta dissertação propõe reconhecer e preservar.

A ditadura civil-militar de 1964 interrompeu abruptamente esse processo de organização e politização. A repressão ao movimento sindical têxtil e a violência sistemática contra os posseiros das terras da Companhia América Fabril revelam que o golpe não produziu apenas consequências políticas abstratas: ele destruiu vidas, dispersou comunidades e apagou, de forma deliberada, as formas de organização coletiva que os trabalhadores de Magé haviam construído ao longo de décadas. A conquista das desapropriações da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí, em 1973 e 1974, é um testemunho da capacidade de resistência de comunidades que se recusaram a ser completamente silenciadas, mesmo nas circunstâncias mais adversas.

Assim, foi possível situar essa história no quadro mais amplo das políticas públicas de preservação no Brasil. A análise demonstrou que o conceito de patrimônio cultural é uma categoria histórica, social e política, cujos contornos se deslocam em função das disputas de poder que atravessam cada conjuntura. Desde o SPHAN de 1937, com seu recorte eurocêntrico que privilegiava a arquitetura colonial luso-brasileira e excluía sistematicamente as contribuições das culturas africanas, indígenas e populares, até a inovação constitucional de 1988 e o Decreto n.º 3.551/2000, o campo patrimonial brasileiro percorreu um caminho de progressiva, porém ainda incompleta, democratização.

A Constituição Federal de 1988, ao definir o patrimônio cultural brasileiro de forma ampla e reconhecer explicitamente os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos

formadores da sociedade, forneceu o fundamento jurídico para a patrimonialização das memórias operárias de Santo Aleixo. As práticas sindicais dos trabalhadores têxteis, os saberes técnicos transmitidos de geração em geração no interior da fábrica, as formas de solidariedade forjadas nas greves e nas assembleias, tudo isso se enquadra plenamente na definição de patrimônio consagrada pela Convenção da UNESCO de 2003 e pelo Decreto n.º 3.551/2000. Reconhecer isso não é apenas um gesto de justiça histórica: é uma exigência constitucional que vincula o poder público à preservação dessa herança.

A pesquisa articulou as contribuições teóricas sobre memória coletiva com as especificidades históricas da Fábrica de Santo Aleixo. A tríplice dimensão proposta por Pierre Nora, material, funcional e simbólica, revelou-se operatória para compreender o complexo fabril como lugar de memória: materialmente, seus edifícios nos remetem à décadas de relações sociais e de hierarquias de poder; funcionalmente, o espaço serviu durante décadas como eixo organizador das relações comunitárias e dos conflitos políticos; e simbolicamente, a fábrica aglutinou as lutas e conquistas de um operariado que construiu ali uma identidade singular.

A noção gramsciana de hegemonia cultural trouxe os mecanismos pelos quais a memória operária foi historicamente silenciada pelas políticas oficiais de patrimônio. A luta pela patrimonialização das memórias de Santo Aleixo é, nesse sentido, uma disputa contra-hegemônica pelo campo simbólico: uma afirmação de que a nação é também feita de fábricas, de greves, de sindicatos e de trabalhadores que se recusaram a aceitar a exploração como destino natural.

A análise da situação atual do complexo fabril revelou a urgência da intervenção patrimonial. A instalação de uma unidade do supermercado Rio Sul em parte dos galpões da antiga Fábrica Santo Aleixo ilustra, o segundo mecanismo de incorporação da cultura popular identificado por Borja (2023): o espaço onde os trabalhadores organizaram greves e forjaram uma identidade operária militante converte-se em espaço de consumo varejista, sem que qualquer política de preservação memorial acompanhe essa transformação. O supermercado ocupa o lugar da fábrica, o consumo substitui a produção, e o espaço da memória coletiva se dissolve no fluxo indiferente das mercadorias.

Essa transformação não é casual nem inevitável. Ela é expressão das contradições estruturais do capitalismo dependente, que produz simultaneamente a superexploração das classes trabalhadoras e os mecanismos de incorporação e esvaziamento de suas expressões culturais. A tensão identificada por Lefebvre (2001) entre o espaço vivido, carregado de símbolos e memórias pelos trabalhadores e seus descendentes, e o espaço concebido pelos planejadores do mercado está no centro do problema patrimonial que esta dissertação procurou

enfrentar.

Diante desse quadro, a educação patrimonial emerge não apenas como estratégia pedagógica, mas como prática política de resistência cultural. A aproximação entre o conhecimento histórico e a experiência vivida das comunidades tem o potencial de transformar a história de lugares e grupos em ferramenta de formação de consciência crítica e de mobilização coletiva. A articulação entre pesquisa histórica rigorosa, preservação documental e ação educativa comunitária constitui a metodologia mais adequada para garantir que a memória dos trabalhadores de Santo Aleixo não se perca com o desaparecimento físico das últimas testemunhas diretas.

Para as comunidades de Santo Aleixo, a memória das lutas sindicais não é nostalgia de um passado irrecuperável. Como argumentou Stuart Hall (2002), as identidades culturais se constroem como posicionamentos assumidos em relação às narrativas do passado, e a memória operária funciona, para os descendentes dos trabalhadores têxteis, como fonte ativa de autorreconhecimento e de dignidade coletiva no presente. Reconhecer a Fábrica de Santo Aleixo e as lutas que nela se travaram como patrimônio cultural do município de Magé é um ato de reparação histórica com dimensões simultaneamente jurídicas, políticas, pedagógicas e éticas.

O atual trabalho não pretende esgotar as possibilidades de análise abertas pela história da Fábrica de Santo Aleixo. Ao contrário, espera ter demonstrado a pluralidade do campo e apontado caminhos para pesquisas futuras. Como já assinalado na Introdução, a opção por revisar criticamente fontes orais já existentes e não produzir um novo corpus de entrevistas, foi uma escolha metodológica deliberada diante do tempo e dos recursos disponíveis para esta pesquisa, o que não dispensa, antes reforça, a urgência do passo seguinte: a realização de novos projetos sistemáticos de história oral com ex-operários e seus descendentes é uma prioridade incontornável. A elaboração de um inventário arquitetônico detalhado do complexo fabril, a articulação com os órgãos de preservação para o início de processo de tombamento e a construção de parcerias entre universidades, escolas públicas e organizações comunitárias para ações de educação patrimonial são desdobramentos concretos e necessários do que aqui se iniciou.

A história de Santo Aleixo, das greves que lhe valeram o apelido de "Moscouzinho" à ameaça contemporânea de apagamento simbólico de sua memória operária, é uma história sobre o que as sociedades escolhem lembrar e sobre quem tem o direito de ser reconhecido como sujeito histórico. Trazer essa história a partir dos trabalhadores, de seus corpos, de suas lutas, de seus saberes e de suas resistências, é uma escolha política com implicações concretas para a

construção da memória coletiva do município. É também, como procurou demonstrar esta pesquisa, uma exigência da mais elementar justiça histórica e social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Emblemas da Nacionalidade: o Culto a Euclides da Cunha**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 66-85, 1994.
- ABREU, Regina. **A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. **Raízes Escravas da modernização capitalista**. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 2017.
- ALMEIDA, Roberta dos Santos de; OLIVEIRA JÚNIOR, Carlito Lopes de. **Revisitando o inventário dos bens culturais do município de Magé (FUNDREM, 1984)**. In: Anais do XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais [recurso eletrônico] / organização Lia Calabre. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024.
- BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: Ações e Significados**. Brasília: UNESCO, 2003.
- BORJA, Bruno. **Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações**. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 23, n. 45, p. 32-48, jan./jun. 2023. DOI: 10.22422/temporalis.2023v23n45p32-48.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.
- BRASIL. **Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, Peter. **História como memória social**. In: _____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de. **A arquitetura fabril e a cidade**. São Paulo, 2013.
- CASTRO, Cleusa de. **Permanências, transformações e simultaneidades em arquitetura**.

2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CETEX [Comissão Executiva Têxtil]. **Indústria Têxtil Algodoeira. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.**

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2010.

COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. **A indústria pesada na economia escravista do oitocentos.** História e Economia, v. 28, p. 78-94, 2023a.

COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. **O nascimento da indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808–1870).** 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023b.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais.** 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio).

DA SILVA, Ronaldo André Rodrigues. **Paisagem Cultural Industrial: memórias de um patrimônio da contemporaneidade.** Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 86-106, 2011. DOI: 10.20396/lobore.v5i1.109. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/109>.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar da indústria no patrimônio cultural.** Labor & Engenho, Campinas, v. 5, n. 1, p. 107-125, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FIGUEIREDO, Joana. **A Fábrica Têxtil de Santo Aleixo: memória industrial e patrimônio cultural.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC/IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FRANCISCO, EL HOMBRE. **Triste, Louca ou Má.** In: Soltasbruxa. São Paulo: Coala Records, 2016. 1 CD, faixa 4.

FUNDREM. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: **Inventário dos bens culturais do Município de Magé.** Rio de Janeiro: SECDREM/FUNDREM, 1984.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

GOULARTE, Daniela Vieira. **A (sub)versão do patrimônio industrial: uma abordagem a partir da prática de exploração urbana nas ruínas industriais de Pelotas (RS)**. Revista CPC, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 234-265, 2025. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v19i38p234-265. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/215535>. Acesso em: 2 out. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRISPUM FERRAZ, Isa. **Carlos Marighella**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. **Carta de Veneza: sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. Veneza, Itália, 25-31 maio 1964. In: LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. Patrimônio cultural: critérios e normas internacionais de proteção. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014. p. 121-125.

ICOMOS BRASIL. **Patrimônio industrial. 1998**. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/patrimonio-industrial>. Acesso em: 3 out. 2025.

IPHAN. **Carta de Burra**. Brasília, DF: IPHAN, 1980.

IPHAN. **Processo de Tombamento n.º 1144-T-85 – Fábrica Santa Amélia**. São Luís: IPHAN, 1985.

KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo**. Coleção Brasileira, v. 205. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

KRUCHIN, Rafael Kiefer. **Sobre os usos sociais da cultura: observações acerca do Programa "Fábricas de Cultura" do Estado de São Paulo**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. p. 423-483.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Karl Marx: breve esboço biográfico seguido de uma exposição do marxismo**. 1914.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LINHARES, Taiane (prod.; aut.). **O Tear: documentário sobre a memória operária da Fábrica Têxtil de Santo Aleixo**. Magé: [s.n.], 2013. 1 vídeo (documentário).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. 2. ed. ampl. São Paulo: Hucitec, 2024.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. Brasília: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1985.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARINS, Geilson de Sena. **Fábrica de Santo Aleixo: fundação em 1848 e memória da vila operária no século XX**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MARIGHELLA, Carlos. **Algumas Questões Sobre as Guerrilhas no Brasil**. Havana, Cuba, 1967. *Jornal do Brasil*, 5 set. 1968.

MARIGHELLA, Carlos. **Minimanual do Guerrilheiro Urbano**. [S.l.]: Coletivo Aparecidos Políticos, 1969.

MARIGHELLA, Carlos. **Poemas: rondó da liberdade**. São Paulo: [s.n.], 1939.

MARX, Karl. Carta à K. Schmidt. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Comuna de Paris**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. v. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3. ed. São Paulo: Global, 1988.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Associativismo recreativo e formação de identidades: elementos constitutivos de uma cultura fabril**. Fronteiras, Florianópolis, n. 17, 2009.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Identidade, Memória e História em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril**. Curitiba: Appris,

2019.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **Um complexo de redes bem tecido: os tecelões da Fábrica Santo Aleixo e suas relações para além do local de trabalho.** Revista Mundos do Trabalho, v. 5, n. 10, p. 163-182, 2013.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **Fábrica Santo Aleixo: Magé–RJ.** LEHMT, 2022. Disponível em: <https://lehmt.org/lmt108-fabrica-santo-aleixo-mage-rj-jucara-mello-e-felipe-ribeiro/>.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa.** In: Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. 2011. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 2 out. 2025.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília, DF: IPHAN, 2012. v. 1, p. 25-39.

MESQUITA, Zandor Gomes. **O patrimônio industrial como elemento da paisagem cultural e a paisagem cultural conformando o patrimônio industrial: uma relação conceitual.** Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 40, p. 27-48, 2016. DOI: 10.12957/espacoecultura.2016.41898. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/41898>. Acesso em: 1 out. 2025.

MESQUITA, Zandor; PIEROTTE, Otávio. **O patrimônio industrial como elemento da paisagem cultural.** Geosul, Florianópolis, v. 33, n. 69, p. 66-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2018v33n69p66/37879/205994>.

NERY, Olivia Silva; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Caminho fabril: percursos entre memórias do trabalho e patrimônios industriais (Rio Grande/RS).** História e Cultura, v. 12, n. 1, p. 16-38, jul. 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10100287>. Acesso em: 2 out. 2025.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Historiografia: história.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. **A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, Carlito Lopes de. **Entre a pedra, a cal e as práticas: a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e os novos horizontes do patrimônio cultural em Magé (RJ).** Confluências Culturais, v. 15, n. 1, p. 65-80, 2026.

PANDIN, Mario Leal. **A indústria têxtil brasileira e a arquitetura das fábricas.** 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. 2013. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **Apontamentos sobre a indústria têxtil fluminense no contexto pós-Segunda Guerra Mundial: padrões e peculiaridades de fábricas com vila operária**. Espaço e Economia, Rio de Janeiro, n. 12, 2018.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **O médico, a fé e os operários: militância comunista entre traumas, interditos e narrativas históricas**. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 14, p. 1-24, 2022.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória**. Arq.Urb, São Paulo, v. 3, p. 31-40, 1. sem. 2010.

RUBINO, Silvana Barbosa. **O mapa do Brasil passado**. Revista do SPHAN, Rio de Janeiro, v. 24, p. 97-105, 1996.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, Josué Pereira da. **André Gorz: trabalho e política**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

SOARES, Luiz Carlos. **A indústria na sociedade escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880)**. Travesía, San Miguel de Tucumán, v. 17, n. 1, jun. 2015.

SOARES, Luiz Carlos; SARAIVA, Luiz Fernando (org.). **Histórias de trabalho e trabalhadores: reflexões da história econômica entre o trabalho escravo e o trabalho livre**. São Paulo: Hucitec, 2024.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 3-18, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/b4yScbdBQffGsYvRnxvr47s/?format=html&lang=pt>. Acesso

em: 19 mar. 2026.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé/RJ**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**. Nizhny Tagil, Rússia: TICCIH, 2003.

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. **Carta de Sevilha de patrimônio industrial**. TICCIH, 2018. Disponível em: <https://ticcih.org/sevilla-charter-of-industrial-heritage/>. Acesso em: 2 out. 2025.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: EdUnB, 1992.

WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil – Companhia América Fabril 1878/1930**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.